AGÁLIA

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 52

INVERNO 1997

DIRECÇOM:

Maria do Carmo Henríquez Salido

CONSELHO DE REDACÇOM:

Isaac Alonso Estravis
José Ramom Chantada Acosta
Carlos Garrido
José António L. Taboada
Jenaro Marinhas del Valle
José Maria Monterroso Devesa
César Carlos Morám Fraga
J. Carlos Quiroga D.
Joám Carlos Rábade Castinheira
Henrique Rabunhal Corgo
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo

In memoriam:

Ricardo Carvalho Calero

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.

2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.

3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.

4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego),* ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.

5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a Revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: VENUS artes gráficas, s, a.
Corunha - Dep. Legal: C- 250 - 1985
ISSN 1130-3557

RECEPÇOM DE ORIGINAIS E ASSINATURAS:

Apartado dos Correios 453. 32080-Ourense (Galiza)

Fax (988) - 37 27 14

CONSELHO ASSESSOR

GALIZA

José Agrelo Ermo
Mário Alonso Nozeda
Maria Luísa Andrade
Carlos Campoy
Denis Conles
Júlio Garcia Santiago
Alberto Garcia Vessada
Luís Gonçales Blasco
Marcial Gondar Portasany
Cláudio Lôpez Garrido
Aurora Marco
Higino Martínez Estêvez
Ramom Nogueira Calvo
José Posada
Maria das Dores Rei Teixeiro
Ramom Reimunde Norenha
Manuela Rivera Cascudo
Felisindo Rodríguez
Joám Trilho Pêrez
Xavier Vilhar Trilho

In memoriam:

Ernesto Guerra da Cal

BRASIL

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Sílvio Elia
Reynaldo Valinho

MOÇAMBIQUE

Fátima Mendonça

PORTUGAL

Carlos Assunção
José A. Fernandes Camelo
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Luís Pires Laranjeira
Amadeu Torres

In memoriam:

Manuel Rodrigues Lapa

AGÁLIA

Revista Internacional da Associaçom Galega da Língua

Núm. 52

Inverno 1997

SUMÁRIO

PÁGS.

ESTUDOS

A ediçom de Os camiños da vida *feita por Ramón Mariño Paz: como se destroça umha obra literária,* por Luís Gonçález Blasco 387-413

Malditas Palavras, por João Guisan Seixas 415-431

Viagens *de Garret: um caminho para* Os Maias *de Eça,* por Maria Luísa Morais Monteiro 433-444

Relaçom de Castelao com os comunistas, por Ramom Varela Punhal 445-458

NOTAS

Um exercício de análise de texto «Identificação» de Miguel Torga, por Henriqueta Maria Gonçalves 459-465

Do avoengo intelectual de Manuel M. Murguia, por José-M.ª Monterroso Devesa. 467-470

A «Cultura intermediária» na Idade Média, por Lênia Márcia Mongelli 471-474

Os processos de compreensom em traduçom: umha trajectória múltipla, por Maria Luísa Piñeiro Maceiras 475-479

ANTOLOGIA

Poesia, por Xavier Rodrigues Fidalgo 481-484

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

Manifesto pola inclusom do estudo da língua galega no Curso de Filologia Hispânica na UNED 485-486

Mais humorismo gráfico reintegracionista 487

Polos caminhos do galego-português: A Amazónia 488-489

Cartas de Castelao a Teixeira de Pascoais 489-491

A revista *Agália* subsidiada mais umha vez pola Direcçom Geral do Livro e da Leitura 491-493

Actos para restituir os nomes galegos nas ruas e praças de Ourense 494-496

A questom galega 497

Autor galego premiado em português 497-499

Mais umha agressom à unidade lingüística 500-503

RECENSONS

Da tradução profissional em Portugal (Estudo Sociológico), por Óscar Díaz Fouces. 505-507

CORREIO

Carta a Manuel F. Vieites de João Guisan Seixas 508-509

CAPA: Júlio Gaioso

FOTOGRAFIAS: Ancares da Galiza por Jacinto Dolz del Castellar

ESTUDOS

A ediçom de *Os camiños da vida* feita por Ramón Mariño Paz: como se destroça umha obra literária

Luís GONÇÁLEZ BLASCO
(Instituto de Bacharelato «Gelmirez I».
Santiago de Compostela)

No número 39 de *Agália* publiquei um trabalho sobre o léxico de *Os camiños da vida* de Otero Pedrayo. Nesse trabalho anunciava outro onde se analisaria mais criticamente a ediçom que da obra fijo Ramón Mariño Paz. Diversas circunstâncias de índole pessoal e académica figérom-me interromper dito trabalho. Dizia daquela que o meu motivo era a indignaçom produzida polo tratamento que Mariño lhe dá à magistral obra de Otero, obra que re-escreve, na prática, com os seus próprios critérios lingüísticos e estéticos sem entender em mais de umha ocasiom o que Otero quer dizer como julgo que já demonstrei parcialmente no citado número da antedita revista. Retomo-o hoje com a indignaçom renovada ao estar trabalhando novamente com a "ediçom" de Mariño.

Mariño corrige o que nom deve e nom corrige o que deveria corrigir: gralhas evidentes da primeira ediçom, que umha atenta leitura deixa ver sem maiores problemas. Mariño anota a obra de forma impertinente, como já dixem no meu trabalho anterior, as suas notas "eruditas" poderiam ser substituídas com vantage consultando umha enciclopédia, já que em mais de um caso levam ao engano por darem umha informaçom equivocada ou parcial; das suas notas "lingüísticas" já falara naquela ocasiom e voltarei a fazê-lo com mais extensom. Por último, Mariño "unifica" o texto segundo os seus particulares critérios; fazendo isto, deforma gravissimamente o estilo de Otero, que, como é sabido, nom revia praticamente os seus textos e gostava de utilizar formas variadas. Tentarei analisar tudo isto com certo detalhe.

1. AS NOTAS DE MARIÑO

A) Notas eruditas: Na página 84, Mariño anota Saint-Cyr: *Localidade francesa próxima a Versalles e situada, pois, preto de París, como a Ulla e a Deza o están de Santiago de Compostela.* Como já dixem no trabalho citado, Otero nom compara Saint-Cyr com a Ulha nem com a Deça, mas com o colégio da Enseñanza já que neste estudavam as raparigas fidalgas do mesmo jeito que em Saint-Cyr estudavam as moças da nobreza francesa.

Na página 186, Mariño pom-lhe umha nota a *don Ramón*: *Refírese probablemente a Ramón María Narváez, duque de Valencia, que se distinguiu militarmente na loita contra os franceses e os carlistas. Rival de Espartero, a súa política reaccionaria había de ser fatal para o reinado de Isabel II.* Como também dixem no meu anterior trabalho nom é necessário ser doutor em história para saber que Otero está falando do caudilho carlista Ramón Cabrera.

Na página 275, Mariño anota *Sixto V: Papa de 1585 a 1590.* Com umha certa curiosidade científica nom é impossível dar-se conta de que Otero Pedrayo está confundindo Sixto V com Pio V, autor de livros que eram de texto nos Seminários.

Na página 286, Mariño "explica", em nota, Lamartine do seguinte jeito: *Escritor romántico e político francés de tendencias tradicionalistas*[1] (1790-1869), cultivou diversos temas de carácter relixioso, patriótico e sentimental. En 1820 apareceron as súas **Méditations poétiques**, obra decisiva na marcha da moderna poesía francesa. Mais umha vez Mariño informa-nos do que nom interessa, as referências de Otero a Lamartine devem-se à sua actividade como político de ideias avançadas que o levárom a ser ministro de Assuntos Estrangeiros na república francesa de 1848.

B) Notas lingüísticas: Na página 125 Mariño anota *gulosamente* do seguinte jeito: ***guloso, gulosamente** e **gulosidade** poden ser creacións de Otero Pedrayo formadas a partir de **gula**. Mais **guloso** e **gulosamente** poderían ser tamén deformacións de **goloso** e **golosamente**, palabras relacionadas coa raíz latina GULA pero non galegas. Ante a dúbida, respeto o orixinal. Do que non hai dúbida é de que **gulosidade** si é unha creación de Otero*; despois de tanta explicaçom resulta que tanto *guloso* como *gulosidade* estám registadas, por exemplo, no dicionário de Cândido de Figueiredo que Mariño nom deve conhecer ou que nom se tomou a moléstia de consultar.

Na página 144, Mariño escreve *surtía* com cursiva e pom-lhe a seguinte nota: *Curioso galicismo por **saía**.* Nom se nos explica por quê poucas páginas antes corrigiu outro *surtía* por *saía*; além disso o verbo surtir utiliza-se habitualmente, polo menos, em certas zonas de Ourense.

Na página 205 anota-se *prematuramente* informando que no original pom *tempranamente*. Podo concordar com Mariño em que *tempranamente* é um espanholismo, mas nom concordo em que o seu significado seja idêntico ao de prematuramente. Na mesma página anota *sanfasón* do seguinte jeito: *Marcial VALLADARES NÚÑEZ, **Diccionario gallego-castellano,** Santiago, Establecimiento Tip del*

(1) O sublinhado é meu.

*Seminario Conciliar Central, 1884, s.v., rexistra esta voz, da que di o seguinte: "Modo adverbial, equivalente á con despejo, desenfado, desembarazo, como si dijera: "Si quieres, bien y, sino, lo mismo".*Tampouco é necessário saber tanto francês para descobrir em *sanfasón* a locuçom francesa sans-façon e buscar o seu significado num dicionário francês; postos a corrigir o texto, estaria muito melhor grafá-la como em francês já que este galicismo nom é hoje de uso freqüente nem está lexicalizado.

Na página 280 depois de escrever: *Sabía os nomes campesiños das plantas e cando os lameiros do Sarela sentía correr sobre do seu chan mol as mans floridas da outoniza*; na continuaçom insere a nota 99 e explica: *Así no orixinal. Dá a impresión de que faltan algunhas palabras.* O original nom está exactamente así (*O Estudante*, página 29) já que Mariño corrige *sobor* e *frolidas*, eu penso que no original há umha gralha e que devia pôr *canda* em lugar de *cando*; nesta hipótese o texto é perfeitamente compreensível e quer dizer "quando estava junto dos lameiros do Sarela".

Na página 305 lê-se *Só tiña unha maña moi grande para facer, con infinda paciencia de chino, pitos, alfineteiros, culleres e outras cousas de buxo que logo regalaba ás nenas e ás mulleres.* Insere a nota 108 e di: *No orixinal lese o seguinte: "Soilo tiña unha maña moi grande pra facer pitos, alfileteiros, culleres e outras cousas de buxo, con infinda paciencia de chino, que logo regalaba ás nenas e ás mulleres". Coa modificación sintáctica que introduzo pretendo que a mensaxe transmitida quede máis claramente expresada.* No original os acentos sobre *ás* som circunflexos e nom agudos, além disso a minha experiência com os estudantes de C.O.U. demonstrou-me que nom tenhem nengum problema para interpretarem o texto original, polo que penso que a alteraçom na ordem sintáctica introduzida por Mariño é completamente arbitrária. Nom podo por menos de pensar que Mariño nom gosta do texto do mestre ourensano e re-escreve-o como a el lhe parece melhor; tampouco entendo por que nom substitui *chino* por *chinés* segundo os critérios editoriais que confessa: *No plano léxico, o lóxico desexo de respetar ó máximo a edición orixinal aconselloume actuar con moitísima cautela. Sustitúo só aqueles castelanismos que teñen unha equivalencia clara e automática en galego, sobre todo se o propio Otero emprega ás veces a forma galega. Non creo, por exemplo, que poñer corredor en lugar de pasillo sexa traiciona-lo texto orixinal.* (página 72). Como já denunciei no meu trabalho anterior, a coerência de Mariño com os seus próprio critérios editoriais deixa muito que desejar.

Na página 311 lê-se *De tempo en tempo metía a man no bolso para tirar unha castaña seca que de seguida enviaban as molas*[110] *poderosas do rapaz.* Na nota 110 pode-se ler *No orixinal,* ***muelles****, castelanismo evidente que sustitúo por* ***molas****. O significado do sustantivo é, seguramente, o de "tragadeiras".* Tem toda a razom Mariño em considerar *muelles* um espanholismo substituível por molas, mas quanto ao significado oteriano do substantivo creio que é o de "queixadas" ou "mandíbulas" ou, em todo caso, "moas" que me parece menos provável.

Na página 326 lê-se *Era un home rexo, de bico acostumado a mandar, metido na política*[126]. Na nota 126 aclara-nos: *No orixinal lese o seguinte: "Era un home rexo, e bico acostumado a mandar, metido na política". A frase, así, non ten sen-*

tido. Creo que hai dúas posibilidades de corrección: 1)"Era un home rexo, de bico acostumado a mandar, metido na política"; 2) "Era un home rexo, rico, acostumado a mardar (sic), metido na política". Coido que é preferible a primeira corrección. O que eu creio é que nom há que corrigir nada, já que a metonímia utilizada por Otero é do mais transparente, em qualquer caso procederia só tirar a vírgula entre *rexo* e *e*.

2.GRALHAS OU ERROS NA EDIÇOM DE NÓS

A ediçom de **Nós** tem umha série de gralhas que, justo é dizê-lo, Mariño procura corrigir. Tamém existe algum erro atribuível a Otero devido ao seu hábito de nom rever suficientemente os textos. Alguns dos mais notórios dam-se nas contradiçons de idade que se produzem tanto no caso de Ramona como no de Paio; este tipo de erros passa completamente inadvertido para Mariño, que nem sequer lhes dedica algumha nota que poderia ser de muita utilidade para o leitor.

Vou ver alguns exemplos de gralhas ou erros da ediçom original, que nom recebem um tratamento adequado por parte de Mariño:

Na página 33 de *Os señores da Terra* na ediçom de **Nós** lê-se *a sua bodega cos logares*. Otero escreve sistematicamente *logares* por *lugares* e Mariño corrige-lho, mas nesta ocasiom trata-se de umha gralha por *lagares* que é o que cabe achar numha adega e nom *lugares* como se lê no texto editado por Mariño.

Na página 48 de *Os señores da Terra* lê-se *Tivo espavento dos seus pazos cruzando as laxes do pontillón*. Parece evidente que *pazos* é umha gralha por *pasos,* mas na ediçom de Mariño som os paços os que continuam a provocar o terror do "Maorazgo".

Na página 72 de *Os señores da Terra* falando do Torto de santa Comba di-se que tinha um olho *valeirano,* que lhe dava um aspecto temeroso. Está claro que deveria dizer *valeirado* em vez de *valeirano,* mas Mariño nom o percebe e transforma-nos o *valeirano* num misterioso *baleirano* que deixa perplexo o leitor nom avisado.

Na página 88 de *A Maorazga*, Otero cita o poema de Victor Hugo *Waterloo*, na sua citaçom escreve *"Waterloo, Waterloo, Waterloo, morneplaine..."*; *morne* e *plaine* som duas palavras que querem dizer "morna chaira". Na ediçom de *Nós* aparecem juntas por erro de imprensa, na ediçom de Mariño continuam a aparecer como umha por ignorância.

Na página 29 de *O Estudante* fala-se da *cigarra da Proensa*. Está claro que haveria que escrever *Provença* ainda que, se calhar, Otero escreveu *Proensa* por medievalismo. Por suposto que no texto que nos oferece Mariño continua aparecendo *Proensa*.

Na página 37 de *O Estudante* falando das regions da França fala-se do *Valvis acedo e gracioso*. Resulta evidente que se trata do *Valois*, mas Mariño, cujo forte nom deve ser a cultura francesa, continua a escrever *Valvis*.

Na página 44 de *O Estudante* lê-se *o nome de Galiza púñalle nos beizos un infindo feitiño dooroso e espranzado*. Está claro que em vez de *feitiño* devemos ler *feitizo,* mas Mariño segue a escrever *feitiño*.

Na página 47 de *O Estudante* descreve-se-nos a despensa do paço da Pedreira, informando-nos de que *as camadas, as tazas e xerras* estám no seu sítio. É evidente que onde di *camadas* deveria dizer *canadas*. Na ediçom de Mariño as *camadas* continuam no seu lugar.

Na página 48 de *O Estudante* aparece a enigmática frase *na herba orballada franquexaban sete meadas*. Parece claro que o que fam as meadas (de linho) é branquejarem, pois bem, no texto de Mariño continuam "franquexando".

Na página 84 de *O Estudante* fala-se da *páleda mudeza* de um cadáver nu. O contexto exige *nudeza* em vez de *mudeza*. Na ediçom de Mariño figura *pálida mudeza*.

Por último, na página 99 de *O Estudante* lê-se *que durmía alá abaixo preto das limpas correntes do Sarela*. Está-se a falar de António Soutelo que está enterrado perto do rio Sar, trata-se, sem dúvida, de um despiste de Otero, que passa desapercebido para Mariño que reproduz o texto de **Nós** sem mais intervençom que colocar umha vírgula entre *abaixo* e *preto*.

3. GRALHAS (OU NOM GRALHAS) DA EDIÇOM DE MARIÑO

Nengum livro está isento de gralhas e, como se vê, na primeira ediçom de *O estudante* abundam (e passam com freqüência inadvertidas para Mariño). Ora bem, quando um livro se edita várias vezes é de esperar que se corrijam as gralhas da primeira ediçom; o livro "de Mariño" confessa oito ediçons entre *outono 1990* e *outubro 1996* e todas som absolutamente idênticas, trata-se de simples ré-impressons e os erros da primeira mantenhem-se na oitava.

Neste apartado verei alguns exemplos que som autênticas gralhas, mas algumhas delas podem nom o ser, pode-se tratar de despistes de Mariño, de "correcçons" devidas ao seu afám normativizador ou, mesmo, de simples caprichos por modificar um texto do qual, devo interpretar, nom gosta tal e como foi escrito polo seu autor e procura re-escrevê-lo mais conforme com os seus gostos particulares. Em ocasions nom é fácil distinguir uns casos dos outros polo que decidim agrupá-los:

Na página 126 lê-se *as colleitas que levaban os carros*; no original di-se *as colleitas que levaban en carros*.

Na página 131 lê-se *Agora, coa revolución ó frente espetáraselle unha arela de dominación*; nas páginas 80 e 81 de *Os señores da Terra* di *Agora, c'a revolución ô frente espertáraselle unha arela de dominación*.

Na página 169 Mariño corrige um *seglares* de Otero por *seculares*. Segundo o dicionário castelhano-galego de Xerais *seglar* traduz-se por *segrar, secular, laico (non eclesiástico)*, tendo em conta que existe um clero regular (o dos conventos) e um clero secular (o nom conventual), Mariño teria obrado melhor utilizando *laico* ou melhor ainda *segrar*, se realmente seguisse os critérios editoriais que declara de *respetar ó máximo a edición orixinal (...) Sustitúo só aqueles castelanismos que teñen unha equivalencia clara e automática en galego...*

Quando Otero, na página 36 de *A Maorazga*, escreve *Caerá na gadoupa de calquer escribano: ises corvos por igoal mercan os bés da eirexa qu'os dos revo-*

lucionarios Mariño re-escreve *Caerá na gadoupa de calquer escribán: estes corvos por igual mercan os bens da igrexa que os dos revolucionarios.* A presença de *estes* em vez de *eses* nom sei se se deve a gralha ou puro capricho de editor.

Na página 216 Mariño substitui um *lavadura* por *levadura.* Ignoro se neste caso é umha gralha ou se Mariño pretende corrigir umha presumível gralha de Otero, mas a palavra *lavadura* com o significado de "comida para os porcos" (como é o caso) é de uso freqüente por todo o país.

Na página 224 Mariño substitui (ou é gralha) *caseira* por *casadeira.* Otero está a falar da *Maorazga* e chama-lhe *caseira* querendo dizer "mulher que se preocupa pola sua casa" e nom "mulher em idade de casar".

Na página 68 de *A Maorazga* lê-se *Entr'os dous pazos non había relación algunha.* Na página 231 da ediçom de Mariño figura *Entre os dous pazos non había relación ningunha*, inclino-me a pensar que aqui opera o pernicioso afám normativizador.

Na página 82 de *A Maorazga* lê-se *Teimaba rubir pol-a* ***cuenca***[2] pra tomar o sol na penascada do monte. Dend'alí ademiraría os circos lonxanos dos montes azues na groria da serán. Na página 241 do livro de Mariño figura *Teimaba rubir pola conca para tomar o sol na penascada dos montes azuis na gloria do serán.* Mariño acaba de se saltar umha linha do texto original.

Na página 255 da ediçom de Mariño lê-se *O avogado, xa no leito, tremaba e collía un crucifixo de bronce; cunha porción desaparecíalle o medo.* Umha porción de quê? interrogará-se o leitor. Na página 102 de A Maorazga o que se lê é *O abogado xa no leito tremaba e collía un crucifixo de bronce; c'unha oración desaparecíalle o medo.* Por certo, nom é de substituir, postos a fazê-lo, *tremaba* por *tremía*?

Na página 12 de O Estudante di-se *A Edith contaba as historias do S. Hélier, San Patrick, S. Colombán.* Na página 268 da ediçom de Mariño lê-se *A Edith contaba as historias do Saint Hélier, Saint Patrick, San Colombán* (?).

Na página 13 d'*O Estudante* Otero escreve *familiarizado* referindo-se a Adrián Soutelo, no texto de Mariño (página 269) figura *familiarizados.*

Na página 57 de *O Estudante* há um problema de interpretaçom devido a um erro de pontuaçom no texto. Refere-se a um dos negócios do *castellano*: Quando os senhores estavam fartos dos problemas que tinham para cobrarem as rendas forais, o *castellano* comprava *a renda ô señorío en conxunto, pagando pouco mais d'unha vez, e logo il cobraba sin perdoar un grau...* Na ediçom de Mariño (página 300) lê-se *a renda ó señorío, pagando pouco máis dunha vez, e logo el cobraba sen perdoar un gran...* O texto ainda fica pior e nom se entende onde radica o negócio do *castellano*; Mariño, segundo os seus próprios critérios de "normativizaçom", deveria escrever *a renda ó señorío pagando pouco, mais dunha vez, e logo el cobraba...*

Na página 93 de *O Estudante* lê-se *Terei moito gusto en vel-o no vrán pol-a miña casa.* Na sua página 326 Mariño transcreve *Terei moito gusto en velo no verán na miña casa.* Trata-se de um puro capricho ou de desleixo na leitura.

---

(2) Otero escreve "cuenca" em itálico; como se vê tinha consciência de estar utilizando umha palavra nom galega.

Na página 98 de *O Estudante* Otero escreve *Unha serán de primaveira chuviñosa*. Mariño nom percebe que o referente de *chuviñosa* é serán e transcreve *Un serán de primavera chuviosa*, para além de nom distinguir entre *chuvoso* e *chuvinhoso* (*chover* e *chovinhar*).

Na página 101 de *O Estudante* está falando Adrián Solovio *A enerxía espertada en min no desterro gastouse nos poucos días da Revolución*. Mariño transcreve *A enerxía espetada en min no desterro gastouse nos poucos días da revolución*. A gralha ou o desleixo na leitura altera o sentido da frase. Tampouco acho pertinente a eliminaçom da maiúscula de *Revolución* que Otero usa para falar da de 1846 enfatizando-a.

Na página 132 de *O Estudante* a *Maorazga* di: *Mañá vou visitar ô Farruco pra ver si lle fai falta algún abrigo*. Na ediçom de Mariño desaparece a palavra *fai*, sem que saibamos os motivos.

4. MARIÑO UNIFICADOR (OU NOM)

É sabido que Otero nom se caracteriza pola uniformidade dos seus textos. Utiliza habitualmente formas variadas e, ocasionalmente, pode utilizar castelhanismos em certos casos, enquanto que noutros usa a forma galega correcta. Este jeito de escrever, que também se deve ao seu costume de nom rever os textos, dálhe às suas obras um feitio particular que nom deve agradar a Mariño, polo que este decide unificar o texto ainda que nom sempre, nem acertadamente, como vou mostrar:

Otero usa sistematicamente a forma *Galiza* e Mariño respeita-lha, cousa que é de agradecer, mas as contadas vezes que Otero escreve *Galicia* (cinco em todo o romance se nom me enganei contando) Mariño decide "respeitar" o original e nom unificar em *Galiza*.

O mesmo ocorre com *comezar*, é a forma habitual de Otero que Mariño respeita, mas no par de ocasions em que Otero escreve *comenzo* tampouco Mariño decide unificar.

Também escreve Otero *ar* fazendo habitualmente o plural em *ars,* mas quando um par de vezes escreve *aires* Mariño deixa-lho quedar.

Otero utiliza *pôr* quase sempre, ainda que mudando o circunflexo polo agudo, Mariño respeita a opçom lingüística oteriana, mas também a respeita nas duas ocasions em que Otero usa *poñer*. Também deixa ficar, na página 249, um *compoñer* sem regularizá-lo a *compor*.

Otero escreve umhas vezes *perto* e outras *preto*. Mariño, neste caso, é implacável e todos os *pertos* passam a *pretos*.

Otero escreve *fin* umhas vezes em masculinò (a maioria) e outras em feminino, também *calor* pode aparecer em feminino ou em masculino. No texto *mariñense* ambas as palavras som sempre femininas.

Nom unifica, em troca, *esquencer* e *esquecer* alternantes em Otero e na ediçom de Mariño.

Também alterna Otero *apreta* e *apretar* com *aperta* e *apertar*, Mariño unifica em *aperta* e *apertar*.

Um caso particular está constituído polo par *Deus / Dios*. É evidente que Otero conhece a forma *Deus* e que sabe que *Dios* nom é umha palavra galega. Nom obstante, Otero, que usa a forma *Deus* habitualmente, por realismo lingüístico, ao meu entender, utiliza *Dios* quando falam determinadas personagens, especialmente personagens populares e em expressons idiomáticas como *Dios lle dé todal-as farturas, Dios me perdoe, Dio-la dé, en gracia de Dios, por Dios, Dios nos colla confesados* ou *Dios darálle cento por un*. Opino que Mariño nom devia corrigir estes casos como fai nas página 87, 91, 92, 99, 100, 102, 109 e 123 da sua ediçom, em todas as quais substitui *Dios* por *Deus*.

Outro caso de unificaçom nom pertinente é o do par *acoubar / acougar*. Segundo o *Dicionário da língua galega* (Ed. Alhena) de Isaac Alonso Estravis *acoubar* como verbo transitivo tem os seguintes significados: (1) Agachar, esconder. (2) Sossegar a alguém. *Acoubar* e *acougar* podem ser sinónimos, mas umha leitura cuidadosa de Otero fai-nos ver que reserva *acoubar* para o significado (1) e *acougar* para o (2). Mariño nom deveu adverti-lo e substitui os *acoubar* de Otero por *acougar* nas páginas 97, 151, 154, 274, 321, 329 e 339 da sua ediçom.

Segundo o mesmo dicionário tampouco som sinónimos perfeitos *señorial*: Relativo ao senhor, ou ao senhorio ou à nobreza, e *señoril*: (1) Próprio do senhor ou senhora. (2) Fig. Nobre, elegante, majestoso. Otero distingue ambas as palavras, mas Mariño nom deve estar informado e transforma o *señoril* de Otero em *señorial* nas páginas 122 e 153 da sua ediçom, ainda que curiosamente, nom sei se por despiste, por incoerência ou por que outra razom, respeita *señoril* na página 250.

Tampouco unifica Mariño *vergonza* e *vergoñoso*.

5. MARIÑO PERSEGUIDOR DE "LUSISMOS"

Mariño persegue de jeito implacável tudo aquilo que lhe parece português ou que cheira a português. Nos seus critérios de ediçom afirma regularizar morfologicamente o texto original segundo as ***Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*** *aprobadas conxuntamente pola Real Academia Galega e o Instituto da Lingua Galega en 1982*. Algumhas das formas oterianas poderiam ser corrigidas atendo-se a este critério, mas outras entram dentro do domínio do léxico e, neste campo, Mariño afirma que o desejo de respeitar ao máximo a ediçom original o fijo agir com muitíssima cautela; declara que substitui só os espanholismos, que tenhem umha equivalência clara e automática em galego, e nada di respeito aos "lusismos", polo que devo entender que os respeita (já verei como). Portanto, vou distinguir dous aspectos neste processo que, em minha opiniom, leva a umha espanholizaçom do texto, ainda que suponho que para Mariño se trata de "desaportuguesamento"[3]. Um primeiro aspecto, no que é atribuível às "Normas", e outro referente às questons léxicas.

---

(3) No que nom deixa de ter razom, já que ao espanholizar um texto galego o que se está fazendo, em muitos casos, é desaportuguesá-lo.

A) CORRECÇONS ATRIBUÍVEIS ÀS "NORMAS" DE 82:

De modo regular Mariño corrige *aprobazón*, *salvazón*, *revoluzón*, *redenzón*, *poboazós*, *nazón*, *maldizón*, *garnizón*, *afeizoados* e *emozón* polos "equivalentes" *aprobación*, *salvación*, *revolución*, *redención*, *poboacións*, *nación*, *maldición*, *garnición*, *afeccionados* e *emoción*.

Do mesmo jeito corrige *graza*, *lediza*, *desgrazados*, *presenza*, *sentenza*, *servizos* e *difrenza* polos, mais galegos (?!), *gracia*, *ledicia*, *desgraciados*, *presencia*, *sentencia*, *servicios* e *diferencia*.

Na mesma linha, *xiquer* é substituído por *sequera*, *calquer* por *calquera*, *somentes* por *soamente*, *vosté* por *vostede*, *pior* por *peor*, *meio* por *medio*, *meiados* por *mediados*, *leitura* por *lectura*.

Estudo e *estudar* som substituídos por *estudio* e *estudiar*; *cuase* por *case*, *Faculdade* por *facultade*; *ceu*, *Macabeu* e *museu* por *ceo*, *macabeo* e *museo*.

Saravia e *povoadas* que aparecem algumha vez grafadas com *v* na ediçom de *Nós*, grafam-se sempre com *b* na ediçom de Mariño. Também *San Estebo* corrige-se em *San Estevo* (postos a corrigir, por quê nom *Santo Estevo,* que seria mais correcto ainda que menos fiel ao original, e já sabemos que a fidelidade ao original nom preocupa excesivamente Mariño).

Polo que fai às formas dos verbos as modificaçons mais importantes som: Otero utiliza o verbo *sofrir* (ou *sofrer*, as formas utilizadas nom permitem aclarar este extremo) que Mariño modifica por *sufrir*; Otero usa sistematicamente o verbo *cobrir* em todas as suas formas e derivados, Mariño normativiza-lho em *cubrir;* Otero utiliza a forma *dé* que é substituída por *dea* por Mariño; Otero usa a forma *puden* que também é corrigida por Mariño para *puiden*; a forma *quer* é a usada por Otero, Mariño corrige-a por *quere;* Otero utiliza *xaz* que Mariño corrige por *xace*; *nascer* e *descer* perdem o seu *s; gostar* (igual que *gosto*) e derivados mudam o *o* em *u*; *respeitar* (como *respeito*) perdem o *i*; *criar* é substituído por *crear* e *cair* por *caer*.

Um fenómeno tam característico do galego-português, como é o *i* eufónico, é abundantemente utilizado por Otero tanto em palavras que o levam em português padrom como noutras nas que a norma padrom portuguesa nom o aceita. Mariño elimina-lho em todos os casos. Assi ocorre com *aldeia*, *areia*, *arredondeiadas*, *arrodeios*, *asambreia*, *centeio*, *cheio*, *correio*, *feialdade*, *ialma*, *ideia*, *lampreia*, *manteios*, *mareios*, *paseio*, *parrafeiaba*, *saqueio*, *seio* e *sombreiaba*.

B) MODIFICAÇONS NOM ATRIBUÍVEIS ÀS "NORMAS" DE 82:

Em muitos outros casos Mariño modifica o texto original para afastá-lo do português padrom (achegando-o, por regra geral, ao espanhol). Eis alguns dos mais importantes:

Abutre é corrigido por *voitre*. *Apontar* modifica-se por *apuntar*; *arrabalde* por *arrabaldo*; *disbarate* (em Cândido de Figueiredo: O mesmo que *disparate*) corrige-se por *desbarate*; *levián* por *livián*; *xoellos*, *xoenllos* e *axoenllarse* som substituídos por *xeonllos* e *axeonllarse*, *azas* é substituído por *ás* quando quer dizer as

de umha ave e por *alas* (neste caso acertadamente), quando se refere às de um edifício; *bigodes* transforma-se em *bigotes; carregar* passa a ser *cargar*; *coallar* passa a *callar*; *codea* muda-se por *codia*; *confisiós* por *confesións*; as *coruxas* transformam-se em *curuxas*; *débida* passa a *débeda*; *doiradas* a *douradas*; *dormente* converte-se em *durmente* e *adormiñar* em *adurmiñar*; *fadiga* passa a ser *fatiga*; *fociño* converte-se em *fuciño*; *formosa* em *fermosa*; *frotas*, em contra da opiniom das "Normas de 82", passa a ser *flotas*; *imprensas* converte-se em *imprentas*; *inteiro* muda-se por *enteiro*; a expressom *chorou como unha Madanela* transforma-se curiosamente em *chorou como unha magdalena* (!); os *melros* volvem-se *merlos*; *vosa mercé* passa a *vosa mercede*; *misturando* converte-se em *mesturado*; *nau* em *nao*; *navigación* em *navegación*; *nervoso* em *nervioso*; as *nubens* passam a *nubes*; os *órgaos* a *órganos*; *Páscoa* transforma-se em *Pascua*; *perguntar* em *preguntar*; *poente* em *poñente*; as *procisiós* som agora *procesións*; *rouquido* é *ronquido*; o *sul* devém *sur*; *surprender* passa a *sorprender*; as *treboas* e *trebas* unificam-se em *tebras*; *tutor* passa a *titor*; *xoven* a *xove* e *xencivas* a *enxivas*.

6. O TRATAMENTO DOS ARCAÍSMOS

O tratamento dos arcaísmos resulta, polo menos, caprichoso sem que saibamos os critérios que segue Mariño, quem nom di nada ao respeito nos seus critérios de ediçom: *Conquerir* quando tem o significado de *conquistar*, transforma-se em *conquerer*. No entanto, na página 78 substitui *conquerido* por *conquistado*. Na página 340, onde o significado *conquistar* nom é possível, Mariño transcreve *conquerían* por *conseguían*.

Môr e *maor*, formas utilizadas sistematicamente por Otero, som modernizadas a *maior*. Porém na página 270 conserva *mor* tirando-lhe o circunflexo (despiste?).

Mais pitoresco, se nom for pola sua gravidade, resulta o caso de *ouso*. Na página 87 de *O Estudante*, Otero escreve *Os ousos de Santo Domingo deitaban unha sombra medoñenta sobre o branquexar das lousas*. *Ouso* quer dizer *ábside*. O medo transforma-se em macabrismo na ediçom de Mariño que transcreve *Os ósos de Santo Domingo deitaban unha sombra medoñenta sobre o branquexar das lousas*. Suspeito que Mariño ignora o significado de *ouso*, menos mal que nom lhe dérom para "normativizar" a obra do mesmo Otero *Pelerinaxes* onde a forma *ouso* aparece repetidas vezes quando nos vai descrevendo as igrejas que os caminhantes encontram no seu peregrinar.

Outo passa a *alto* em todos os casos sem excepçom.

Ren também passa a *nada*, mas na página 263 Mariño decide conservar um *ren* (ou estamos em presença de um novo despiste?).

Vegada é transformada todas as vezes, sem excepçom, em *vez*.

7. TOPÓNIMOS

O tratamento que lhes dá Mariño aos topónimos, tampouco é coerente nem respeitoso com os usos de Otero. O mais salientável é o uso do artigo com os topónimos: Otero (de acordo nisto com o sistema galego-português) pode usar ou nom

usar o artigo, e quando o fai pom-no com minúscula, Mariño nom sabe muito bem o que fazer e dá soluçons variadas: Carvalhinho aparece em Otero sem artigo ou com el em minúscula; Mariño pom-lhe sempre *O Carballiño;* o mesmo ocorre com Amoeiro, neste caso Mariño algumhas vezes respeita o critério do autor, mas na página 133 decide pôr um *o* minúsculo a um *Amoeiro* que Otero grafara sem artigo; *as Mariñas* passam a ser *As Mariñas*; *o Carral* segue sendo *o Carral*; França e Irlanda tenhem artigo em Otero, Marinho decide tirar-lhe-lo, porém nom elimina o artigo, erróneo em Otero, de Ferrol. Otero escreve umhas vezes *Sant-Iago* e outras *Sant-Yago*, Mariño escreve sempre *Sant-Iago*, se é um desejo de modernizar, por que nom escreve *Santiago*? *Agoada* passa a ser *Aguada*, se se trata de umha ánsia normativizadora por que nom normativizar *a Cabirta* em *a Cabrita* na página 297?. *Ponte-Caldelas* converte-se em *Ponte Caldelas*. Grave parece-me o caso de *Saint Germain des Prés* que passa a ser *Saint Germain de Prés*, Saint Germain des Prés quer dizer Sam Germám dos Prados enquanto *Saint Germain de Prés* nom tem sentido; é umha verdadeira mágoa que para editar Otero, um home tam conhecedor da cultura francesa que tem umha notória importáncia na sua obra, nom se escolhesse umha persoa com conhecimentos da mesma superiores aos que demonstra, em repetidas ocasions, Mariño Paz.

8. MARIÑO CORRIGE CASTELHANISMOS (OU NOM)

Mariño procura corrigir os castelhanismos do texto de Otero e dedica a este trabalho bastantes esforços, nom sempre coroados polo êxito. Examinarei o resultado do seu trabalho: *acostar* modifica-se em *deitar; adispacio* e *adispaciño* em *a modo* e *a modiño*; *alonxado* passa a ser *alongado*; *aparceiros*, *parceiros*; *arboraduras* (de barcos) muda-se por *arboredos*; *asegún* por *segundo*; *asignatura* por *materia*; *Auntamento* por *concello*; *baionetazo* por *baionetada*; *Boeno,* porém, continua sendo *Boeno* (página 341), considero que tal forma, por muito introduzida que esteja na fala, é completamente inadmíssivel; *calentura* é um castelhanismo aceitado polo português que Mariño substitui por *quentura*, opino que a tolerabilidade de *calentura* é, com muito, superior à de *boeno*, *camiñatas* é modificado por *camiñadas*; *campesío* por *campesiño*; *cañeiría* por *cano*; *cañón* polo inefável *canon*; *á cegas* tira-lhe o acento e nom pom *ás cegas* que seria o correcto, também na sua opçom normativa.

Mariño afirma também, nos seus critérios de ediçom, despois de dizer que corrige os espanholismos que tenhem umha equivalência clara e automática em galego que, *Sen embargo, non corrixo aquelas palabras de dubidosa galeguidade que non poidan ser sustituídas sen que o editor se vexa obrigado a fazer unha intervención excesivamente persoal no texto. Prefiro mantelas, aínda que, iso si, poñereinas en letra cursiva para aviso do lector.* Supoño que é este critério o seguido ao tratar o caso de *chifradura*, Mariño escreve (página 334) *chifladura* em itálico, como vemos nom mantém a forma de Otero senom que a corrige, por outra parte nom me parece que escrever *tolaría* em vez de *chifradura* fosse umha intervençom superior a muitas outras que fai no texto original.

Chisteras é substituído por *chisteiras* ainda que no dicionário espanhol-galego de Xerais se dá *chisteras* como forma comum para galego e espanhol, porém o

dicionário espanhol-português da Porto Editora nom estampa *chistera* e dá como equivalente chapéu alto; *Comezón* é substituído por *comechón*; *confituras* por *confeitos* apesar de que é duvidoso que ambas as palavras signifiquem o mesmo; *costoulle* passa ser *custoulle*; *cuio* transforma-se em *cuxo*, ainda que a mim me poderia parecer bem tal mudança, as normas de 82 nom aceitam a forma *cuxo*; *diezmo*, *dezmo* e *dezmar* som substituídos por *décimo* e *decimar*; *dinteles* substitui-se por *linteis*, tendo em conta que o português aceita *dintel* opino que nom procedia a substituiçom ou, em todo caso, substituir por *lumieira*, forma usada por Otero noutras ocasions. *Donar* muda-se por *doar*. *Elo* por *isto*. *Empedreada* —página 21 de Mariño— deixa-se estar, quando tam fácil seria a sua galeguizaçom em *empedrada*. *Enseñanza* passa a ser *Ensinanza*, tampouco aqui creo que procedesse a modificaçom, já que se está a falar de um colégio cujo nome oficial era o de *Colegio de la Enseñanza*. Outra palavra com que Mariño nom segue um critério fixo é com *ensono / ensoño* que Otero utiliza, ao lado da correcta *soño*, para significar sonho ou fantasia; nas páginas 198, 264 e 271, substitui *ensoño* e *ensono* por *soño*, mas na página 268 decide transformar *ensono* em *ensoño* e escrevê-la com caracteres itálicos; em todos estes casos a voz utilizada por Otero tem o valor de *sonho*. Nas páginas 332 e 333 unifica dous *ensono* e um *ensoño* em *ensoño*, escrito com carateres itálicos, nos três casos a voz tem o valor de *fantasia*. Na página 193 Mariño deixa *faldas* sem galeguizá-lo. *O frente*, página 79 de *Os señores da Terra* segue sendo masculino na página 130 da ediçom de Mariño, claro que se agradece que nom o mudasse por *fronte*. Na página 186 transcreve um *fueros* por *foros*; Otero refere-se aos foros de Navarra, Vascongadas e Catalunha e é evidente que se usa o espanholismo é por evitar confusons com os foros do campo galego; aqui si que procederia umha nota explicativa ou deixar *fueros* e escrevê-lo em itálico. Na página 200 Mariño transcreve *gañapáns* escrito com cursiva por *ganapás*, forma usada por Otero; o leitor pensará, como noutros casos, que Otero escrevera *gañapáns*, o que é falso mais umha vez. *Guardia Real* e *Guardia Civil* som galeguizados em *Garda Real* e *Garda Civil*, julgo que Otero preferiu escrever ambas as formas em castelhano de jeito consciente. Na página 351 *Hermida* perde o *H* que tinha no original, considero que por tratar-se de um apelido tampouco procedia a galeguizaçom. *As labores* convertem-se em *os labores*. O original *laranxeiros* é respeitado em duas ocasions, enquanto noutro caso é substituído polo correcto *laranxeiras*. Na página 11 de *O Estudante*, Paio e os O'Bryan acham-se em Saint-Maló (*sic*, em francês nom leva acento, suponho que Otero lho pom para conseguir umha pronúncia à francesa no leitor, Mariño respeita a forma de Otero) e desde o seu quarto descobrem, *ô largo,illas decorrentes d'escumas e poboadas polos vôos das pillaras*; Mariño restitui o til de *píllaras* mas corrige, desacertadamente, *ô largo* por *ó longo*; ao largo quer dizer, segundo o dicionário de Estravis: "a distáncia, longe de". *Lealtade* é corrigido por *lealdade*. *Mar*, feminino em Otero, passa a masculino na transcriçom. Na página 339 Mariño deixa estar un *muslo de polo* de Otero, limitando-se a escrever *muslo* em itálico, é surprendente este repentino respeito de Mariño polo original, já que nom me parece tam difícil encontrar um equivalente galego para *muslo de polo*. Na página 286 Mariño respeita, escrevendo-o em itálico, um *neveiros* de Otero; o *Diccionario Básico Espasa* dá para *nevero* sig-

nificado, entre outros, este que é o que se adequa ao contexto: *Paraje de las montañas elevadas, donde se conserva la nieve todo el año*; acho que nom estaria demais umha nota explicando o significado da palavra, nada evidente para os meus alunos de C.O.U. *Oleadas* converte-se em *vagas*. *Padrenostros* é substituído por *nosospais*. *Parpadexaba* por *palpebrexaba*. *Pelexa* por *pelella*, o dicionário espanhol-galego de Xerais dá como equivalentes de *pelleja* os de *pelica* ou *pelello,* quando se trata da pel de um animal, o espanhol *pelleja* nunca quer dizer pel de umha pessoa e como no texto se fala de Bernaldo de Moscoso a única substituiçom correcta seria por *pel*. *Pistoletazo* converte-se em *pistolazo*. Todavia, na página 280, deixa estar *potrancos* sem nem sequer escrevê-lo em itálico, quando tam fácil seria mudá-lo para a forma galega *poldros*. Quando Otero escreve *refrexaba*, Mariño transcreve *reflexaba,* ainda que segundo o **Diccionario Castelán-Galego de Xerais** *reflejar* di-se *reflectir* na nossa língua. *Refunfuñando* passa a ser *refungando*. *Rencor* passa a *rancor*. *Rexidor* converte-se em *Rexedor*. *Retaguardia* transforma-se em *retagarda*. *Rincón* passa a *recuncho*. *Risa* converte-se em *riso,* ainda que o mesmo dicionário de Xerais citado recolhe *risa* ao lado de *riso*, também os dicionários portugueses registam a forma *risa* como antiga e provincial. *Romería*, na página 348, deixa-se como está ainda que as próprias normas de 82 avalam *romaría*. *Roquedo* passa a *rochedo*. *Sonos* a *soños*. *Sorrisa* a *sorriso*. *Tasaran* a *taxaran*. *Tixeiras* transcreve-se como *tesoiras*, o já citado dicionário de Xerais dá como forma correcta *tesoira* e é evidente que se trata de umha e nom de várias. Na página 29 de *A Maorazga* Otero escreve *todas partes* e Mariño deixa-lho estar sem intercalar o preceptivo *as*. Na página 326 corrige *tono* por *ton* e na 353 *variando de tono* por *variando o ton*, o dicionário de Cândido de Figueiredo regista *tom* com o mesmo valor que *tono,* mas ainda que nom tenhamos isto em conta, nada justifica a mudança do artigo pola preposiçom. *Traballosos* muda-se por *traballados* na página 350, trata-se de duas palavras diferentes e com diferente significado, no texto de Otero quer-se significar trabalhosos e nom trabalhados. Otero utiliza quase sempre *tremar,* ainda que algumha vez pom *tremer*, Mariño nem unifica nem corrige, mas a única forma galega correcta é *tremer*. Na página 125 Mariño deixa estar um *¿verdá, hom?* de Otero sem corrigir nengum dos dous apócopes, ainda que o primeiro é mais que suspeitoso de espanholismo. *Xemelos* corrige-se por *xémeos*. *Zorro* corrige-se por *raposo,* quando quer dizer o animal, ainda que se respeita noutros casos como nas expressons *a zorro* e *de zorro*; parece que Mariño aceita *zorro* para usos figurados mas nom para o animal, segundo Cândido de Figueiredo *zorro* é o mesmo que *raposo*.

Em ocasions Mariño excede-se, em minha opiniom, nos seus afáns de eliminar castelhanismos com umha intervençom abusiva na obra. Já citei os casos do colégio da *Enseñanza* transformado en *Ensinanza* e o apelido *Hermida* corrigido por *Ermida*. Outros casos se poderiam citar como os de *maorazgo* e *maorazga* substituídos por *morgado* e *morgada*; Mariño respeita *A Maorazga* como título da segunda parte do romance, inserindo umha nota explicativa.

Ainda que nom me tomei a pena de fazer umha contagem, pergunto-me se, à vista dos seus erros, pagou a pena o trabalho de correcçom de espanholismos que efectuou Mariño.

9. O USO DAS MAIÚSCULAS

Tampouco está de acordo Mariño com o uso das maiúsculas que fai Otero e corrige-lho em múltiplas ocasions, também em múltiplas ocasions está mais acertado Otero do que o seu corrector.

Na página 87 Mariño escreve com minúscula *a napolitana* que Otero grafara com maiúscula, Otero está utilizando o sobrenome que se lhe dava à última mulher de Fernando VII, portanto corresponde-lhe o tratamento de nome próprio. A correcçom, na página 116, de *División do Miño* por *división do Miño* é, polo menos, discutível. Na página 123 também modifica a maiúscula de Otero e escreve *rei*, opino que, como Otero se está a referir ao pretendente carlista Carlos V, a sua maiúscula tampouco estava fora de lugar. Otero escreve sistematicamente a *Milicia* com maiúscula e sistematicamente Mariño o pom com minúscula, Otero está-se referindo a um corpo militar (de voluntários) determinado como podem ser a Guarda Real ou a Guarda Civil e se a estas Mariño lhes respeita a maiúscula, também lha devia respeitar à Milícia, ocorre isto nas páginas 134, 136, 169, 170 e 232. Quando Otero fala da Liberdade em abstracto e personificada escreve-o sempre com maiúscula, umhas vezes pom *Libertade* e outras *Liberdade,* como é de esperar nel; Mariño algumhas veces respeita-lhe esta escrita, como fai na página 86, mas em geral unifica-lha em *liberdade* tirando-lhe a correctíssima maiúscula; ocorre isto nas páginas 135, 188, 207, 224, 241, 281, 326 e 330. Nom me parece justificada a troca de *condenado pol-a Audencia*, página 88 de A Maorazga para *condenado pola audiencia*, opino que se deveu deixar com maiúscula. Na página 145 corrige-se *Corte* por *corte*, como se está falando de Madrid e nom da corte das bestas estava bem a maiúscula de Otero. A República (que umha vez escreve *Repúbrica*), Otero dá-lhe o mesmo tratamento que à Liberdade, Mariño tira-lhe a maiúscula nas páginas 163, 311 e 352 (nesta última corrige-lhe também o *r* por *l*). Na página 10 de A Maorazga aparece *as Provincias* que Mariño se apressa a "corrigir" por *as provincias*, o erro é de vulto já que Otero fala das Províncias Vascongadas que, às vezes, eram designadas "as Províncias" sem mais, ao tirar-lhes a maiúscula já nom se sabe a que se refere Otero. Tampouco me parece justificado eliminar as maiúsculas que utiliza Otero na página 11 de A Maorazga, quando Antonio Soutelo fala do exército do *Norte e do Centro* como fai Mariño na página 188. Nom sei se será um malentendido laicismo o que fai que Mariño escreva *a virxe* com minúscula na página 198, quando Otero está a falar da mai de Jesus-Cristo e escreve a Virxe. Quiçá para compensar este excesso de laicismo na página 352 escreve também com minúscula um *Virxe* que Otero grafara com maiúscula, nesta ocasiom trata-se de umha alegoria da República. A palavra *Norte* figura com maiúscula nas páginas 36 e 63 (neste caso reduzida à abreviatura *N.*) de *A Maorazga* e na página 75 de *O Estudante*; nos três casos o narrador está a falar das guerras carlistas e nelas chamava-se-lhes o Norte às Províncias Vascas e Navarra, nom procede pois prescindir da maiúscula utilizada por Otero, como fai Mariño nas páginas 127, 227 e 312. *Señora* aparece com maiúscula na página 5 de *A Maorazga* para referir-se a Ramona, se neste caso pode-se discutir a pertinência de escrevê-lo com minúscula, como fai Mariño, na página 223 nom é possível justificar a mudança de *Señora* para *señora* que se dá na página 338, onde o vocábu-

lo representa Isabel II, o próprio Mariño respeitou a maiúscula na página 239 em que também se refere a Isabel II, supoño que na página 338 lhe deveu passar inadvertido o detalhe. Na página 225 a *Excraustración* (de Mendizábal) de Otero converte-se em *exclaustración*. As *groriosas Humanidás* (estudos) da página 72 de A Maorazga passam a ser *gloriosas humanidades* na página 234, mais discutível é a mudança de *Humanidade* por *humanidade* na página 286. Na página 234 conserva, em troca, a maiúscula de *Revolución* que aplicando estes critérios poderia ter pasado a minúscula. Na página 249 *Praza* converte-se em *praza*, tendo em conta que nom é umha praça qualquer, mas a praça Maior de Ourense podia-lhe ter deixado estar a maiúscula. Quiçá para compensar um pouco tanta minusculizaçom a *guerra dos sete anos* transforma-se em *Guerra dos Sete Anos* e, de jeito completamente arbitrário, na página 353 escreve *Tomatirris* com maiúscula. Para escrever os nomes dos meses Otero costuma utilizar as maiúsculas, tanto se usa as denominaçons populares como as cultas; Mariño escreve-lhe as denominaçons cultas com minúscula e respeita a maiúscula das populares (*San Xohan*, que passa a *San Xoán*, ou *Santos*).

10. O TRATAMENTO DE POPULARISMOS E DIALECTALISMOS

O tratamento que lhes dá Mariño às formas populares ou dialectais utilizadas por Otero também merece algumha atençom. Em geral Mariño procede a umha regularizaçom que empobrece a variaçom de formas tam característica de Otero Pedrayo. Esta regularizaçom aplica-se tanto a variantes fonéticas (como aféreses, próteses, síncopes, vacilaçons vocálicas, metáteses, etc.) como a variantes morfológicas ou a variantes léxicas de tipo dialectal ou nom. Esta regularizaçom pode-se dever à aplicaçom das famosas normas de 82 ou a outros critérios nom confessados polo corrector (denominaçom que lhe acai melhor a Mariño que a de editor). A aplicaçom das "normas" pode justificar a substituiçom de *iste* por *este*, *afora* por *fóra*, *faguer* por *facer*, *nugallá* por *nugallana*, *reximento* por *rexemento*, *sobor* por *sobre*, *xurastes* por *xuraches*, *rabear* por *rabiar* (ainda que a característica incoerência de Mariño o leve a manter *rabeaba* e *rabeada* nas páginas 144 e 177), *lacazaría* por *lacazanería*, *coarenta* por *corenta*, *cambean* por *cambian*, *calqueira* por *calquera*, *traguer* por *traer* ou outros casos semelhantes. Em muitos outros casos som outros os inconfessados critérios que segue Mariño, veremos alguns exemplos. O caso das próteses e das aféreses é um daqueles em que os critérios de Mariño nom coincidem com os de Otero: *apoupeos* é substituído por *poupeos*; *zucre* e *azucre* som unificados em *azucre*; *garimoso* muda-se em *agarimoso*; *amostraba* em *mostraba*; *achegar* transforma-se em *chegar* na página 336, *achegar* e *chegar* som duas palavras diferentes e neste caso, como em tantos, estava melhor a forma de Otero que a de Mariño; *atestar* em *testar*; *adeprender* passa a ser *deprender* em todas as suas formas salvo numha ocasiom, em que transforma *adeprenderom* em *aprenderon* (página 87); *logares* passa a *lugares*; *maxinar* passa a *imaxinar* em todas as suas formas e *esmorenar* a *desmoronar*; sem embargo respeita, contra tudo o que seria esperável, o *pareceu* da página 112 de *O Estudante*: *aquila serán non pareceu polo Hospital* que transforma em *aquel serán non pareceu polo hospital*, modificando, como sempre, o género de *serán* e tirando-lhe a

maiúscula quando seria muito mais lógico corrigir *pareceu* por *apareceu*. Muitas das formas usadas por Otero estám avaladas por dicionários galegos, mas como suponho que Mariño nom lhes dará muita autoridade, citarei só um par de exemplos nos quais o dicionáriario português de Cândido de Figueiredo justifica os usos de Otero: *Maginar: Ant. e pop. O mesmo que imaginar; Esmoronar: O mesmo que desmoronar*. Se calhar, para Mariño o que é válido para o português, nom o é para o galego, vertente esta que deve considerar mais culta e isenta de variantes e popularismos do que a portuguesa.

Em muitos outros casos Mariño modifica as variantes populares usadas por Otero ou, noutros casos, simples variantes léxicas de tipo dialectal. Eis umha lista nom exaustiva nem muito menos: *asulagar* é corrigido por *asolagar*; *ceibamente* por *ceibemente*; *chileco* por *chaleco*; *chilrán* por *chirlán* (Cândido de Figueiredo regista o adjectivo *chilro*); *curazón* por *corazón*; *curtar* por *cortar*; *golpexar* por *golpear*; *grau* por *grao; légoa* por *légua*; *comprir* por *cumprir*; *cravatas* por *gravatas*; *diantes* por *denantes*, em contra das "normas de 82" que nom recolhem *denantes*; *eirexas* por *igrexas* (Cândido de Figueiredo regista *eigrejas*); *encalatradora* por *encaletradora*; *enrugadas* por *engurradas* (!!!); *entramentras* por *entrementes*; *esbrancuchado* por *esbrancuxado*; *esgarabellar* por *escaravellar*; *esquelete* por *esqueleto*; *esterricar* por *estarricar*; *gueipas* por *queipas*; *racheira* por *raxeira*; *rencher* por *renxer*; etc.

Soilo e *soila* recebem um tratamento variado por parte de Mariño que, neste caso, nom nos informa em nengumha nota dos seus critérios: nas páginas 105, 106 e 107 respeita o uso de Otero; na página 115 substitui por *só*; nas páginas 121, 161, 173 e 219 por *único*; nas páginas 220 e 224 volve a respeitar os usos de Otero; na página 225, novamente substitui por *só*; nas páginas 241 e 243 novamente deixa as formas de Otero sem corrigir; na página 254 deixa estar dous *soilos* e corrige outro por *só*; na página 258 respeita o *soilo* de Otero; na página 296 corrige *soila* por *única*; na 305 corrige por *só*; nas páginas 328 e 331, novamente corrige por *único*; nas páginas 333 e 338 respeita os critérios de Otero; na mesma página 338 e na 340 volta a corrigir por *único*; na 343 (duas vezes) e na 349 deixa novamente as formas de Otero e, por fim, na 353 corrige outra vez *soilo* por *único*. Parece excessiva tanta variaçom sem explicaçom nengumha, mas a estas alturas nada nos resulta estranho no proceder do editor.

Também corrige Mariño algumhas expressons dialectais que som utilizadas nom só por Otero mais também por outros escritores ourensanos. Tal é o caso de *rente* que Otero construi sempre segundo o modelo da página de *Os señores da Terra*: *Entraron baixándose rent'o chán coma garduñas*, construçom semelhante à de Celso Emilio em *deitada rente ao mar*; Mariño corrige sistematicamente esta construçom todas as vezes que aparece segundo o modelo: *Entraron baixándose a rente do chan.* Tampouco usa Otero a preposiçom *de* despois de *diante* como, por exemplo, na página 2 de *Os señores da Terra*: *diante unhas copas*, Mariño corrige: *diante dunhas copas* (página 125) e assi fai em todos os casos.

Como é habitual nel, Mariño peca também por defeito e assi na página 232 escreve *co este...co ese* em vez de *co iste...co ise* sem restaurar o *n* apocopado. Também deixa estar *sancristán* na página 135, ainda que neste caso coincide com

o dicionário espanhol-galego de Xerais que, ao pé de *sacristán*, regista também *sancristán* a pesar do seu evidente carácter de popularismo.

11. MARIÑO FAI ADITAMENTOS AO TEXTO

De quando em vez Mariño decide incluir no texto seqüências que nom estám no original, suponho que com intençom de "melhorá-lo". Vejamos algum exemplo:

Na página quarenta e sete de *Os señores da Terra*, Otero escreve: *Coma veciño do pazo moitas vegadas chegaba visitare a D. Caetano*, Mariño re-escreve (página 108): *Como veciño do pazo, moitas veces chegaba a visitar a don Caetano*; como vemos, Mariño transforma *coma* em *como*, insere umha vírgula, inclui um *a* entre *chegaba* e *visitar*, elimina o *e* paragógico de *visitare* e desenvolve a abreviatura *D.*, entre tanta intervençom no original, Mariño acrescenta um *a* que nom fai falta negumha, melhor lhe teria sido eliminar o desnecessário *a* que introduz o objecto directo D. Caetano.

Na página 88 de *A Maorazga*, Otero escreve *lía con algunha dificuldade a mesma poesía o* ***Waterloo*** *de Víctor Hugo*, Otero escreve *Waterloo* em itálico para indicar que se trata do título do poema. Mariño transcreve *lía con algunha dificultade a mesma poesía ó Waterloo, de Víctor Hugo*, Mariño elimina o itálico de *Waterloo*, transforma *dificuldade* em *dificultade* e acentua o *o* introduzindo umha preposiçom *a* (que contrai com o o artigo) sem que saibamos muito bem as razons que o impulsam.

Na página 113 de *Os señores da Terra*, Otero escreve: *Entón o herdeiro xiado de xenreira*, Mariño transcreve (página 153): *Entón o herdeiro, xeado da xenreira*; além de inserir umha vírgula e corrigir *xiado* por *xeado* Mariño acrescenta um artigo *a* por puro capricho.

Na página 40 de *O Estudante*, Otero escreve *Pois n'unha ocasión que s'emporcallara no viño pra esquenzer*, Mariño corrige a sintaxe de Otero acrescentando um *en* e escrevendo *Pois nunha ocasión en que se emporcallara no viño para esquencer*. De jeito similar, na página 42 de *O Estudante*, Otero escreve *Quizais te lembre que houbo revolución*, Mariño corrige-lho por *Quizais te lembre de que houbo revolución*, acrescentado um *de* que nom é necessário.

Na página 84 de *O Estudante*, Otero escreve *inquedante a fermosura da trenza ou caída graciosa e inmorrente dos mollos de cabelos femeninos*, Mariño reescreve na página 318: *inquedante, a fermosura da trenza ou a caída graciosa e inmorrente dos mollos de cabelos femininos*, além de normativizar *femenino* por *feminino* Mariño indroduz umha vírgula e um *a* que estám completamente fóra de lugar.

Na página 88 de *O Estudante*, Otero escreve *ten conta que abre a boca*, Mariño transforma-lho em *ten en conta que abre a boca* sem se dar conta que está alterando o significado do que escreve Otero.

Na página 18 de *Os señores da Terra*, Otero escreve: *Era o herdeiro un mozote d'arredor vintecinco anos*; agora Mariño actua de corrector de estilo sem necessidade escrevendo: *Era o herdeiro un mozote de arredor de vintecinco anos*.

Também na página 271 Mariño actua de corrector de estilo, sem necessidade, transformando um *Lémbrome que o lume do fogar* por *Lémbrome de que o lume do fogar,* que el deve encontrar mais correcto.

Na página 65 de *O Estudante*, Sabela e Xinoveva estám pensando em ir *a cidades*, Mariño transforma-lho em *ás cidades* sem maior motivo que o do seu capricho pessoal.

Também na página 305 pluraliza em *señoritos* um *señorito de Otero* sem motivo nengum.

Um dos aditamentos mais freqüentes é a colocaçom do artigo com os possessivos que Otero numhas ocasions fai e noutras nom. Nem sequer aqui é coerente Mariño: na página 109 decide eliminar o artigo que Otero escreve na página 48 de *Os señores da Terra* na expressom *como o teu pai*; poderia-se pensar que Mariño nom quer utilizar o artigo diante do possessivo nos casos de parentesco e por isso escreve *como teu pai* mas poucas linhas atrás -no mesmo parágrafo!- acaba de transcrever um *que llo conte ô teu pai* de Otero por *que llo conte ó teu pai* sem corrigir por *que llo conte a teu pai.*

12. A ELIMINAÇOM DE APÓSTROFO EM MARIÑO

Mariño elimina os apóstrofos utilizados por Otero. Numha ediçom modernizada ortograficamente é aceitável a eliminaçom dos apóstrofos de que tanto se tem abusado noutras épocas do galego, mas também neste caso o corrector dá provas da sua incompetência e sectarismo normativo. Vejam-se alguns exemplos:

Na página 93 de *Os señores da Terra*, Otero escreve *"Lástima d'angueira perdida"*, na página 140 da sua ediçom Mariño transcreve *"Lástima da angueira perdida"*, inventando-se um artigo que está fóra de lugar. O mesmo ocorre na página 142, onde transcreve *meses d'invernía caroal* por *meses da invernía caroal.*

Merecem um estudo especial os casos de *qu'* e *com'*. No tema da comparaçom as normas de 82 nom som demasiado explícitas, despois de falarem das contracçons do comparativo *ca* com o artigo determinado dim: *Cómpre sinalar que nos estamos a referir só ás contraccións da conxunción comparativa* **ca**, *non ás de* **que**, *que non se representan nunca na lingua escrita, nin cando ten valor comparativo nin con calquera outro:* ***sábeme mellor a laranxa que o limón, deilles ós meus nenos máis que ós do Felisa, díxome que o teu é peor, é máis novo do que o meu.***

Para a distribución de **que** *e* **ca, como** *e* **coma** *debe acudirse a unha gramática ou a un manual de aprendizaxe.* Como nom se publicou nengumha gramática nem método de aprendizado ao que se lhe desse o valor "legal" das normas de 82, recorrim à gramática de Álvarez, Regueira e Monteagudo, por ser a obra mais ambiciosa que sobre o tema tenhem publicado os membros do ILG[4]. Esta gramática nom soluciona o problema ainda que parece, polos seus exem.los, reduzir o valor comparativo de *que,* já que aparecem frases do tipo dos dous primeiros exemplos citados polas "normas" construídas com *ca.* Dito isto, examinarei a forma de corrigir que tem Mariño.

---

(4) Álvarez, Rosario; Regueira, X.L. e Monteagudo, H.: Gramática Galega, págs. 538 e 539.

No caso de *que-ca*, Otero parece sentir preferência por *que*. No caso de *como-coma*, as suas preferências (sem dúvida por afám diferencialista) estám do lado de *coma*, forma que usa geralmente mesmo quando nom tem valor comparativo.

Na página 141 de *Os señores da Terra*, Otero escreve *Os rapaces dos Doncos pouco menos valían qu'os mozos labregos*, Mariño transcreve *Os rapaces dos Doncos pouco menos valían cós mozos labregos*. Na página 68 de *O Estudante*, Otero escreve *millor qu'a min*, Mariño corrige-lho por *mellor ca min* na página 308. Na página 99 de *O Estudante*, Otero escreve *Meu irmán foi mais felis que eu*, Mariño corrige *Meu irmán foi máis feliz ca min*. Na página 129 de *O Estudante*, Otero escreve *valían menos qu'il*, Mariño muda-lho por *valían menos ca el* na página 351.

Examinarei agora os casos de *coma* e *com'*, como já dixem Otero manifesta umha claríssima preferência por *coma*, tanto com valor comparativo como sem el. Por suposto que Mariño nom respeita o critério oteriano e, num caso corrige *coma* por *como* quando lhe parece bem e, no outro, elimina o apóstrofo restaurando um *a* ou um *o* segundo o seu parecer. Na página 137 muda por *como* um *coma* que, por certo tinha valor comparativo. Nas páginas 138, 185, 210, 214, 234, 280, 301 e 333 corrige outros tantos *coma* por *como* dos quais algum tem valor comparativo e outros nom. *Com'* transforma-o sempre em *coma* salvo numha ocasiom: na página 17 de *O Estudante* onde Otero escreve *O Paio sentía a palideza da emoción cobríndolle a faciana com'unha máscara d'auga fría*, Mariño transcreve, na página 272, *O Paio sentía a palideza da emoción cubríndolle a faciana como unha máscara de auga fría*, como se vê o *com'* de Otero também aqui tem valor comparativo, ignoro as razons que pudérom levar Mariño a escrever *como* neste caso.

13. HIPERENXEBRISMOS OU USOS HIPERENXEBRES

Mariño também consagra as suas energias à correcçom dos que considera hiperenxebrismos ou usos hiperenxebres de determinadas palavras como podem ser usar *derradeiro* por *último*, *encol* por *sobre*, *choutar* por *saltar*, etc. Com isto altera, mais umha vez, o texto de Otero mas também, em mais de um caso, se equivoca no seu trabalho. Mostrarei alguns dos resultados do mesmo.

Adoitada transforma-se em *adecuada*. *Atreboado* passa a ser *atribulado*, o problema é que na página 235 aparece um *mar atribulado* cousa que parece bastante estranha a nom ser que nos achemos em presença de umha personalizaçom; Otero escrevera na página 73 de *A Maorazga bañaríanse c'un pulo ardente no mar atreboado d'un poema romántico*, Otero utiliza correctamente *atreboado* que quer dizer cheio de trévoas. Na página 99 Mariño respeita o uso de *choutou* que fai Otero na página 34 de *Os señores da Terra* (*d'un montón de leña choutou a lapa pra se enxoitaren*) e insere a nota 24 que di: *Otero Pedrayo evita o verbo* ***saltar****, que lle debe de parecer un castelanismo, e emprega case sempre* ***choutar****. Pero* ***choutar****, que significa "saltar dando brincos, brincar", non é sinónimo perfecto de* ***saltar****. Naqueles casos extremos en que non caiba en absoluto o verbo* ***choutar****, sustitúoo por* ***saltar***. Darei por boa a definiçom de Mariño, ainda que se poderia falar da sua exaustividade e exclusividade. Suponho que aplica este critério quando substitui *choutar* por *saltar* nas páginas 151, 210 (duas vezes), 256, 258, 268,

280, 298, 312, 319, 321, 332 e e 348; aplicando o critério com a amplitude que di, podia ter conservado *choutar* em 258, 280, 319 e 348, em contrapartida conservao na página 331, onde seria absolutamente impossível com a sua definiçom, a frase *Choutou o Paio sorprendido* resulta grotesca, no seu contexto, aplicando a definiçom de Mariño. Também corrige Mariño *encol de* por *sobre*, como se vê a substituiçom nom se limita ao léxico mas também à sintaxe, já que Otero construi *encol de* do mesmo jeito que construi con freqüência *sobre de*, forma popular bem conhecida pola fala. *Estanza* é corrigido por *estancia*. *Desenrolar* passa a *desenvolver*. *Derradeiro* é convertido em *último* nas páginas 91, 92, 124, 139, 185, 204, 245 e 256 enquanto que se conserva na página 302, onde nom há maiores motivos para a conservaçom do que haveria na página 256, por exemplo. *Cursidade* é transformado em *curiosidade* na página 100 e conservado na página 320, possivelmente seria melhor a conservaçom no primeiro caso e a transformaçom no segundo. *Intre* passa a ser *momento*. Porém, na página 304 conserva um uso completamente impossível de *rachada*, ao falar dos ladrons que se arriscam a voltar ao monte com a *testa rachada* num caso no que se imporia *fendida*. Na página 80 da sua ediçom, Mariño escreve *tódalas pedras nacían nunha cuncha pequeniña e rubían*[4] *en figura de piña sostendo as laxes do balcón*; na nota 4 explica: ***Rubir** significa "subir trepando". Otero evita sistematicamente **subir**, que lle debe de semellar un castelanismo, e no seu lugar emprega sempre **rubir**. Corrixo **rubir** por **subir** naqueles contextos en que o significado de "subir trepando" non caiba en absoluto.* Nas páginas 299 e 301 substitui *rubir* por *subir* em contextos onde caberia muito melhor que noutros, em que mantivo a forma original. *Sadisfeitos* é corrigido por *satisfeitos*.

Otero amplia o significado de *voltar* até fazê-lo significar "transformar-se". Mariño deixa estar a forma de Otero quando significa *volver*, mas quando o significado é o de *transformar-se* corrige-lho por *volver* ou por *tornarse*.

14. MARIÑO CORRIGE E ELIMINA TEXTO

Sem dúvida para compensar os aditamentos ao texto que já examinei, o editor, noutras ocasions, elimina algumhas partes do texto de Otero. Em ocasions trata-se de correcçons sintácticas que poderiam estar justificadas, noutros casos trata-se de puro capricho (ou despiste) de Mariño (já se viu como numha ocasiom eliminou umha linha inteira do texto).

Um dos vocábulos mais castigados polas supressons de Mariño é o artigo ou preposiçom *a*. Um dos casos mais justificados seria o da sua supressom nas construçons de ir+infinitivo, neste erro som poucas as vezes em que incorre Otero, mas algum aparece e Mariño elimina a preposiçom nas páginas 196, 246, 283, 289 (duas vezes), 290, 300, 320, 348 e 350. Também elimina Mariño a preposiçom *a* quando introduz um objecto directo de pessoa nas páginas 85, 88, 92, 116, 184, 205, 230, 298, 304, 322 (duas vezes) e 327; também poderia ser justificável esta supressom já que este tipo de construçom é um castelhanismo, ainda que na gramática de Álvarez, Regueira e Monteagudo se aceitem este tipo de frases[5]; porém

(5) Veja-se página 521.

abundam os contraexemplos nos que se mantém a preposiçom *a* introduzindo um objecto directo de pessoa, citarei só um caso: na página 88 de *Os señores da Terra* figura *Eu vexo a todol-os meus...*, na página 136 da ediçom de Mariño repete-se *Eu vexo a tódolos meus...* sem eliminar a preposiçom. Noutros casos a supressom do *a* nom tem justificaçom nengumha: Na página 24 de *Os señores da Terra*, Otero escreve *O monxe coñeceu a marca dos que adoitaban a usaren as partidas*; Mariño re-escreve, na página 92, *O monxe coñeceu a marca dos que adoitaban usar as partidas* eliminando a preposiçom e a flexom do infinitivo sem motivo. Na página 101 de *A Maorazga*, Otero escreve *O vello estaba coidado por un criado fiel que somentes tiña a debilidade pol-o viño*, além de mudar *somentes* por *soamente*, Mariño elimina o artigo *a* por puro capricho. Na página 100 de *O Estudante*, Adrián Soutelo está falando com Paio das suas relaçons com Edith: *Por longos anos, esquirbimonos e soupen do seu vivir, da angustia tráxica e do ceibe latexar da sua ialma*, Mariño corrige: *Por longos anos escribímonos e souben do seu vivir, de angustia tráxica e do ceibe latexar da súa alma*, nom sei se será umha gralha ou é que Mariño decidiu eliminar o artigo de *angustia*.

Na página 36 de *Os señores da Terra*, Otero escreve *Rîa, rîa e latrique c'os patrós*. Mariño decide eliminar um dos dous *rîa*, mudando por suposto o acento circunflexo polo agudo.

Na página 69 de *A Maorazga* pode-se ler *Ô pouco de chegar pra parroquia enterrou ô D. Xosé María*. Mariño transcreve, na página 232, *O pouco de chegar para a parroquia enterrou a don Xosé María*; se calhar, para compensar a inclusom da preposiçom *a* que precede a *parroquia* (correcta por umha vez já que corrige umha gralha evidente do texto de *Nós*), elimina o artigo que precede ao nome do fidalgo da Pedreira sem eliminar, como fai noutras ocasions, a preposiçom que introduz um objecto directo de pessoa.

Na página 102 de *O Estudante* lê-se *As cartas da Edith*, na sua página 332 Mariño corrige *As cartas de Edith*, como no caso anterior elimina o artigo do nome; poderia pensar-se que acha vulgar o emprego do artigo com os nomes próprios se nom fosse porque em todas as outras ocorrências em que aparece o artigo diante de um nome próprio, e som muitas, respeita-o.

Na página 121 de *O Estudante* lê-se *Falouse de que aixiña ficarian vacantes duas auxiliarías na Facultade*; na página 346 de Mariño transcreve-se *Falouse que axiña ficarían vacantes dúas auxiliarías na facultade*, além de outras modificaçons, Mariño elimina a preposiçom *de*.

Na página 131 de *O Estudante*, Otero escreve *Debía estar meio cego porque nin se dou conta da presencia de Paio que o ollaba dende ben perto*, Mariño reescreve, na página 352: *Debía estar medio cego, porque nin se deu conta da presencia de Paio que ollaba dende ben preto*, como se vê, as alteraçons abundam mas nom sei como pode justificar Mariño a eliminaçom do pronome *o*.

15. ALGO DE VERBOS

No tratamento geral que recebe o texto de Otero por parte de Mariño parece como que nos achássemos em presença de um professor que corrige o trabalho de

um aluno; polo número de correcçons duvido muito de que Otero conseguisse superar a matéria de Língua com o professor Mariño. Ora bem, estamos em presença de um professor descuidado, que nom mantém uns critérios fixos e que tam depressa corrige o que nom deve, como deixa sem corrigir o que deveria. Além do léxico, este proceder fai-se especialmente salientável em aspectos morfológicos, nomeadamente nos verbos e nos pronomes. Dedicarei um pequeno parágrafo ao tratamento que dá Mariño às formas verbais e perífrases utilizadas por Otero.

Parece como se Mariño estivesse de acordo em que no galego nom há tempos compostos com o verbo haver. Conforme esse critério corrige *haber sido* por *ter sido* na página 157 e *haber demudado* por *ter demudado* na página 184, mas na página 201 parece ter mudado os critérios correctores e transforma *Debe haber mudado o Ministerio* em *Debeu mudar o ministerio*, eliminando a maiúscula sem motivo. Por último na página 229 transforma *parescía haber tomado leuciós d'enerxía* em *parecía que tomara leccións de enerxía* em vez dos agardados *ter mudado* e *ter tomado*. Porém nom podemos estar seguros de que nom aceite a auxiliaridade de haver, já que deixa sem corrigir, polo menos, os seguintes casos: Na página 91 deixa estar *houbera arriscado* sem corrigir nada. Na página 184, na mesma em que corrige *haber demudado* por *ter demudado*, deixa estar *houbera escolmado*. Na página 185 deixa estar *houbera aturado*. Na página 188 deixa estar *houbera desexado*. Na página 279 respeita *houbera pasado*. Na página 285 deixa sem corrigir *houbera habitado*. Na página 335 nom corrige *Houberan desexado*. Fará Mariño algum tipo de excepçom com *houbera(n)*? A resposta achamo-la na página 414 da *Gramática* de Álvarez *et alii* que dam como existente esta inútil perífrase[6].

Também parece levantar problemas a consideraçom que lhe merece a Mariño a perífrase ter + participio. Como sobre este tema nom se manifestam as *Normas,* consultei a gramática de Costa Casas, González Refoxo, Morán Fraga e Rábade Castiñeiras. Nela di-se que tem tanto aspecto reiterativo como perfectivo; consultei, aliás, a gramática de Álvarez, Regueira e Monteagudo (suponho que mais do gosto de Mariño) e nela também se reconhece o carácter perfectivo, além do reiterativo, da perífrase, ainda que na página 414 dim que "*tiña* + participio é inusual con valor puramente perfectivo", de todos os jeitos *inusual* tampouco quer dizer proibida. Mariño nom deve reconhecer-lhe muito valor perfectivo à citada perífrase, ainda que nas correcçons que citei no parágrafo anterior os seus ter + participio tinham unicamente valor perfectivo e nom indicavam reiteraçom nengumha. Na página 115 corrige *tíñalle chuchado* por *chucháralle*; na página 160 corrige *tiñan conquerido* por *conquereran* e *tiñan cruzado* por *cruzaran*; na página 168, *tivera rematado* por *rematara*; na página 195, *tiña debullado* por *debullara*; na página 205, *tiña destrozado* por *destrozara*; na página 230, *ten perdido* por *perdeu* e *tiña dito* por *dixera*; na página 233, *tiñan decorrido* por *decorreran*; na 235, *tiña desaparecido* por *desaparecera*; na página 236 substitui *ter nado* por *nacer*; na

(6) O da "inutilidade" nom é opiniom minha mas dos próprios autores da gramática citada que, depois de falarem da existência da perífrase e de darem vários exemplos, acrescentam: *Nestes casos, a perífrase non ten unha función específica, pois o significado que aparece exprésano xa outras formas do paradigma verbal, fundamentalmente do pretérito pluscuamperfecto de indicativo,o futuro do pretérito e o pretérito imperfecto de subxuntivo.*

página 295 corrige *tiñan saído* por *saíran*; na 308, *tiña conquerido* por *conseguira*; na 309, *tés crasificado* por *clasificaches*; na 310, *temos sabido* por *soubemos* e, por último, na página 316 modifica *tiñan estudado* por *estudaran* e *de tela conquerido* por *de que a conseguira.*

Mariño deve encontrar excessiva a utilizaçom que Otero fai das formas flexionadas do infinitivo polo qual decide eliminar-lhe umhas quantas: Na página 92 *adoitaban a usaren* passa a *adoitaban usar*; na página 102 *deixaban de seren* converte-se em *deixaban de ser*; na página 142 transforma *non s'astrevían a entraren* em *non se atrevían a entrar*; na página 207 *as pedras dos vellos edificios figuraban rirense de nós* passa a ser *as pedras dos vellos edificios figuraban rirse de nós*; na página 248 *viñeran a viviren* transforma-se em *viñeran vivir*; na página 283 reescreve *inda non s'astrevían a se meteren* como *inda non se atrevían a se meter* e na página 316 *figuraban invitaren* passa a ser *figuraban invitar.*

As formas *viñer* (página 113), *quixer* (páginas 138 e 265), *tiver* (página 243) e *souper* (página 295) som substituídas por *viñera*, *quixera*, *tivera* e *soubera*. Estas formas parecem ter valor, em Otero, de passados e nom de futuros de subjunctivo, ainda que às vezes nom é seguro que nom sejam futuros; neste caso, as formas empregadas por Otero nom seriam correctas mas, postos a corrigir, melhor seria fazê-lo por *viñese*, *quixese*, *tivese* e *soubese* cujo galeguismo está muito mais claro que o das formas em *-ra*. Devo dizer que na ediçom de Casares (Galaxia, 1978) respeitam-se estas formas de Otero, do mesmo jeito que, praticamente, todo o conjunto das formas verbais e perífrases de Otero; ainda que Casares também modificou o texto, o seu respeito para com o original é muito superior ao que demonstra Mariño.

As construçons (que neste caso devem ser consideradas incorrectas) de Otero *facía un ano* (página 118), *facía días* (página 276), *facía un vento* (página 334) e *facía humidade* (página 334) som corrigidas, respectivamente por *había un ano*, *había días*[7], *ía un vento* e *ía humidade*. *Imos* é corrigido por *vamos* nas páginas 119, 179 e 329; devo reconhecer que nos três casos tem valor de imperativo. *Poideron* substitui-se por *puideron* (página 118) e *puden* por *puiden* (página 139). *Deme* é substituído por *déame* (página 138) e *díceme* por *dime* (página 186). Também corrige Mariño *puxechelle* por *puxéchesllle* (página 237). Surprendentemente, a forma *Estaba escribido* que aparece na página 63 de *A Maorazga* fica sem corrigir na página 228.

Só o capricho de Mariño pode justificar as trocas de *calaran* por *calaron* na página 279 e de *decataban* por *decataron* na 355.

O *camiñar ia* que Otero escreve na página 78 de *A Maorazga*, e que Casares respeita na sua página 155, deve-lhe parecer excessivamente "português" (aliás, nom sendo) a Mariño que o transforma em *camiñaría*.

---

(7) Ainda que esta modificaçom seja correcta, o resultado é umha ambigüidade que nom existe no texto de Otero: Había días que a nai e a tía o ollaban a miúdo, esta frase pode indicar umha referência ao passado ou umha atitude habitual:

16. OS PRONOMES

Se o aluno Otero Pedrayo nom alcançaria umha boa nota num exame de verbos do professor Mariño, num exame sobre os pronomes duvido que chegasse a obter um *suficiente*. As correcçons multiplicam-se: colocaçom de pronomes átonos, mau uso do reflexivo, confusom de objecto indirecto e obxecto directo, confusom entre *lhe* e *lhes*... Neste caso, como no dos verbos, também Casares se mostra muito mais tolerante com o texto oteriano que só corrige em casos excepcionais ou para tirar um apóstrofo ou colocar um acento. Também, como no caso dos verbos, em múltiplas ocasions, Mariño corrige o que nom deve, enquanto deixa sem corrigir formas que aplicando os seus "critérios" seriam erróneas. Consagrarei este parágrafo a examinar o seu "trabalho pronominal".

Quanto à colocaçom do pronome átono, a juízo de Mariño, dom Ramom manifesta-se particularmente incompetente. Mariño corrige-o nas páginas 80, 82, 83, 103 (duas vezes), 108 (duas vezes), 111 (duas vezes), 114, 120, 135, 147, 148, 164 (duas vezes), 171, 176, 185, 197 (duas vezes), 203 (duas vezes), 214, 218, 225, 226, 232, 235 (duas vezes), 238 (duas vezes), 243 (duas vezes), 256, 257, 275, 276, 279, 280, 284, 285, 287, 293, 299, 300, 304, 307, 310, 314, 321, 322, 324, 325, 326 (duas vezes), 333, 341 e 354. A imensa maioria dos casos trata-se de colocaçons enclíticas do pronome que, segundo Mariño, deveriam ser proclíticas; também na imensa maioria dos casos som aceitáveis as duas posiçons (énclise e próclise) e nalguns casos (como ocorre na página 218) é preferível a soluçom de Otero, o mais freqüente é que se trate da presença de nexos que exigiriam a próclise, mas que devido à distáncia que se encontram do pronome aceitam perfeitamente a énclise. Em realidade nom há, a meu juízo, mais casos errados de colocaçom de pronome que os seguintes: página 135, página 185, página 197, página 203 (umha das duas vezes), página 214, página 243 (umha das duas vezes), página 257, página 300, página 321 e página 325. O resto som ganas de corrigir o estilo de Otero.

Outra das teimas de Mariño consiste na eliminaçom de pronomes oterianos que deve de considerar incorrectos. Na maioria dos casos, ainda que nom sempre, a vítima é o reflexivo *se*; trata-se, em ocasions, das chamadas reflexivas indirectas inexistentes em galego; outras vezes de pronomes reflexivos usados com verbos que, em galego, nom aceitam o reflexivo ou preferem a construçom nom reflexiva; nestes casos, como em tantos outros, o critério de Mariño é variável e abundam as ocasions em que teria iguais, ou maiores, razons para eliminar pronomes que mantém enquanto que, noutros casos, os elimina; outras vezes, é puro capricho e erro de Mariño, mostrarei só um par de exemplos como prova do que afirmo: Na página 42 de *Os señores da Terra*, a *reina da Canella* encontra-se de noite com o morgado da casa dos Doncos e, ao assustar-se, diz-lhe o *Maorazgo*: *"Non me teña medo, que lle son d'iste mundo"*, Mariño re-escreve, na página 105 *"Non teña medo, que lle son deste mundo"*. A frase de Otero nom tem nada que emendar já que o *Maorazgo* lhe diz que nom lhe tenha medo a el, polo tanto o *me* está perfeitamente justificado e a sua eliminaçom altera o sentido do original. Outro exemplo: nas páginas 87 e 88 de *O Estudante* lê-se: *O Paio choutou a parede, rabuñouse n'unha perna e caiu n'unha terra mol e mollada*; Mariño transcreve, na

página 321, *O Paio saltou a parede, rabuñou unha perna e caeu nunha terra mol e mollada*; novamente nom havia nada que corrigir e o texto de Mariño nom só nom melhora o original senom que introduz umha ambigüidade, já que se pode interpretar que Paio rabunha a perna el próprio. Eis a lista das páginas nas que Mariño elimina pronomes: 105, 130, 132, 154, 159, 168, 170, 174, 183, 219, 223, 229, 237, 243, 246, 249, 251, 284, 297, 301, 305, 318, 320, 321 e 325 . Para compensar darei outra lista de páginas, onde Mariño teria as mesmas razons, ou maiores, para eliminar reflexivos, às vezes com as mesmíssimas construçons ou verbos com que os eliminou: 209, 216, 251, 269, 272, 297, 298, 299 (duas vezes), 316 e 345.

Outro dos grupos de correcçons, que Mariño fai no texto de Otero, refere-se à confusom entre o objecto directo tanto na segunda pessoa (*te* / *che*) como na terceira (*lhe*, *lhes* / *o*, *a*, *os*, *as*). Nalguns dos casos trata-se de empregos duvidosos, nos quais falantes nativos podem optar por umha ou outra soluçom. Mais umha vez, Mariño é "implacável", enquanto que Casares se mostra muito mais tolerante e nom muda mais que umha vez *te* por *che* e outra *che* por *te*. Velaí as correcçons de Mariño, começarei pola terceira pessoa e despois pola segunda:

Na página 146 de *Os Señores da Terra*, Otero escreve *Agora sairían da misa postas de manteleta as señoras dos oficiás; agardáballes a casiña limpa*; na página 176, Mariño corrige *Agora sairían da misa postas de manteleta as señoras dos oficiais; agardábaas a casiña limpa*. Na página 45 de *A Maorazga* lê-se *Non lle chamaba o corpo polo traballo do agro*, a frase de Otero pode ser produzida por um locutor nativo; Mariño corrige, na página 213, *Non o chamaba o corpo polo traballo do agro*. Na página 59 de *A Maorazga*, Otero escreve *parescía qu'aquilas cousas lle tiñan sin coidado*; Mariño re-escreve, na página 224 *parecía que aquelas cousas o tiñan sen coidado*, também aqui podemos escuitar a frase de Otero na boca de um locutor nativo. Na página 63 de *O Estudante* lê-se *Por iso ô saber que viñan a casa dos Doncos non lle levou o xenio e prantouse pra decirlle catro verdás â Xenoveva e mais â Sabeliña*. Mariño corrige, na página 304, *Por iso, ó saber que viñan á casa dos Doncos, non a levou o xenio e plantouse para dicirlles catro verdades á Xenoveva e mais á Sabeliña*. Por último, nas páginas 90 e 91 de *O Estudante*, Otero escreve *Iles fixeron môr revolución qu'os oradores abogados e debía considerárselles apóstoles da nova relixión da Humanidade*; nas páginas 323 e 324, Mariño corrige *Eles fixeron mor revolución que os oradores avogados e debíase consideralos apóstolos da nova relixión da humanidade*, se a frase de Otero pode oferecer dúvidas em quanto ao seu enxebrismo, a frase de Mariño soa mais estranha ainda que a do mestre de Trás-Alva. Em nengum destes casos Casares corrige o texto de Otero, considero que Mariño deveria ter obrado com mais prudência e respeito polo texto e que algumhas das suas emendas som piores que as soluçons originais.

Na página 54 de *Os señores da Terra*, lê-se *non che leva o xenio á ser crego"?*; Mariño corrige, na página 113, *¿non te leva o xenio a ser crego?* Na página 50 de *A Maorazga*, Otero escreve *malo raio che parta*; Mariño corrige, na página 217, por *mal raio te parta*, trata-se de um evidente cheísmo que Casares também corrige ainda que nom substitui *malo* por *mal*, opino que tem razom Casares, Estravis

regista o adjectivo *malo* como variante de *mau* e também Cândido de Figueiredo recolhe *malo* como brasileirismo com o significado de *mau, irascível, violento*, também nas páginas 118 e 146 substitui Mariño dous *malo* por *mal* de forma impertinente. Na página 89 de *A Maorazga*, lê-se *Ollouche d'un xeito*; Mariño corrige, na página 246, por *Olloute dun xeito*, trata-se de outro caso de cheísmo também corrigido por Casares (página 161). Por último na página 98 de *O Estudante*, Adrián Soutelo fala com o seu sobrinho: *Eu tamén tiven culpa d'abondo aconsellándote a carreira*; Mariño corige, na página 329, por *Eu tamén tiven culpa de abondo aconsellándoche a carreira.*

Também corrige Mariño algum *lle* que Otero utiliza, como lhes ocorre a tantos galegos, em lugar de *lhes*. Passa isto nas páginas 121, 281, 307 e 325. Tendo em conta que o objecto indirecto aparece explícito no primeiro (página 66 de *Os señores da Terra*: *darlle educación ôs fillos*) e no terceiro (página 67 de *O Estudante*: *vendinlle o retabro* ***ôs castellanos***) casos, julgo que Mariño poderia ter deixado passar as formas de Otero.

17. CONCLUSOM

Ainda se poderiam citar muitíssimos outros casos em que Mariño altera o texto de Otero, mas julgo que com os exemplos acarretados é mais que suficiente para dar umha ideia do seu trabalho, embora nom me resista a ver mais um: Mariño, igual que Casares, modifica a pontuaçom do original que, certamente, necessita de umha revisom. Igual que noutros casos considero que o trabalho de Casares[8] é mais acertado que o de Mariño. Nas páginas 138 e 139 de *Os señores da Terra*, o fidalgo da Pedreira está escuitando umha narraçom do Zaparín: *"cando o señor bispo rubía pol-as canellas na sua liteira botando bendiciós as vellas púñanselle nas beiras dos camiños e nos cadabullos dos tarreos acocoradas com'as porcas"*; o início de conto está completamente falto de pontuaçom. Casares transcreve o texto, na sua página 97, *"cando o señor bispo rubía polas canellas na súa liteira, botando bendiciós, as vellas púñanselle nas beiras dos camiños e nos cadabullos dos tarreos acocoradas como as porcas"*. A transcriçom de Mariño, página 171, é como segue: *"cando o señor bispo subía polas canellas na súa liteira botando bendicións ás vellas, púñanselle nas beiras dos camiños e nos cadabullos dos terreos acocoradas coma as porcas"*. Julgo que é mais correcta a pontuaçom de Casares, o normal é que as bençons do bispo fossem para todo o povo e nom só para as velhas, além disso a interpretaçom de Mariño exige um acento que nom figura no original (nem em Casares).

O trabalho de Mariño é um trabalho que falseia o texto original e que nem sequer respeita os critérios que ele próprio manifesta. Trata-se também de um trabalho descuidado e, provavelmente, apressado. Além de descuido e pressa também reflecte, a meu ver, incompetência e ignorância. As ediçons "modernizadas" dos textos clássicos sempre som matéria discutível, mas é evidente que para fazê-las

(8) A ediçom de Casares foi criticada, no seu dia, por corrigir o texto de Otero. Ainda que nom concordo com algumhas das alteracões de Casares, por exemplo substituir Galiza por Galicia, devo reconhecer que o seu respeito polo original é muito superior ao de Mariño, até o ponto de que na sua ediçom som visíveis muitas das características do texto oteriano que desaparecem na «ediçom» de Mariño.

requerem-se uns dotes que Mariño está muito longe de possuir. A situaçom lingüística da Galiza fai possível que trabalhos deste género sejam feitos por pessoas sem mais méritos que o de concordarem ortograficamente com as posiçons chamadas oficiais, o que ainda é mais grave num professor universitário de galego. O resultado é que os leitores actuais de Otero, ou de outros autores "normativizados" *post mortem,* tenham umha ideia completamente equivocada do jeito de escreverem os grandes vultos da nossa literatura. O que quiger ler os nossos autores tal e como eles escrevêrom nom tem mais soluçom que acudir a primeiras ediçons, que só poderá achar em certas bibliotecas ou em alfarrabistas a um preço que poucos podem pagar. Enquanto continuar esta situaçom, nom há nengumha garantia de que podamos ler as grandes obras dos nossos clássicos em ediçons que respeitem, mesmo modernizando-os, os textos que eles escrevêrom e continuarám-se a produzir atentados literários como o que acabo de comentar.

BIBLIOGRAFIA

Alonso Estravis, I. 1986. *Dicionário da língua galega.* Alhena. Madrid. 2749+XLIII pp.

Álvarez, R.; Regueira, X.L. e Monteagudo, H. 1986. *Gramática galega.* Galaxia. Vigo. 568 pp.

Ares Vázquez, M.C. *et al.* 1986. *Diccionario Xerais da Lingua.* Xerais. Vigo. 954 pp.

Ares Vázque, M.C. *et al.* 1990. *Diccionario Xerais Castelán Galego de usos, frases e sinónimos.* Xerais. Vigo. 843 pp.

Costa Casas, X.X.; González Refoxo, M. dos A.; Morán Fraga, C.C. e Rábade Castiñeiras, X.C. 1988. *Nova gramática para a aprendizaxe da língua.* Vía Láctea. Corunha. 397 pp.

Figueiredo, C. de. 1939. *Novo dicionário da língua portuguesa.* Livraria Bertrand. Lisboa. 1230+1348 pp.

Martínez Almoyna, J. 1983. *Dicionário de Espanhol-Português.* Porto Editora. Porto. 1058 pp.

Otero Pedrayo, R. 1928. *Os señores da Terra.* Nós. Crunha. 150 pp.

Otero Pedrayo, R. 1928. *A Maorazga.* Nós. Crunha. 108 pp.

Otero Pedrayo, R. 1928. *O Estudante.* Nós. Crunha. 134 pp.

Otero Pedrayo, R. 1979. *Os camiños da vida.* Galaxia. Vigo. 261 pp.

Otero Pedrayo, R. 1994. *Os camiños da vida.* Galaxia. Vigo. 355 pp.

Real Academia Galega e Instituto da Língua Galega. 1982. *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego.* RAG-ILG. Vigo. 188 pp.

Malditas Palavras

João GUISAN SEIXAS
(Vilacide de Baixo)

Um dos momentos mais magistrais (se este termo admitir graus) de toda a Obra de Valle-Inclán é o final de "Divinas Palavras", quando, no meio de um embrulho fenomenal de baixas paixões e piores misérias, um sacristão de aldeia resmungando latins, que nem ele provavelmente entende, consegue aplacar as iras de uma gentalha desbocada em pleno linchamento, e essas palavras, tão temidas como incompreendidas, vão purificando o corpo da mulher pecadora enquanto entra na igreja.

É uma das mais plásticas descrições de um fenómeno que acompanha o homem desde a sua emergência como tal. As palavras têm força. As palavras podem matar e salvar a vida. As palavras som brinquedos perigosos. É tão fácil enredar-se com as palavras e acabar por dispará-las na própria boca! Mas o importante da cena é que nos revela um facto essencial: as palavras têm tanta mais força (curiosamente) quanto menos se entendem.

O que nos interessa agora é que nela Valle nos descobre (quem sabe se sem querer ou se querendo) um dos seus "truques" estilísticos mais usuais: a inclusom de léxico exótico, estrangeiro ou simplesmente estranho, no seu peculiar castelhano. Valle queria também dominar o espírito do leitor através, precisamente, de palavras que carecessem de significado para este. Conta-se dele, entre tantas histórias, que foi "correspondente" de guerra (durante a do 14) sem necessidade de se deslocar de Madrid, e que nas suas crónicas bélicas "enviava" grandes contingentes de forças turcas (ou talvez otomanas, que desfilam melhor) de Ankara a Anatólia, ou de Anatólia a Ankara, tão só porque o atraía a força eufónica desses nomes.

No seu teatro de "ambiente galego" o papel de Ankara e Anatólia (o papel do latim) desenvolvem-no as palavras galegas que ele, sem dúvida (a pesar da distância ao mundo que lhe impunham as longas barbas, os grossos óculos e o pensamento fidalgo), deveu alguma vez ouvir nos seus passeios polo Barbança. Eu

penso que esse castelhano "agalegado" ou "galeguizante" (ainda que o adjectivo que talvez mais lhe convém é "galaico", por uma certa assonância com "gótico", que é como ele definia, um tanto anacronicamente, o falar do país) está pensado antes para ser ouvido em Madrid, ou qualquer lugar de língua castelhana, que na Galiza. A funçom desse "léxico vernáculo" é a de "nom ser entendido", e nom a de "ser entendido". Trata-se de uma forma de "distanciamento", de criar uma atmosfera densa entre o palco e o público. (Em certa ocasiom, vendo uma adaptaçom televisiva de Valle notei como os primeiros planos, que pretendiam resultar "terríveis", resultavam ridículos e pensei: "esse primeiro plano nom o escreveu Valle", porque, com efeito, Valle nom admite o primeiro plano, o seu teatro é épico, nom exactamente no sentido do de Brecht, mas é preciso vê-lo "de fora", com intensidade, querendo penetrar, mas sempre "de fora"). Claro que essa linguagem tem também um significado dramático mais simples que se reduz a uma mera convençom cénica. É uma espécie de "fazei de conta de que estou a falar em galego, mas estou a falar em castelhano", sem que deva daí interpretar-se que González Laxe ou Abel Caballero som realmente personagens de Valle.

Entende-se, depois do dito, que a língua que emprega Valle seja tão cara aos olhos das nossas autoridades linguísticas e culturais que pensem que nom é preciso traduzi-lo. Tudo isto vem a conto da notícia de que o Centro Dramático Galego (CDG) vai representar quatro obras de Valle-Inclán em castelhano. Afinal entre um castelhano um pouco agalegado, como o de Valle, e um galego fortemente castelhanizado, como o que eles promovem, pouca diferença deve haver. Seria dinheiro mal gasto (como se isso lhes preocupasse algo!). Mas o ponto de "acordo" é mais importante e mais subtil: na prática filológica oficial (ver, por exemplo, a justificaçom da forma "oir", por "ouvir", nas "Normas Ortográficas etc etc." de ILG/RAG) resulta ser galego, ou ter patente de galego, tudo quanto for dito ou pronunciado em Galiza que nom seja "exactamente" castelhano padrom actual. O "castelhano de Valle", que é uma língua que se supõe pronunciada em Galiza, e que nom é exactamente castelhano padrom actual, deve ser, de algum modo, "galego". Paradoxalmente o "castelhano de Valle" merece o mesmo trato que o "galego da montanha". Trata-se de um "castelhano enxebre" e, como é mais importante a "enxebreza" que a própria língua, deve de se tratar de um "castelhano galego" também.

A diferença, porém, entre o castelhano de Valle e o galego do ILG é tão tremenda como a que vai da genialidade à mediocridade. Valle criou, com o intuito de imitar o galego, um castelhano maravilhoso, que sabe mais a velho que a galego, que sabe mais a estranho que a folclórico, que sabe, sobre tudo, a humidade, a pedra, a lama, a roupa gasta, a máscaras de carne, a criaturas de um reino que nunca existiu, de idioma tão ultranatural, que o único que podem fazer seus moradores é descerem sempre, empurrados polas paixões, igual que pesos que caem por um plano inclinado. Valle inventava valentemente, abertamente, descaradamente, uma língua que ninguém falava, porque se alguém a falasse lhe queimaria na boca. Nada tem a ver com a cobardia burocrática, com a invençom camuflada, com a parafilologia esotérica dos inventores dessa língua "popular" que só falam os índios da Tele.

Nesse sentido eu compreendo sem reparos a atitude da família de Valle impedindo taxativamente que a sua Obra seja traduzida ao galego, sempre que se especificasse que a este "galeguinho" de via estreita, enxebrizante e inventado. Valle é realmente grande de mais para caber nele. Mas também, pola mesma, deveria de se proibir traduzir Sófocles, Molière, Shakespeare ou Chejov (os coitadinhos nom devem ter família que os defenda, com esses nomes tão raros!). E eu, como nom sou patriota e me importa mais que arda um monte que arda uma bandeira, considero que, com efeito, a atitude mais respeitosa, nom só com a obra deles, mas sobre tudo com a própria língua, seria proibir tais atentados.

No caso de Valle, aliás, há uma dificuldade suplementar. Como acabamos de dizer, ele emprega uma linguagem estranha e inventada, feita à medida do seu texto. Isso talvez teria grandes dificuldades para ser trasladado a francês, a sueco ou a chinês, mas sempre se poderiam procurar equivalências. Ora, como traduzir uma linguagem inventada, para uma língua que é inventada por sua vez? Falta o termo de referência, que seria o francês padrom, o sueco padrom ou o chinês padrom (o galego padrom nom existe: trata-se de uma questom de uso, e nom de Decreto Lei). Como distinguir, entom, o que inventou o autor do texto, do que inventou o autor do dicionário?

A mim produz-me suores, de veras, parar-me a pensar como se traduziriam determinadas cousas de Valle para "galeguinho oficialinho". Sobre tudo pensar como "regressariam" para o galego "oficial" algumas dessas expressões do galego real que ele inseriu no seu castelhano. Em "La Rosa de Papel", por exemplo, ao aparecer o célebre grupo de rapazinhos a berrarem "Mamá Florinda, mamá Florinda!", o autor denomina-o, transcrevendo com ortografia espanhola uma voz viva no falar da ria em que nasceu: "Coro de crianzas". Já o estou vendo "galeguizado" (ou melhor "oficializado") como "Coro de rillotes" ou quem sabe se "Couro de rillotes" (polo de Arosa/Arousa). O título de uma das obras que pensa encenar o CDG, "La Ligazón", apareceria, quiçá, na sua versom galega, como "A Ligación". Ainda que seria um caso difícil, pois o castelhano admite as duas formas, e já se sabe que o galego, nas escassas palavras em que o espanhol perdeu esse "i" (como "corazón", "armazón" etc.) também, curiosamente, o perde. E que dizer a respeito de "Divinas palabras" (cujo título galego poderia ser "Verbas Caralludas")? Provavelmente, ao chegar ao final, num excesso de zelo patriótico, traduziriam também o texto latino, com o qual nom se entenderia nada (curioso, e nem por isso menos certo, paradoxo: se se entendesse o texto nom se entenderia a obra).

Mas nom penso que os herdeiros de Valle neguem o seu "placet" a uma versom galega (ou a uma aversom galega) por nenhum melindre linguístico. Suspeito que na sua atitude existe, antes ao contrário, um acordo de fundo com a "linguística oficial": nom se considera necessário nem conveniente traduzir a sua Obra ao galego, porque se considera que a sua Obra já é como se estivesse escrita, polo menos parcialmente, em galego, porque já tem as proporções de galego e castelhano que o seu autor queria dar-lhe, ou, por dizê-lo de modo resumido: porque já está "galeguizada". Eis a questom: entre o galego e o castelhano nom existe fronteira linguística, e, como traduzir para galego (ou simplesmente empregá-lo) é uma simples questom de "galeguizar" o espanhol, a diferença entre a versom original

da Obra e a sua aversom galega seria simplesmente de grau, e, nesse aspecto sim, uma tergiversaçom literária inaceitável.

Claro que, nesse caso, a família deveria proibir a traduçom para francês ou inglês, em que esse jogo linguístico nom seria possível, ainda que se procurassem equivalências (provavelmente dialectais). Entom é quando toda esta questom, até certo ponto fútil e irrelevante, como tudo quanto concerne ao CDG, cobra uma dimensom realmente reveladora para nós. É que nom o estão a ver? Acabo de dizer que esse jogo linguístico só seria possível com o espanhol! O galego é uma língua que só pode existir ao lado do espanhol, misturando-se com ele, gravitando a seu redor. E uma língua que depende de outra, mesmo para se diferenciar dela, nom é uma língua, mas um dialecto. Toda esta questom coloca-nos de frente a nossa dependência do castelhano, e todas as formas demagógicas, pueris e dependentes de tentar-nos desfazer dela. E coloca-nos frente da dependência que interessa, que nom é nem a legal, nem a cultural, nem sequer a social: é a dependência real, aquela que somos incapazes de sacudir, a dependência interna, a dependência linguística. Valle, mesmo sem o pretender, sabia colocar-nos sempre frente as nossas deformidades. A linguagem que emprega é uma caricatura deformada da nossa dependência do espanhol, e se isso significa também a sua obra e a sua língua, isso é em verdade intraduzível para nenhum outro idioma.

Convém nom esquecer, porém, que nada de quanto vai dito tem a menor relevância no caso de outras obras, ambientadas fora da Galiza (como por exemplo "Luces de bohemia") em que as dificuldades de traduçom para galego nom tinham por que ser mui diferentes das do inglês ou francês. E os herdeiros de Valle, aliás, têm vetado também a sua traduçom, dentro do estado espanhol, para qualquer outra língua "autonómica".

Intuo o desconcerto do leitor: este que está, afinal, de acordo com que Valle nom se pode traduzir para galego, de acordo com que o CDG o represente em espanhol, ou está em desacordo com todos? *(isto último dedicado ao meu amigo Armando)* Pois nem sequer estou em desacordo com todos. Estou em desacordo com a mesma forma de colocar-se os termos e de colocar-se a questom. É como se alguém me perguntasse: "quem preferes que ganhe a Liga, o Barça ou o Madrid?", e ao responder nem um nem outro, entendesse que prefiro que ganhe o Betis, e nom que eu, simplesmente, nom gosto de futebol.

Acabo de ler a recensom de um estudo, mui "sociolinguístico", promovido polo "Consello Galego da Cultura" em que os autores se felicitavam de que o galego, apesar de que perdia falantes "por obrigaçom" ou porque "nom lhes ficava outro remédio", cada dia tinha mais falantes "voluntários" ou falantes "por vocaçom". Os autores nom aclaravam, porém, se no conto geral o galego ganhava ou perdia falantes, que é o que aos pouco patriotas nos interessa. O caso é que, ao seu lado, deveria ter aparecido um flash de última hora, em letra bem gorda, que anunciasse: "Perigosa situaçom do castelhano (ou do inglês ou do chinês): o 99,999...% das pessoas que o falam, fam-no porque nom lhes fica outro remédio". Alguns gostarão, com certeza, dos resultados desse relatório, porque lhes saberão a basco e a gaélico. Mas a mim nom me parece para nada invejável a situaçom linguística (nem política) de bascos e irlandeses. O galego passa a formar parte,

assim, junto com o esperanto e outras línguas artificiais, do muito selecto (e pouco recomendável) clube de línguas que se falam voluntariamente.

Adenda: quando corrigia este escrito chegou aos meus olhos incrédulos um artigo de Victor Freixanes em que aderia ao entusiasmo polos resultados desse relatório, comparando os "falantes conscientes" com bebedores exigentes e entendidos, e os "falantes espontâneos" com os bebedores do vinho barato das tabernas. Arrepia pensar que, quando o galego chegar ao "nível" dos bebedores de champagne Veuve-Clicot autêntico, reserva especial do 86, eles se seguirão felicitando, e que, quando o último falante de galego realizar prodigiosas "Catas cegas" de exibiçom, em que será capaz de distinguir, de olhos fechados, o dialecto "fisterrán norocidental" do terceiro subdialecto da Terra Chã, conforme se entra, à mão direita (que som as habilidades linguísticas próprias do galego para esta gente), se felicitarão também. Porque o curioso é a assimetria que se dá entre as duas línguas. Os falantes de castelhano da Galiza, falam-no "porque nom lhes fica outro remédio", como o 99,99...% dos do mundo, enquanto o galego cada dia se fala mais voluntariamente (e menos quantitativamente). Nessa superioridade vitivinícola radica a sobrevivência garantida do castelhano na Galiza, e a progressiva desapariçom do galego. Eu sempre mantivem que a "Asociación Gallega para la Libertad de Idioma" (AGLI) era uma meritória empresa, só que iniciada com 500 anos de atraso. E desde aqui lhes prometo que o dia que pense que a língua espanhola corre o menor risco de desaparecer da Galiza, eu me afiliarei a ela. Por enquanto penso que a galega é a única língua que corre sério risco de desaparecer no paladar (ou será o "padal"?) destes gourmets, que vêm dar razom, desde o outro lado, a essa meritória associaçom, no sentido de que o da língua é um problema de eleiçom individual, e que serve de algo poder escolher receber as facturas da Telefónica em galego ou castelhano, comprar um automóvel que se chame Arousa e nom Arosa (e este tema daria para um artigo tão extenso como este) e mesmo que, quando tu viajasses em aviom, em lugar de pôr "Iberia", na sua fuselagem se lesse "Celtibéria".

O caso é que, dentro desta perspectiva, Valle foi um cidadão galego adulto e consciente, que, em legítimo uso dos seus direitos escreveu toda a sua obra em espanhol e declarou a sua vontade de que nunca fosse traduzida para galego. Que devemos fazer? Devemos passá-lo polas armas? Já está morto. E, aliás, seria um remédio pouco efectivo. Os mortos nom escrevem em castelhano, é certo, mas também nom escrevem em galego. E deveria importar-nos mais que se escrevesse em galego, e menos que "nom se escrevesse em espanhol". O direito de traduçom é um "direito de autor", e, nesse sentido, nem legal, nem moralmente (que é o que a mim me interessa) podemos forçar esse direito.

Como, com poderes extra-sensoriais que possuo, estou a ver o meu amigo Armando a saltar do seu assento, com o papel impresso a agitar-se por efeito da sacudidas das mãos que o sustêm, enquanto grita: "Entom, afinal, estás de acordo com a família de Valle e o CDG!", vou tentar ser claro e conciso. Valle tem todo o direito do mundo a nom ser traduzido para galego, ora, nom entendo a necessidade, ou melhor a obrigaçom, que tem o CDG de representar nenhuma obra de Valle. Livre-me Alá de qualquer fundamentalismo. Se vivêssemos no meio do Oceano,

isolados do mundo, e de nós dependesse que Valle se representasse ou nom, deveríamos representar Valle em castelhano e com agulhas espetadas nos pés, se fosse preciso. Como afortunadamente nom é assim e temos umas fronteiras maravilhosamente abertas à cultura espanhola (o único que lamento é que nom as tenhamos igual de maravilhosamente abertas à cultura portuguesa) e existem o Centro Dramático Nacional, o Centro Dramático Andaluz (que já trouxo algum Valle por este vale de lágrimas, e com uma prodigiosa Luísa Martínez no reparto, por certo) e um sem fim de companhias públicas e privadas que podem representá-lo, e que sempre serão bem-vindas, ninguém tem por que ceder nem um só dos seus direitos.

Ou terá, realmente, o CDG a obrigaçom de representar Valle, este ano sem falta? Porque o assunto põe de relevo também uma característica estrutural do CDG digna de mençom. A uma companhia pública de teatro deveria-se-lhe de pedir apenas que cumprisse com um objectivo: fazer teatro de qualidade (que nom é o mais raro nem o mais "vanjuardista", mas precisamente aquele capaz de fazer rir, chorar, emocionar-se... aquele capaz de comover o público assistente), e no caso de uma sociedade com problemas linguísticos, como a galega, contribuir ao uso normal dessa língua. Como estamos a ver, justo o contrário da prática do CDG. Porque no caso do CDG, como em tantos outros, confunde-se uma companhia pública com uma "companhia institucional", uma espécie de Banda de Música Municipal, em Dramático e Galego. Um brinquedo para amenizar as solenidades públicas, as efemérides e celebrações, "politicamente convenientes". E como este ano é preciso celebrar o centenário do 98, e como na Galiza nom existiu "geraçom do 98", havia que "botar mão" do mais parecido que houver, e o melhor que encontrarom foi Valle, um personagem que, em carne e osso, nunca teriam convidado às suas festas. E o mesmo que acontece com Valle e o 98, já tinha acontecido com o "Xacobeo 93" e voltará a repetir-se com o "Xacobeo 99", ainda que, para sorte do CDG, o "Pelegrín" é um desses poucos monstros galácticos que falam e escrevem em perfeito "galego da Xunta".

Para que fique clara a minha postura, e para que Armando acabe de se assentar, vou concretizá-la com um exemplo. Eu gosto muito de Valle. O seu castelhano parece-me uma criaçom subjugadora. Penso ter lido tudo dele há muitos anos, ainda que o único que ficou para sempre na minha mente foi uma frase que dizia algo assim como "humillé mi vanidad y exalté mi orgullo", que me parece todo um "programa de vida". Há pouco relia, casualmente, a "Sonata de Primavera" numa versom em miniatura (uma versom dessas de livro de bolso, que devem ser de livro de bolso pequeno, mui pequeno, de livro de bolso de agente secreto, tão secreto que pretende mesmo dissimular a sua cultura) e foi como se uma mão saísse das suas páginas, me apanhasse polo pescoço e me metesse no seu interior a centrifugar a alma. Como nom sofro desdobramento da personalidade nem amnésia e entendo e falo perfeitamente o castelhano, sempre preferirei ler Valle na sua versom original, exactamente igual que qualquer autor que seja capaz de ler na sua própria língua. Ora: eu nom pretendo que a "Xunta" me subsidie a adquisiçom desse livro com o dinheiro destinado à normalizaçom linguística.

Que o CDG vai representar Valle em espanhol? Estupendo! O único, que devolva, antes de sair, o dinheiro que até hoje tem recebido polo seu suposto labor

de promoçom da língua e cultura galegas. Quando digo "sair" nom estou a dizer "sair" precisamente da Galiza, onde vêm actuando livremente outros grupos de teatro como "La Farándula" e a "Agrupación Teatral Coruñesa", que, a semelhança do CDG empregam o espanhol. Quero dizer que deveria de sair do "sector público" e do "erário público" (que som os únicos "públicos" que lhe interessam). Galiza pode ter muitos deficits culturais, mas nom precisamente de companhias de teatro que actuem em castelhano (veja-se a nossa "cartelera" de Verão). E desde o ponto de vista do, por outra parte sempre desejável, intercambio linguístico, seria muito mais interessante que se subsidiasse, com os fundos da normalizaçom linguística, Goldoni em italiano ou Plauto em latim, que sempre se poderia considerar galego antigo.

Quero insistir, contudo, em que o importante de toda esta questom é que nos põe diante de uma série de contradições que se dão a respeito da língua galega. Intitulei este escrito "Malditas Palavras", e a mais maldita delas é a palavra "galego", porque falamos de promover, de cuidar, de amar o galego, e nom sabemos realmente o que o "galego" é, e dificilmente se pode amar algo que se desconhece. O problema fulcral da cultura galega segue a ser a constituiçom do galego em língua de cultura, e quem pensar que já o é, será porque deseja que nunca o chegue a ser de veras. Deveríamos de parar todas as actuações, e cortar todos os subsídios, até conseguirmos definir (em termos linguísticos estritos e nom místicos) o que o galego é, porque, a melhor, estamos a amar, e subsidiar, sob o nome de galego, muitas cousas que nom o som. Há anos alguém, pretendendo "contestar" a denominaçom "galego-português" para a nossa língua, escreveu um artigo intitulado "Por un galego-galego, lingua dos nosos pais". Frase demagógica e, para além de estúpida, falsa. Em todo o caso deveria ter escrito "Por un gallego-gallego, lengua (ou "lenjua") dos nosos pais", ou, a melhor, tinha uns pais mui cultos que lhe derom de mamar o "Gallego 1, 2 e 3". Mas realmente a denominaçom "galego-português" é preciso reconhecer que é exagerada, mais um "desideratum" que uma definiçom linguística daquilo que hoje em dia estamos a falar neste recanto da loucura. Todas as voltas que estamos a dar à língua de Valle e à do CDG, vão servir para demonstrar, no final deste escrito, que a denominaçom que melhor pode definir a língua que hoje em dia falamos é a de "castelhano-português". Desde Carvalho Calero o reintegracionismo vem afirmando que o galego, ou é galego-português, ou é galego-castelhano. Penso que, para sermos mais precisos, haveria que dizer que o galego, ou é galego-português, ou é castelhano-português. Só depois de se ter reintegrado no português, a língua resultante desse reencontro admitirá a palavra "galego" na sua definiçom.

Como os patriotas nom sabem castelhano, eu que, insisto, talvez padeça outros tipos de loucura, mas nom desdobramento de personalidade, estou em disposiçom de dizer que, como o sei perfeitamente, e sei também um pouco de português-português (língua dos nossos bisbisbis...avós), sinto que esta língua que ouço e falo (tão mal como o que mais) é o resultado da interferência dessas outras duas. Nom a "mistura" de ambas. O resultado da interferência, que é uma cousa bem distinta. A distinçom está tomada da mecânica ondulatória. Se misturamos duas ondas, como por exemplo duas fontes de luz, obtemos a simples adiçom de ambas: duas zonas iluminadas por cada uma dela, e a correspondente à intersecçom de ambas,

duplamente iluminada. Mas se duas radiações se interferem aparecerá uma imagem nova, como um retículo ou gelosia, com linhas complexas, algumas mais, outras menos, e outras nada iluminadas, porque, como se produzem alguns "encontros" em fase contrária nom só se somam, também se restam. Igual acontece com as línguas: a interferência de duas produz somas, mas também restas, e uma das características de uma língua de interferência é a apariçom, ao lado de soluções híbridas, de soluções insolidárias com as duas línguas matrizes. Um caso "simétrico" do galego constitui-o o mirandês, que é um pedaço de castelhano caído na órbita do português. Em mirandês "século", por exemplo, nom se diz nem "século" nem "siglo", mas "sijo". E um fenómeno que o ILG pretende destacar como diferençador do galego a respeito do espanhol e português, a assimalaçom do artigo, dá-se também em mirandês, como repete obstinadamente uma cantiga bastante popular há anos: "quero ir a Miranda *ve-los* pauliteiros. *Ve-los* pauliteiros quero ir a Miranda". De onde se demonstra que mesmo esse fenómeno parece ser sempre o resultado de uma interferência linguística castelhano-portuguesa, com independência do sentido dessa relaçom. Todas essas peculiaridades querem dizer que o mirandês é uma língua independente, com bandeira, banda e música? Nom, antes ao contrário, querem dizer que o mirandês é um dialecto (ou mesmo um "inter-dialecto", se se quer) duplamente dependente.

O último projecto do CDG supõe, precisamente, uma caricatura extrema de todo esse processo de mistificaçom que se esconde trás a palavra "galego": chega-se a pensar que é "subsidiável" a obra de Valle em castelhano, porque "algo de galego tem". E este feito, de tão anedótico, resulta ser sério e relevante: nom se estará a subsidiar muitas vezes como "galego" o que nom é senom castelhano galeguizado? E agora é quando o meu amigo Armando vai ter que voltar a saltar do seu assento, porque neste ponto é quando insisto em que nom sou nem do Madrid, nem do Barça, nem do Betis. A mim parece-me que é tão censurável que se subsidie a próxima montagem do CDG como que se tenham subsidiado todas as anteriores. Tão censurável que se tivesse subsidiado a ediçom castelhana da "Sonata de Primavera" que o outro dia caiu nas minhas mãos, como que todas as obras em galego que se tenham subsidiado. Porque nada disso tem a menor influência para a recuperaçom do galego, ou, antes ao contrário, tem uma influência perniciosa.

O inimigo nom é o castelhano que está fora do galego, nem sequer o castelhano que está dentro da Galiza e que está fora do galego. O galego está a desaparecer a um ritmo maior que o da perda de falantes. Está a desaparecer "dentro de si", perdido num labirinto que nós próprios lhe temos construído com palavras. O inimigo é o castelhano, sim, mas o castelhano que está dentro do galego.

Digo que me nego a admitir os termos da questom, e é porque me nego a admitir esse "voluntarismo" que o aludido informe destilava (e nunca melhor dito num informe que, como indicam os seus próprios exegetas, cheira a álcool). Para as "mentes bem pensantes" a existência do CDG (deste CDG), da TVG (desta TVG), o subsídio indiscriminado (segundo a qualidade literária ou científica) e discriminante (segundo a normativa) de livros, som todas elas acções "positivas" e louváveis. Trata-se de defender o "galego", e o que interessa, antes que conseguir nem um só dos objectivos, é "ficarmos" bem na luita, sair bem no filme da vida que

todos estamos a rodar para nós próprios, sair como esforçados heróis, antes que conseguir a vitória. Por isso defendemos sem mais, de modo automático, qualquer cousa susceptível de levar essa etiqueta. Porque somos patriotas e, se há um incêndio, mais importante que as vidas e as riquezas, é a bandeira.

E nem só é uma questom de qualidade linguística. Subsidiar obras medíocres escritas em galego, espectáculos vergonhosos representados em galego, nom é nenhuma acçom positiva para o galego. O único que conseguiremos é que o galego perda leitores e espectadores, que o galego cheire a burocracia e aborrecimento. Nunca se editaram tantos livros em galego é certo. Parabéns às empresas de artes gráficas e editoras. Mas o número de leitores (se nom contamos os livros de leitura obrigada ou recomendada do Ensino) nom aumenta na mesma proporçom. Assim que podemos concluir que cada dia há menos leitores por livro publicado em galego, e isso é preocupante. Publicar muitos livros em galego, sem se perguntar "que livros", pode ser prejudicial para o galego, se o que nos interessa é o mundo da realidade e nom o da estatística. Pode que com todos esses livros cujo único mérito é poder dizer que estão escritos nessa língua, estejamos a construir um muro que afaste os leitores de qualquer tentativa de fazer uma autêntica literatura, e uma autêntica cultura, nela. Podemos nós, logo, culpar a gente de que fuja do livro galego como de um formulário algo extenso que é preciso encher com letra de imprensa para cobrar um subsídio?

O próprio Valle dá testemunho disto, numa "interviu" que concedera ao diário madrileno "El Sol". Nela explica, nem mais nem menos, a causa de nom empregar a língua galega. Seria fácil de mais, diz, triunfar nessa língua. Em galego basta com escrever para ser escritor (poderíamos acrescentar: basta ser licenciado em Filologia Galega pola Universidade de Santiago para ser Linguista, basta ser director do CDG para ser director, etc.). Valle sabia que o que mais pode frustrar uma carreira literária é o êxito fácil, e em galego tinha-o garantido. Eu sei que estas palavras irritam os patriotas, mas, se valorassem mais as cousas que as ideias, deveria irritar-lhes, nom tanto que alguém o dissesse, como que fosse certo.

Pensar que uma língua se pode recuperar a base de dinheiro público é uma estupidez de tal calibre que nom se pode aceitar que alguém a mantenha se nom é para tirar lucro dela. Levo anos dizendo que as quantidades destinadas à normalizaçom linguística som "os fundos reservados" do governo autonómico. Um apartado dos orçamentos públicos fácil de manejar e maquilhar. Quem vai ser capaz de pedir contas! E, se alguém as pedir, a resposta é fácil: "E és tu quem defende a língua galega?". Mas se alguém seguisse a trilha a esse dinheiro só encontraria corrupçom. Esse dinheiro só serve para pagar favores, encher bocas e comprar silêncios (quando se come, como nos diziam as nossas mães, nom se fala!). E, neste aspecto, o caso que nos ocupa constitui, mais uma vez, um paradigma. Vai-se sufragar com dinheiro destinado, teoricamente, à promoçom da língua galega, um obra de teatro de um autor galego, ambientada e representada na Galiza, com personagens galegas, interpretadas por actores galegos e para um público galego, empregando como veículo um castelhano inventado para evocar, nas bocas de actores e ouvidos de espectadores de lugares distantes, a língua própria do lugar em que se representa e das pessoas que falam e ouvem. É como esses

que empregam o telefone móvel para chamar, via satélite, o vizinho do lado. Mas o CDG já nos tem afeitos a estes circunlóquios peripatéticos e dispendiosos exageros.

Nem uma peseta dos orçamentos galegos para a língua espanhola. Sim, mas também nem mais uma peseta para a língua galega. O galego só precisa de uma cousa: liberdade, e era mais livre quando era ilegal que agora que é "cooficial". O problema fulcral do galego é a sua constituiçom em língua de cultura, e para isso de nada servem "os quartos". Metei-vos isto na cabeça: uma língua de cultura fai-se com o uso, uma norma padrom com prestígio social, e nada disso pode comprar-se, novos ricos! E se isso nem se inventa, nem se fabrica, nem se compra... que vamos fazer, se nom o temos?

Uma das cousas que mais podem surpreender da biografia de Castelao é a sua fraternal relaçom com Valle, amizade que prolongaria para além da morte deste último, pois continuou a professar-lha até à sua própria. Talvez teríamos que ver um filme acerca da amizade de um Joyce, por exemplo, com algum nacionalista irlandês, para que algo assim nos comovesse. Os inícios de Castelao no campo da cenografia, que levariam, anos depois, a "Os Vellos non deben de namorarse", forom precisamente na estreia madrilena de "Divinas Palabras" pola companhia de Margarita Xirgu, trabalho para que foi chamado por petiçom expressa do próprio Valle-Inclán, de onde se demonstra a admiraçom mutua que se professárom ambos, e que a comunicaçom e colaboraçom entre culturas (nom importa entre quais culturas) é sempre proveitosa para todas as partes.

Anos mais tarde, já no exílio, Castelao dedicaria uma emocionada lembrança a Valle na única intervençom pública em espanhol da sua vida, no Centro Galego da Havana. Nela comparava Valle com Galiza, e isso já é desconcertante: um nacionalista, o pai por excelência do nacionalismo galego (claro que pode que nom fosse o pai do patriotismo), encarnava a Galiza no corpo de um "traidor", de um escritor em espanhol, que mantivo sempre uma posiçom de desdém face a língua própria! Dizia Castelao, naquele discurso, que Galiza era um corpo manco, como Valle-Inclán, porque lhe faltava Portugal. Esta metáfora sempre me pareceu um pouco exagerada, porque o braço, neste caso, seria bastante maior que o resto do corpo, mas enfim... O caso é que Castelao nos brinda uma relaçom inaudita entre Galiza e Valle-Inclán, de um lado, e Portugal e o braço que lhe faltava, do outro. Nom teria Castelao poderes extra-sensoriais e, adivinhando que algum dia nos íamos encontrar ante esta situaçom, pretendeu com isso dar-nos a chave para sair dela? Nom seria a nossa fronteira com Portugal apenas uma costura desfiada do velho fato de Valle, que um dia se acabou de desfiar completamente, levando braço e tudo. E nom teria, entom, o braço que lhe faltava a Valle, continuando a viver em Portugal (quem sabe se numa mansarda da Ribeira do Porto ou num pequeno quarto de uma pensom da Alfama lisboeta) e se estaria dedicando, desde aquele desgraçado incidente, a continuar a Obra dele, mas em português? Quem sabe: este Valle era tão excêntrico!

Algo disso pudera acontecer. Porque nos apressamos a dizer que o jogo dialectal que ensaia Valle entre o castelhano culto e o galego popular, nom poderia ser reproduzido noutra língua, e talvez nom tenhamos repassado com calma a lista

delas. Porque há uma língua em que esse jogo sim pode ser fielmente reproduzido, que nom é outra, como alguém já terá adivinhado, que o português. Confesso nom ter lido traduçom portuguesa alguma das obras de ambiente galego de Valle-Inclán, mas seria curioso. Suponho que nunca se terá tentado isto que vou dizer, sobre tudo porque a fronteira mental, trás a qual o tradutor português situa a acçom, deve ser a velha fronteira do bacalhau e o café Sical, e nem suspeita que essa língua bárbara pode ter algo a ver com a sua. Se nom foi feito este experimento, valeria a pena tentá-lo. Construir um português com os mesmos ingredientes com que Valle construía o seu castelhano: arcaísmos, ruralismos, e alguns provincianismos provenientes dalguma regiom portuguesa equivalente à Galiza. E a regiom portuguesa mais equivalente à Galiza pode ser o Minho ou Trás-os-Montes. Deveríamos incluir também algum "galaiquismo", que em português teria entrada tanto ou mais fácil que em espanhol. O problema é que seria uma tarefa demasiado árdua procurar alguma palavra ou expressom própria do galego que nom fosse português padrom nem se pudesse englobar nas categorias anteriores. Como daríamos entom o "tom galego" que precisa o texto? Mui facilmente: com algum castelhanismo, com algum dos muitos castelhanismos que enfeitam a nossa língua real. E pronto! Temos conseguido uma antítese tão perfeita da língua de Valle, que é quase a sua imagem no espelho: no lugar onde ele colocava o espanhol, colocamos o português, e no lugar em que ele colocava o galego, colocamos o castelhano. Exactamente como se o braço esquerdo de Valle tivesse continuado a escrever, em Portugal, o texto simétrico da sua Obra.

Um momento: português arcaico, rural, provincial, nortenho, com alguns castelhanismos... Nom vos "soa" a galego? Eu suspeito que esse português (a forma mais fiel de verter Valle a qualquer língua "estrangeira"), que devia resultar uma língua muito mais estranha que o português normal, começaria a parecer-nos uma língua mais... familiar. Curiosa maneira de reinventar o galego: Valle constrói um castelhano "sui generis" para imitar o galego, nós construímos um português "sui generis" para imitar o castelhano de Valle... e acabamos obtendo o galego. Por isso adiantávamos antes que, da problemática da língua de Valle se derivava necessariamente que a melhor denominaçom para o galego era a de "castelhano-português".

Mas talvez nem sequer teríamos que fazer tantos malabarismos. Bastaria com que tomássemos uma versom portuguesa qualquer, e que fosse representada por actores galegos, que a pronunciassem, claro está, à galega. Se, à saída da funçom lhe perguntam aos espectadores em que língua se desenvolveu o espectáculo, e o 90% deles nom responde que em galego, como tudo quanto levo escrito. Uma língua nom pode ser, linguisticamente, um objecto distinto que uma mesa ou um livro. Se a esse português pronunciado à galega se lhe chama galego, deve ser porque o é.

Claro que, para as nossas "autoridades" (no sentido governativo e nom no científico) linguísticas e para o CDG vale mais representar Valle no seu castelhano que nesse português, e isso demonstra que, para eles, o galego é uma língua mais próxima do castelhano ultranatural de Valle que do português da raia.

Valle-Inclán encarna, como se a branca barba fosse a névoa que se levanta cada manhã no fundo dos nossos vales (e daí talvez o seu apelido), o corpo e a

alma da Galiza, porque a sua figura e a sua obra nos remetem sempre para o conflito... ia dizer linguístico, mas, depois de uma pausa, vou escrever "mental", e as confusas relações entre o galego e o castelhano, e o galego e o português. Como se deduz matematicamente da frase anterior, as relações entre o português e o castelhano nom têm por que ser conflituosas nem confusas: as cousas aí estão linguística e mentalmente claras. Se resolvêssemos os problemas internos, os problemas linguísticos do galego, provavelmente os problemas externos, os problemas de convivência com o castelhano, resolveriam-se também. Muitas vezes as atitudes teoricamente "radicais" escondem só uma patética dependência de fundo. Se o galego se pudesse distinguir linguisticamente do castelhano como o português, as relações entre as duas línguas e as duas comunidades linguísticas, actualmente existentes na Galiza, se iam aclarar também notavelmente e talvez descobriríamos que as estávamos complicando de forma bastante absurda por ambas as partes. Um galego sem complexos de inferioridade, um galego com as mesmas possibilidades linguísticas e culturais que o castelhano (estou a falar evidentemente de um galego "reintegrado" no português) seria capaz de falar tu a tu com o castelhano, que é a maneira de resolver os problemas.

A recuperaçom do galego nom tem por que custar uma peseta. Pode-se iniciar amanhã mesmo de forma gratuita. Basta com querermos. Será tanto mais fácil quanto antes nos rendamos a duas evidências aparentemente contrárias: essa recuperaçom depende da nossa aproximaçom linguística do português, e essa recuperaçom depende da populaçom castelhano-falante da Galiza. Como da primeira evidência já me tenho ocupado bastante, vou-me referir à segunda, que a alguns pode parecer muito mais escandalosa.

As atitudes linguísticas defendidas hoje em dia (e isto igual desde sectores "governamentais" que desde sectores "opositores") pecam de dous defeitos que têm que ser nominalmente contraditórios. Pecam de uma falta de agressividade e de um excesso de agressividade, ao mesmo tempo. Pecam de uma falta de "agressividade" porque som conservadoras. Pretendem simplesmente conservar os falantes actuais (daí o fracasso, e que o galego continue a perder falantes). Precisam-se objectivos muito mais ambiciosos. O galego nom se pode conformar com nom perder falantes: tem que ganhá-los, e de modo nom só quantitativo mas qualitativo. Dizíamos que o ponto fulcral era a sua conversom em língua de cultura. Essa língua de cultura criam-na, num processo de séculos, as classes "letradas" de uma comunidade linguística, e essas classes som precisamente aquelas que levam séculos a falar maioritariamente castelhano na Galiza. As classes letradas, pensarão os "voluntaristas" que som eles, ou que podem inventá-las (Doutor Ramírez: aqui o gabinete de Normalizaçom Linguística. Damos-lhe vinte pesos cada vez que diga "beirarrúa") Convém aclarar-lhes que, a pesar de essas classes serem sempre uma minoria, estamos a falar de minorias de centos de milhares ou de milhões (e quanto mais pessoas têm acesso à Cultura, de minorias mais numerosas), nom de minorias de, como muito, centos de indivíduos e, sobre tudo, nom som minorias conscientes, mas inconscientes. E realmente esse é o "quid" da questom: o processo de criaçom de norma, ou de constituiçom de uma língua em língua de cultura é, para desgraça de "conscienciados", um processo inconsciente. Mas, ainda que as classes letradas se pudessem inventar, os séculos de história som mais difíceis de

inchar. Temos afortunadamente as classes letradas e os séculos de história de Portugal, e aí reside a única possibilidade "científica" (material, real, nom ideológica nem ideal) de converter o galego em língua de cultura.

O problema é que o português culto está ali, conectado com o português popular, e o galego popular está aqui, conectado com o castelhano culto. E como nom vamos fazer traslados massivos de populaçom, à servo-bósnia, afinal vão ter que ser as classes letradas de aqui quem imponha a norma.

Alguém levará as mãos à cabeça: esses "senhoritos" renegados, que desprezam o galego e que o ignoram, vão impor a norma aos labregos e marinheiros que o mantiverom vivo durante séculos? Pois o disparatado, linguisticamente, seria o contrário. E a prova de que isso tem que ser assim radica em que já o está a ser. De facto já vêm sendo as nossas classes letradas quem impõem a norma linguística do galego, e por isso o padrom linguístico do galego real segue a ser o castelhano real e nom o galego "oficial". O "processo institucional", ou a tentativa de institucionalizar o processo de constituiçom em língua de cultura, resulta ser ao "processo real" a mesma cousa que a "democracia orgânica" à "democracia real". Enquanto quer as autoridades, quer os colectivos "contestatários", estavam enfrascados em batalhas legais, de costas a todos eles estava-se a produzir um processo real de muita maior consistência e importância para o futuro da língua. A sociedade galega experimentou a mudança mais brusca, pode, de toda a sua história. Deixou de ser uma sociedade fundamentalmente rural (como tinha sido desde o neolítico até há apenas vinte anos), para se converter numa sociedade fundamentalmente urbana. Ao lado da contundência desse processo, que multiplicou o grau de pressom linguística do castelhano e acentuou e acelerou o processo de degradaçom do galego, as batalhas, as vitórias e as derrotas legais aparecem como o que som: batalhas, vitórias e derrotas de papel. As línguas possuem as suas próprias leis e o seu próprio parlamento, e o dramático é que, hoje em dia, no parlamento em que se decide, de verdade, o futuro do galego, se fala maioritariamente castelhano.

Já sei que a alguém lhe pode parecer mais bonito dizer "Lingua proletaria do meu pobo, eu fáloa porque sí, porque me peta e quero e dame a gaña" (a mim parece-me, numa palavra, horroroso), mas isso nom vai mudar para nada a realidade. E a realidade é que alguém que queira fazer algo útil pola sobrevivência do galego tem que preocupar-se, mas é de como conseguir ganhar a populaçom castelhano-falante para a língua. Alguém pode pretender imitar no seu galego falso o falar dos labregos e marinheiros, mas, como os labregos e marinheiros, da sua parte, pretendem imitar, no seu falar, a língua culta dos médicos, advogados, curas, secretários de julgado etc., essas pessoas acabam por empregar os labregos e marinheiros como um simples espelho que reflecte o castelhano. A questom radicaria em inverter esse processo, e que os falantes "cultos" reflectissem, para todos nós, a única forma culta do galego, que é o português. O programa pode parecer excessivamente extenso e ambicioso. Como "ensinar galego-português" a tantas pessoas, que nom estão em idade escolar, nem têm tempo, nem interesse para fazê-lo? Para o conseguir só precisaríamos unificar a ortografia e abrir as fronteiras mentais. É um processo natural e espontâneo, que as autoridades só teriam que nom entorpecer. A vida encarregaria-se entom dessa tarefa. Nas relações comerciais, culturais,

académicas, nas viagens, nos intercâmbios laborais, no trato humano diário, nuns meios de comunicaçom comuns, na boa literatura comum, no bom teatro comum, iríamos deixando que, a pouco e pouco, o português culto exercesse uma pressom que compensasse a, até agora única, pressom do castelhano culto no galego. As nossas classes letradas deixariam de ser assim, sem necessidade de nenhum tipo de coerçom, reticentes ao galego, vendo no galego-português um instrumento interessante de desenvolvimento, nom apenas cultural, mas também económico, profissional e pessoal.

Por isso pecam muitas vezes de um excesso de agressividade as atitudes de muitos que pretendendo defender o galego se limitam a atacar o castelhano, ou a comunidade dos castelhano-falantes, estabelecendo um "nós" e um "eles", que pode ser mui gratificante para a sua própria imagem de "pureza" e de "dureza", nom o nego, mas nada de positivo tem para a língua. Ninguém pode amar uma língua odiando outra, porque o que amamos numa língua particular é a língua em geral, esta deslumbrante maneira que temos os animais humanos de emitir sons a cores. Digo que ninguém pode amar uma língua odiando outra, e deveria ter sido mais breve: ninguém pode amar uma língua odiando.

Eu bem sei que na comunidade castelhano-falante há também atitudes agressivas. E contra elas devemos reagir, nom porque sejam atitudes contrárias à nossa, mas agressivas. E isto, claro está, só se pode fazer desde uma atitude nom agressiva. É um erro mortal para o galego essa atitude de opor comunidades. Eu próprio estou a falar em "comunidades" e isso já é construir ghetos. Deveríamos evitar falar de uma comunidade castelhano-falante e outra galego-falante. Na Galiza só existe uma comunidade e a ela inteira é que pertence a língua. E como património comum, é responsabilidade de todos a sua perda ou conservaçom. É um dever, já nom para com a própria comunidade, mas para com a humanidade inteira. Os, para mim, três principais contributos da comunidade galega à cultura universal: a língua galega, as galerias e a paisagem (e nom é confusom minha incluir a paisagem entre as criações humanas), vão desaparecendo e degradando-se, sem que a maior parte de nós se importe. Com eles vamos morrendo todos nós a pouco e pouco. Se o galego desaparecer nom ficará lembrança na história da existência de todos nós, os galegos, seja qual for a língua que empreguemos. A melhor definiçom que se pode dar de "naçom" pode ser interpretada como uma ironia ou como um elogio, e eu gostaria que fosse interpretada, com ternura, em ambos os sentidos ao mesmo tempo. "Uma naçom é um clube em que nom se dão de baixa os mortos". Parecerá sentimental, e é-o. Mas penso que o perigoso dos nacionalismos nom é o sentimentalismo, mas o contrário: a tentativa de sistematizaçom e racionalizaçom de um sentimento irracional e nem por isso, convenientemente administrado e relativizado, menos positivo. Para mim o nacionalismo galego, que é de nascimento um movimento romântico, nom deveria tentar tanto fugir destas origens, como aproveitá-las. Nom creio que nenhum galego castelhano-falante sinta a mesma emoçom se ouve casualmente, ao passear por alguma grande cidade dalgum país afastado, uma frase em castelhano que em galego. Igual que se pode dizer que nom som iguais um ateu "católico" (um ateu que vive numa sociedade católica) que um ateu "islâmico" que um ateu "judeu", se um galego castelhano-falante se pode dizer que é "galego" é porque essa mesma língua que nom usa o define. A língua

define-nos por igual a todos nós. Define uns por dentro, e outros por fora, mas a todos.

Estou a cair nesse "voluntarismo" que há um pedaço tanto critiquei? Nom. Eu nom abrigo a peregrina ideia de que toda a comunidade castelhano-falante da Galiza acabe por abraçar a causa do galego polas razões que acabo de aqui expor, nem por nenhuma classe de convencimento racional e ideológico, que seria a via que nos propunham os autores daquele informe "sociovinícola". Pretendo o contrário, que acabem empregando o galego por que nom lhes fique outro remédio. Estou a cair numa forma extrema dessa agressividade que há muito menos critiquei? Nom. Nom pretendo que empreguem o galego por obrigaçom legal, e ainda menos pola força bruta. Sempre repito que nenhum Decreto proibiu nunca o uso do galego e nenhum Decreto o vai restituir. Pretendo que o acabem empregando, e mesmo constituindo-se em árbitros da sua norma, por obrigaçom "linguística", porque nom lhes "fique mais remédio" linguístico que fazê-lo. Porque, simplesmente (por empregar um exemplo teatral) representam uma obra preciosíssima esta noite, de que todo o mundo sai encantado, um grupo nom sei se galego ou português, pouco importa, mas, infelizmente nom é em castelhano, e entom uma senhora "bien" da Corunha vai, e nom entende nada, e pensa que vai ficar "como una cateta" diante das amigas, e de volta à casa consulta, às escondidas, uma gramática do seu filho, para que nom volte a suceder-lhe. Ou, para pôr um exemplo real: há alguns meses, as autoridades sanitárias portuguesas, diante da escassez de médicos no norte do país, decidírom contratar profissionais galegos de forma massiva. Os médicos som um colectivo tradicionalmente castelhano-falante, e mesmo castelhano-beligerante. Pois bem, a esses médicos "nom lhe ficou outro remédio" que recuperar todo o galego que tivessem adormecido na sua mente e mesmo apreender, com modéstia e humildade, algum léxico culto e técnico perfeitamente integrável na nossa língua. Uma tarefa em que a "Xunta" investiria muitos dinheiros público e muitos anos (e todos os neurónios dos responsáveis de inventar esse vocabulário) sem conseguir o menor avanço. Ou, por empregar outro exemplo real: um empresário do sector lácteo que pretende vender o seu produto em Portugal, rotula-o com o nome "Leite da Galiza", e, de repente, sem necessidade de subsídio algum, saem todos os dias milhares de pacotes de leite com as suas legendas em perfeito galego. E a mim o que menos me importa é o que pensa qualquer dessas pessoas do galego, nem se manda os seus filhos a estudar a Salamanca para lhes tirar o sotaque. O que me importa é que o vão ter que acabar empregando "porque nom lhes fica outro remédio".

Agora serão os castelhano-falantes que se digam: "Bom, este polo menos nom pretende exterminar-nos, mas pretende, por métodos mais suaves e indirectos, varrer de igual modo a nossa língua da Galiza". E também nom é isso. O galego está condenado a ter que conviver com o castelhano, e o castelhano com o galego, durante muitos séculos. Vale mais procurarmos umas normas de convivência pacífica. Eu nom sei se isso é bom ou é mau. Só sei que é assim e que seria um despropósito por qualquer das duas partes abrigar esperanças em sentido contrário. Talvez o galego e o castelhano nom sejam as línguas mais indicadas para conviver juntas, precisamente polo parentesco excessivo. Mas nom podemos mudar nem a

Geografia nem a História e as cousas som assim. Uma língua mais nunca é uma língua "de mais". Sempre será uma riqueza e nom um problema. O castelhano já está aqui, pois que aqui fique e que passe a seguinte. Nem por isso a língua da Galiza vai deixar de ser o galego. Isso também é Geografia e História e também é inevitável. Se sou lusista é precisamente porque nom abrigo nenhuma fantasia totalitária e penso que o galego vai ter que conviver com o espanhol, e que por isso devemos de pô-lo ao seu mesmo nível e dotá-lo de igual peso e igual força, porque a questom nom é que o castelhano nom esteja ao lado do galego, mas que nom ocupe o sítio do galego.

Que volto a cair no "voluntarismo" do informe vitilinguístico? Nunca. Mas de uma cousa nos avisa esse informe da que vale tomar nota. O dado de que diminui o número de pessoas que falam o galego "porque nom lhes fica outro remédio", indica que cada dia mais, aos galego falantes "nom lhes fica outro remédio" que falar também castelhano, polo qual tudo quanto foi dito da povoaçom castelhano-falante vai começar a ser de aplicaçom para a povoaçom que fala galego, e a única maneira de conjugar o respeito para ambas e sobrevivência de ambas nom consista em que cada um escolha livremente entre elas, mas que a todos "nom nos fique outro remédio" que conhecer e empregar as duas línguas.

Às vezes penso que todas essas palavras com que tentamos entender, ou modificar, o que nos passa (Bilinguismo harmónico, monolinguismo social, diglossia colectiva, dislexia grastro-duodenal, normalizaçom, normativizaçom...) nom som mais do que isso: malditas palavras. Latins que só servem para embaralhar as mentes e paralisar o espírito. A realidade é sempre mais luminosa e mais dura, mais simples e mais complexa que todas essas palavras. Bilinguismo harmónico, monolinguismo social... querem realmente dizer algo? Malditas palavras, aquelas que nom têm corpo nem luz, aquelas que deitadas no meio do mundo nom produzem outra cousa que ruído. Esta língua de séculos, em que se disserom algumas das cousas mais maravilhosas da história da humanidade ("Cabelos los meus cabelos, el Rei mandou-me por elos, madre que lhi farei? Filha dade-os al Rei": isto é um argumento contundente!) vai-se-nos entre os dedos, vemo-lo transparecer dia a dia e ninguém fai nada para o evitar. Se alguém soubesse a palavra certa, se alguém tivesse a ideia do que é preciso fazer, essa palavra tomaria corpo diante de nós e essa ideia começaria a caminhar. Mas o galego segue a rolar polo caminho e gentes que o observam desde duas margens opostas limitam-se a esticar-se um pouco mais, para que se veja bem clara qual é a sua postura.

Valle-Inclán encarna, nas suas contradições, muito melhor a essência da Galiza e do galego, que a figura de qualquer escritor "comprometido". Há no espanhol de Valle como uma saudade do galego. Intentou afastá-lo da sua vida e da sua obra, como aquele que, arrancando uma seta da sua carne, consegue só fazer mais profunda a ferida. Nom há muito intervinha eu em Ourense, numas Jornadas sobre Blanco-Amor organizadas pola AGAL, e comparava o texto original das suas "Farsas para Títeres" (em espanhol) com a traduçom galega que ele próprio realizou anos depois. Destaquei, a este respeito, as ressonâncias valleinclanescas que tinham essas obras, tanto no tratamento dramático, como na própria linguagem que empregava. Ao comparar as duas versões via-se claramente que a dificuldade estri-

bava em que, como na caso de Valle, o galego "já estava" no original castelhano. Estava como língua popular e como elemento exótico, e por isso o único que fazia, na traduçom galega, era popularizar a parte culta daquela linguagem, com o qual perdia toda a força plástica e dramática. Blanco-Amor, com efeito, nunca foi em galego o autor que foi em castelhano, a pesar de que no seu caso havia uma componente ideológica nacionalista. Nom era defeito dele, mas do instrumento. Uma língua escrita é uma cousa séria. Uma língua popular transcrita nom é uma língua escrita. E se lhe misturamos "inventos" passa a ser uma paródia. Ninguém pode sentir nada verdadeiro numa língua falsa. Os casos de Blanco-Amor, Dieste (cujo "Félix Muriel" é um dos livros mais formosos da literatura em língua castelhana e da universal, e cuja obra em galego, porém, resulta muito mais modesta) e o próprio Valle, constituem uma prova científica da incapacidade das nossas "elites" para criar uma língua de cultura. Valle nunca poderia ter sido Valle nesse "galeguinho" que lhe oferecia a cultura galega do seu tempo. Eu penso que Valle nom escolheu livremente entre escrever em castelhano ou galego. Escreveu em castelhano "porque nom lhe ficava outro remédio". E penso que nom o escreveu sem dor e sem renúncia. Talvez Castelao o admirava por essa inteireza e esse drama. Se em vez de passardes polas armas a Valle, ou a mim próprio, tendes o valor de abrir os olhos a uma realidade que nom admite mais demora, talvez ao próximo Valle que nasça entre nós "nom lhe fique outro remédio" que escrever em galego.

No pólo oposto de Castelao, a respeito de Valle, estava Manuel António, que o alcunhava: "mestre da mocedade cursi de Galicia", numa frase que, vista com as perspectiva dos anos e das alturas literárias de um e outro, nom deixa de parecer patética. Nom quero com isso dizer que Manuel António fosse um ínfimo poeta, mas Valle era um gigante. E, sobre tudo, Manuel António nom foi nunca dono de uma língua como a de Valle, nom viveu a língua que tão teoricamente defendia, com a paixom e o sangue com que Valle viveu a língua que "nom lhe ficou mais remédio" escrever. Parafraseando Wellington: imitai Valle-Inclán, sim, jovens escritores galegos. Imitai Valle, se puderdes. Nom para parecerdes iguais que ele, mas para serdes como ele, inteiros, de verdade e de uma peça, seja o que for que seja que sejades. "Humillé mi vanidad y exalté mi orgullo": passai a vida inteira a traduzir essa frase para galego. Sei que pode parecer fácil e que nom deveria demorar mais de cinco segundos, mas frases assim escrevem-se com a vida. Antes de criticar Valle deveríamos ser capazes de escrever em galego uma só linha que se pudesse comparar com alguma das que ele escreveu em espanhol. Se vivêssemos o galego como ele viveu o castelhano, o galego nunca morreria.

Entre Manuel António e Castelao, fico com Castelao, que foi coerente e exigente com ele próprio e, ao mesmo tempo, compreensivo e dialogante com os outros. Na amizade entre ele e Valle (e pode que, incluso, na de Armando e eu) parece que vemos como, a pesar das malditas palavras, as cousas poderiam acontecer doutra maneira. Agora, para terminar brilhantemente este escrito, só precisava que algum jornalista da velha escola me formulasse uma dessas perguntas das "intervius" de há anos: "E entre Castelao e Valle, com qual deles fica?". Pois entre Castelao e Valle eu fico com a amizade que os unia.

(Vilacide, 27 de Março de 1998)

Viagens de Garrett: um caminho para *Os Maias* de Eça

Maria Luísa MORAIS MONTEIRO
(Departamento de Letras.
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

A INOVAÇÃO DE GARRETT

A obra "*Viagens na Minha Terra*, como afirma Álvaro Pina, "foi uma aventura narrativa do seu autor e uma conquista do romance português. É um marco na história da comunicação literária em Portugal, o desbravamento de um caminho, a certeza da relevância do contar romanesco para a diagnose de quem somos e para a modelização avaliativa do real português."[1]

Viagens na Minha Terra permite de facto fazer a "diagnose de quem somos" e a avaliação do "real português", isto é, da actualidade do Portugal de meados do séc. XIX, representando por isso um novo caminho, uma nova orientação na literatura. O seu carácter inovador verifica-se a nível formal e a nível temático, sendo patente o interesse pelos problemas sociais, económicos, políticos, artísticos e literários da contemporaneidade, desbravando caminhos que Eça de Queirós irá percorrer na geração seguinte.

Viagens na Minha Terra constitui, pois, um marco importante na evolução do Romantismo português, em que predominava a temática historicista, presente tanto no domínio da ficção narrativa como no do teatro, ainda que em muitos casos houvesse a preocupação de aproveitar a lição do passado para o presente. Esta passagem de um plano historicista para um plano de maior actualidade revela da parte do escritor a preocupação de uma literatura empenhada, comprometida, de análise do homem português e da realidade portuguesa e tem implicações importantes que nos parece necessário realçar. Por um lado, implica que a literatura de ficção seja orientada para a análise e estudo da realidade circundante, chamando a atenção do

(1) PINA, Álvaro, "GARRETT: «VIAGENS NA MINHA TERRA» A tematização da identidade nacional no romance português. Esboço de um problema", in *Afecto às Letras, (Homenagem da Literatura Portuguesa Contemporânea a Jacinto do Prado Coelho),* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp.40-45.

leitor para os problemas do seu tempo, relacionando-se com esta orientação uma nova concepção de literatura; por outro lado, exige também um maior esforço por parte do escritor, no sentido de estabelecer laços mais íntimos entre a literatura e a sociedade. Isto significa a rejeição de uma literatura de evasão, como era a historicista, valorizando-se uma literatura mais conteudista.

Almeida Garrett foi capaz de conciliar estes dois aspectos, articulando a análise da situação histórica, política, social, literária e cultural de Portugal com a análise do eu romântico, através da figura de Carlos, o *alter ego* do autor, apresentado com todas as complexidades e vicissitudes caracterizadoras do eu romântico em geral, mas articulando-o com a situação e o contexto da actualidade portuguesa.

A obra *Viagens na minha terra*, com a preocupação que o narrador exprimiu no Capítulo I:

> "Vou nada menos que a Santarém: e protesto que de quanto vir e ouvir, de quanto eu pensar e sentir se há-de fazer crónica." (*Viagens na Minha Terra*, p. 84)[2]

dá-nos, por um lado uma sugestão do género de obra que iremos encontrar e, por outro lado, é reveladora de um eu individual e social. Enquanto os verbos pensar e sentir nos remetem para uma actividade individual, para um eu marcado por determinadas vivências, os verbos ver e ouvir, utilizados na mesma frase, conduzem-nos para um eu social, receptor de imagens e sons vindos do exterior, da sociedade na qual está integrado.

Almeida Garrett conhece bem a realidade do seu tempo e avalia-a em função da sua óptica de homem romântico, liberal, empenhado na luta por uma sociedade construída em moldes que estejam de acordo com a sua visão do mundo. Por isso ao longo da obra encontramos muitos aspectos da sociedade que o narrador viu e ouviu e, consequentemente, outros que ele pensou e sentiu e que nem sempre lhe agradavam, aproveitando o ensejo para os criticar, pôr em causa e, se possível, modificar.

Garret, embora integrado no Romantismo, estética que numa das suas vertentes privilegiava a imaginação, o sentimento e tinha un gosto especial pelo passado, revela-se um autor fortemente empenhado, inovador na Literatura Portuguesa, usando a pena como "espada de combate", ideia que vai mais tarde ser defendida por Antero de Quental, líder da geração de 70, por exemplo no soneto "A um poeta". Neste texto, Antero de Quental alertava o poeta (ultra-romântico) para a necessidade de acordar do seu sonho para o mundo. Em vez de manter uma atitude de isolamento, "como um levita à sombra dos altares", "longe da luta e do fragor terreno", em vez de se refugiar nos seus sonhos e no seu individualismo romântico, o poeta deve estar atento ao mundo que o rodeia e combater por ele. Este carácter militante da literatura defendido por Antero de Quental surge, embora de forma muito discreta, em *Viagens na Minha Terra*, obra de carácter pedagógico, escrita com o intuito de influenciar o leitor, tentar modificar os seus hábitos, gostos e comportamentos.

---

(2) A partir de agora, a indicação de páginas das *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett refere-se à edição *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett (organização, fixação do texto, prefácio e notas: Augusto da Costa Dias), Editorial Estampa, Lisboa, 1983.

Almeida Garrett, mesmo consciente de que por vezes contraria as expectativas do seu leitor, prossegue o seu caminho e coloca na voz do narrador estas palavras, no início do capítulo III:

> "Vou *desapontar* decerto o leitor benévolo" (*Viagens na Minha Terra*, p. 95)

quando, no seu jornadear, o narrador encontra uma estalagem que pretende descrever como uma das suas impressões de viagem. Conclui:

> "Não pode ser clássica a descrição: assoviam-me todos esses rapazes de pêra, bigode e charuto, que fazem literatura cava e funda desde a porta do Marrare até ao café de Moscovo..." (*Viagens na Minha Terra*, p. 97).

Por outro lado, mostrando saber como deve fazer uma descrição romântica, também não a faz, mesmo contrariando o gosto de alguns leitores:

> "É pôr-lhe lá um *Chourineur* a amolar um facão de palmo e meio para espatifar rês e homem, quanto encontar, - uma Fleur de Marie para dizer e fazer pieguices com uma roseirinha pequenina, bonitinha, que morreu coitadinha! - e um príncipe alemão encoberto, forte no soco britânico, imenso em libras esterlinas, profundo em gíria de cegos e ladrões... e aí fica a Azambuja com uma estalagem que não tem que invejar à mais pintada da moda neste século elegante, delicado, verdadeiro, natural! (...)
>
> É como eu devia fazer a descrição: bem o sei. Mas há um impedimento fatal, invencível (...) é que nada disso lá havia. (...) Que me não leiam os tais, porque eu hei-de viver e morrer na fé de Boileau:
>
> *Rien n'est beau que le vrai.*"
>
> (*Viagens na Minha Terra*, pp. 97-98)

Com esta atitude, o narrador foge aos estereótipos, à norma romântica, assumindo por sua vez uma atitude romântica de independência. Garrett nas *Viagens* critica de forma mordaz o Romantismo que, dando largas à imaginação, se evade da análise da realidade, convertendo-se num verdadeiro exercício da imaginação, desvinculado de uma temática da actualidade. A crítica à literatura é retomada no capítulo V e de maneira muito mais contundente. É de notar neste capítulo o carácter irónico que transparece das interrogações e exclamações utilizadas pelo narrador para traduzir a sua (pseudo)decepção e a reflexão mordaz que é feita acerca da criação literária romântica, da falta de originalidade, da influência de modelos franceses, ironicamente designados no texto por "figurinos franceses".

A atitude assumida por Garrett no sentido de fazer uma literatura comprometida com os problemas do seu tempo não significa que seja uma negação do Romantismo, já que ele comporta diversas antinomias e tensões. Como afirma Vítor Aguiar e Silva, "a literatura romântica foi frequentemente uma literatura de evasão, mas também é verdade que foi, não raras vezes, uma literatura de combate, bem enraizada na história e procurando agir sobre a história"[3] ou ainda a "arte romântica manifesta com frequência o gosto pelo fantástico e pelo grotesco, por tudo o que é excessivo ou anormal, deforma as proporções e as relações verificá-

(3) SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1991, p. 557.

veis na realidade; mas revela-se também, com frequência, como uma arte atenta ao real subjectivo e objectivo, procura pintar o homem e o mundo com autenticidade, demonstra muitas vezes uma forte capacidade descritiva da natureza física. Quer dizer, é uma arte visionária, mas também uma arte realista."[4]

GARRETT E EÇA - ALGUNS PONTOS DE CONVERGÊNCIA

Tal como acontecera com Garrett, a influência francesa na literatura e na sociedade portuguesa não passou despercebida a Eça de Queirós, que assume em relação a ela uma posição fortemente crítica n'*Os Maias*[5], criticando os Portugueses por não terem o "sentimento da proporção" e por exagerarem o modelo até ao ridículo:

> "(...) o escritor lê uma página de Goncourt ou de Verlaine, em estilo precioso e cinzelado - imediatamente retorce, emaranha, desengonça a sua pobre frase, até descambar no delirante e no burlesco." (*Os Maias,* p. 702)[6]

Mas a crítica é muito mais acentuada quando Eça de Queirós em "O Francesismo", caricaturalmente, chama a atenção para a imitação servil e destituída de qualquer reflexão ou criatividade:

> "Mas é sobretudo na minha especialidade, na literatura, que a cópia do francês é desoladora. Como aqueles patos que Zola tão comicamente descreve na "Terre", aí vamos todos, em fila, lentos e vagos, através do caminho da poesia e da prosa, atrás do ganso francês. Quando ele embica para a relva, vamos bamboleando, pata aqui, pata acolá, em direitura à relva; se ele pára, com o bico no ar, todos paramos, com o bico no ar. De repente ele abre as asas, saltita pesadamente, e eis a fila grotesca, e pesada, e saltitante, correndo confiadamente para o charco! Fomos sucessivamente, em imitação do ganso francês, românticos, góticos, satânicos, parnasianos, realistas."[7]

A constatação de uma crise na produção dramática nacional e o recurso constante a traduções é outro ponto para o qual convergem as preocupações de Almeida Garrett e Eça de Queirós. O gosto pela arte dramática é comum aos dois escritores e a confirmá-lo temos o facto de Garrett, em Coimbra, se ter dedicado ao teatro como autor e actor e, por sua vez, também Eça ter sido actor do Teatro Académico, para além de ter tentado fazer a adaptação do romance *Os Maias* para o teatro, tendo mesmo chegado a "redigir a planificação (o canevas) cénico de dois actos"[8].

---

(4) *Idem,* p. 558.

(5) Também F. J. Vieira Pimentel salienta que, da leitura das duas obras *(Viagens na minha terra e Os Maias)* lhe ficou estabelecida "uma profunda relação de contiguidade entre dois dos mais representativos escritores do nosso oitocentismo. (...) Ambas as obras, as *Viagens e Os Maias*, olham o romantismo estereotipado, pretendem desfazer-se dos seus males ou ultrapassá-los, mas só Garrett — íntimo do espírito do tempo — inscreve no próprio corpo da obra a conjugação de tal esforço com a consciência dele e das suas consequências." (em "As *Viagens* de Garrett e *Os Maias* de Eça: Do Romantismo dos Autores ao Romantismo do Leitor", in *Eça e os Maias,* Porto, Edições ASA, 1990, pp. 209-213)

(6) A partir de agora, a indicação de páginas da obra *Os Maias* de Eça de Queiroz refere-se à Edição "Livros do Brasil", Lisboa, s/d.

(7) QUEIROZ, Eça de, "O Francesismo" in *Cartas e outros escritos,* Lisboa, Edição "Livros do Brasil", s/d, pp. 333-334.

(8) Cf. Barata, José de Oliveira, "Teatralidade, retórica e eficácia cénica", in Reis, Carlos, (Coord.), *Leituras d'Os Maias,* Coimbra, Livraria Minerva, 1990, p. 135:

> "De forma bem mais prudente, Carlos Reis evita qualquer juízo de valor sobre os méritos da adaptação para centrar a sua atenção sobre um possível ''diálogo dramático'' íntimo que o próprio Eça terá tido com o romance e cuja prova poderemos encontrar no autógrafo mencionado no *Inventário bibliográfico* preliminar da Biblioteca Nacional de Lisboa e que demonstra como Eça pensou numa adaptação do seu próprio romance chegando a redigir a planificação (o canevas) cénico de dois actos."

Como afirma Guerra da Cal, "era la única de sus obras que a Eça le parecía susceptible de dar una buena escenificación"[9]. Aliás, em carta a propósito de uma representação no Brasil de *O Crime do Padre Amaro*, escrevia Eça a Augusto Fábregas[10]: "O único dos meus livros que sempre se me afigurou próprio a dar um drama patético, de fortes caracteres, de situações morais altamente comoventes, é o meu romance «Os Maias»."

Vejamos também o que o escreveu Garrett nas *Viagens* a propósito do teatro:

> "Pois o teatro... Que se lembre alguém, na província, dos martírios que sofreu o ouvido com os berros da prima-dona, as desafinações do tenor, ou com enfadonho ressonar daquela adormecida orquestra de S. Carlos!
>
> A enjoativa tradução de uma comédia da Rua dos Condes, roída de incurável sífilis, figura-se aveludada de todas as graças do estilo de Scribe.
>
> E o destempero original de um drama plusquam romântico, laureado das imarcessíveis palmas do Conservatório para eterno abrimento das nossas bocas! Lá de longe aplaude-o a gente com furor, e esquece-se que fumou todo o primeiro acto cá fora, que dormiu no segundo, e conversou nos outros, até à infalível cena da xácara, do subterrâneo, do cemitério, ou quejanda, em que a dama, soltos os cabelos e em penteador branco endoidece de rigor, - o galã, passando a mão pela testa, tira do profundo tórax os três *ahs!* do estilo, e promete matar seu próprio pai que lhe apareça (...)." (*Viagens na Minha Terra*, pp. 287-288)

Esta situação de cansaço e saturação levou Garrett a tentar fazer algo de diferente, a escrever um teatro que o povo entendesse e apreciasse. Por isso na "Memória ao Conservatório Real", afirmava:

> "Os leitores e espectadores de hoje querem pasto mais forte, menos condimentado e mais substancial: é povo, quere verdade. Dai-lhe a verdade do passado no romance e no drama histórico, - no drama e na novela da actualidade oferecei-lhe o espelho em que se mire a si e ao seu tempo, a sociedade que lhe está por cima, abaixo, ao nível - e o povo há-de aplaudir, porque entende: é preciso entender para apreciar e gostar."[11]

E, a propósito da sua peça *Frei Luís de Sousa*, afirmava Garrett:

> "(...) eu quis ver se era possível excitar fortemente o terror e a piedade ao cadáver das nossas plateias, gastas e caquéticas pelo uso contínuo de estimulantes violentos (...)."[12]

Também Eça de Queirós refere uma tentativa idêntica de criar e de levar a cena algo de autêntico, de português, mas o esforço foi infrutífero. Apesar de o assunto ser nacional, as suas expectativas foram defraudadas pela mentalidade do público português que valorizava apenas o que vinha do estrangeiro.Escreve Eça:

---

(9) in GUERRA da CAL, Ernesto, *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz*, Tomo 1º, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1975, p. 433.

(10) QUEIRÓS, Eça de, *Correspondência* (leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho), 2º volume, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 84.

(11) Garrett, Almeida, *Doutrinas de Estética Literária* (prefácio e notas de Agostinho da Silva), 2ª edição, Lisboa, Colecção Textos Literários Autores da Língua Portuguesa, 1961, p. 40.

(12) *Idem*, p. 31.

"(...) decidi aproveitar os meus anos moços para me relacionar com o mundo. Comecei por me fazer actor do Teatro Académico. Era *pai nobre,* ora *grave,* opulento, de suíças grisalhas, ora aldeão trémulo, apoiado ao meu cajado, eu representei entre as palmas ardentes dos académicos, toda a sorte de papéis, de comédias, de dramas —tudo traduzido do francês. Por vezes tentávamos produzir alguma coisa de mais original, de menos visto que a "Dama das Camélias", ou o "Chapéu de Palha de Itália"; reunimo-nos, com papel e tinta; e entre aqueles moços, nascidos em pequenas vilórias da província, novos, frescos, em todo o brilho da imaginação, uma só ideia surgiu: traduzir alguma coisa do francês. Um dia, porém, Teófilo Braga, farto da França, escreveu um drama, conciso e violento, que se chamava "Garção". Era a história e a desgraça do poeta Garção. Eu representei o Garção, com calções e cabeleira, e fui sublime; mas o Garção foi acolhido com indiferença e secura. E um só grito ressoou nos bastidores:

-Ora aí têm... Um fracasso! Pudera! Peças portuguesas...

Imediatamente nos refugiámos no francês e em Scribe."[13]

Neste excerto, ao mesmo tempo que se faz a crítica à mentalidade social portuguesa de que tudo o que vem do estrangeiro é que tem valor, há também o acomodar-se perante a situação, como pode ver-se na última frase citada: "Imediatamente nos refugiámos no francês e em Scribe", autor dramático que faleceu em 1861, exactamente o mesmo autor que é referido por Garrett nas *Viagens*, o que revela a projecção que este libretista e autor de comédias e óperas-cómicas tinha no meio teatral português. Esta acomodação é reveladora da decepção sentida por alguém que, tentando modificar determinadas situações existentes no Portugal seu contemporâneo, acaba por desistir dos seus ideais e entrar na própria engrenagem social, ainda que, como sucede com os protagonistas das *Viagens* e do romance *Os Maias*, reconhecendo o seu próprio fracasso e a decadência do Portugal em que se integram. Há uma espécie de fragmentação do eu; por um lado, um eu rebelde, refractário à aceitação de valores, hábitos, imposições, por outro lado, um eu conformista, resignado, acomodado, que acaba por abdicar da luta ou dos projectos empreendidos. Como escrevia Camões, (Canto I, est. 40 de *Os Lusíadas*) "é fraqueza/Desistir-se da coisa começada" e o que nós temos no final, quer das *Viagens,* quer d'*Os Maias,* são dois protagonistas que desistem dos seus projectos, que se acomodam, que abdicam e renunciam à tentativa de construir um Portugal diferente daquele em que estavam integrados, onde esperavam ver realizados os seus projectos, mas que não correspondeu às suas expectativas. F. J. Vieira Pimentel põe em realce o paralelo existente entre as duas personagens[14]:

"os Carlos de Garrett e Eça são hoje símbolos, cada um a seu modo, dos trajectos, perplexidades e limitações do, adaptando Oliveira Martins, *português contemporâneo*".

O Portugal que aparece, quer nas *Viagens,* quer em *Os Maias* é um país decadente, facto que leva a evocar com admiração o Portugal áureo, do passado, da era das descobertas, cuja representação simbólica se liga à figura de Camões.

---

(13) QUEIROZ, Eça de, "O Francesismo" in *Cartas e outros escritos*, Lisboa, Edição "Livros do Brasil", s/d, pp. 326-327.

)14) PIMENTEL, F. J. Vieira, "As *Viagens* de Garrett e *Os Maias* de Eça: Do Romantismo dos Autores ao Romantismo do Leitor", in *Eça e os Maias*, Porto, Edições ASA, 1990, pp. 209-213.

Garrett, nas *Viagens*, recorda Camões quando o narrador se refere àquelas "belíssimas estâncias" do Canto IV d'*Os Lusíadas* e, "Tal força deu o prestígio da cena às imagens que aqueles versos evocavam" (p. 228), que o narrador diz:

> "(...) e sonhei, sonhei que era português, que Portugal era outra vez Portugal." (*Viagens na Minha Terra*, p. 228)

Ao cair na realidade a sua decepção foi enorme, pois do Portugal áureo do tempo de Vasco da Gama para o qual o seu sonho o levara, nada existia. Ao ver que "era o ministro da marinha, que ia a bordo", o narrador diz que fechou *Os Lusíadas* e que andou "três dias com ódio à letra redonda".

Em *Os Maias* de Eça de Queirós é sugerido o mesmo contraste entre um Portugal passado e o presente. A figura de Camões, agora através da sua estátua no Loreto, é como um símbolo desse Portugal glorioso. Quando, após uma ausência do país que durou dez anos, Carlos se encontra no Loreto na companhia de Ega, constata que tudo está na mesma:

> "Nada mudara. A mesma sentinela sonolenta rondava em torno à estátua triste de Camões. Os mesmos reposteiros vermelhos (...) pendiam nas portas das duas igrejas. O Hotel Aliança conservava o mesmo ar mudo e deserto." (*Os Maias*, p. 697)

É de salientar nesta citação o uso repetitivo do determinante indefinido **mesmo** para sugerir a imutabilidade do quadro, efeito estilístico que Garrett já utilizara nas *Viagens* quando da chegada do narrador ao Vale de Santarém, no seu regresso a Lisboa, no momento em que ocorre uma metalepse, isto é, quando o narrador do primeiro nível encontra Frei Dinis e a avó de Joaninha, personagens do segundo nível diegético:

> "No mesmo sítio, do mesmo modo, com os mesmos trajos e na mesma atitude em que a descrevi nos primeiros capítulos desta história, estava a nossa velha irmã Francisca..." (*Viagens na Minha Terra*, p. 309)

Em *Os Maias*, há apenas uma modificação, uma evolução natural - o envelhecimento, resultante da passagem do tempo cronológico. O narrador refere-se à "estátua triste de Camões" (note-se a hipálage, recurso estilístico muito próprio do estilo de Eça de Queirós e que já Garrett também utilizara), remetendo-nos para a tristeza proveniente da situação de decadência do Portugal de 1887.

Ao contemplar a gente portuguesa desse tempo, Carlos acha-a "feíssima, encardida, molenga, reles, amarelada, acabrunhada!..." (p. 697). Estilisticamente esta sobrecarga de adjectivos é muito importante, pela revelação do modo extremamente negativo com que em *Os Maias* é encarada a gente portuguesa. Já Garrett utilizara também cinco adjectivos seguidos, mas desta vez para caracterizar o homem natural que, ao ser moldado pela sociedade, se transforma num "ente absurdo e disparatado, doente, fraco, raquítico" (p. 212).

Durante os dez anos de ausência de Carlos, "nada mudara" no "velho coração da capital" (p. 697) a não ser uma mudança para se tornar mais decadente ainda, devido ao envelhecimento, e onde tudo é "reles, postiço", sem nada de genuíno.

Num Portugal como este, onde "já não há nada de genuíno" (p. 704), o que resta? E a resposta de Carlos é:

"— Resta aquilo que é genuíno...

E mostrava os altos da cidade, os velhos outeiros da Graça e da Penha, com o seu casario escorregando pelas encostas ressequidas e tisnadas do sol. (...) Mais alto ainda, recortando no radiante azul a miséria da sua muralha, era o Castelo, sórdido e tarimbeiro, donde outrora ao som do hino tocado em fagotes, descia a tropa de calça branca a fazer a bernarda! E abrigados por ele, no escuro bairro de S. Vicente e da Sé, os palacetes decrépitos, com vistas saudosas para a barra, enormes brasões nas paredes rachadas, onde, entre a maledicência, a devoção e a bisca, arrasta os seus derradeiros dias, caquética e caturra a velha Lisboa fidalga!" (*Os Maias*, p. 704)

Às personagens restam duas atitudes: ou de total ruptura, desintegração e conflito, ou então de acomodação, esta última muito mais fácil e menos perigosa para duas personagens versáteis e facilmente moldáveis pela sociedade - Carlos das *Viagens* e Carlos d'*Os Maias*.

Diz o primeiro no final da carta a Joaninha:

"(...) eu que farei?

Creio que me vou fazer homem político, falar muito na pátria com que me não importa, ralhar dos ministros que não sei quem são, parlar dos meus serviços que nunca fiz por vontade; e quem sabe?... talvez darei por fim em agiota, que é a única vida de emoções para quem já não pode ter outras." (*Viagens na Minha Terra*, p. 335)

Esta mesma nota de pessimismo está presente no final d'*Os Maias* quando Carlos e Ega, após a viagem daquele pela Europa e o seu regresso a Portugal, ao passarem junto do antigo consultório de Carlos "onde agora, pela tabuleta, parecia existir um pequeno atelier de modista", os dois amigos recordam o passado e, utilizando o discurso indirecto livre, escreve Eça:

"Que estúpidas horas Carlos ali arrastara, com a "Revista dos Dois Mundos", na espera vã dos doentes, cheio ainda de fé nas alegrias do trabalho!... E a manhã em que o Ega lá aparecera com a sua esplêndida peliça, preparando-se para transformar, num só Inverno, todo o velho e rotineiro Portugal!

— Em que tudo ficou!" (*Os Maias*, p. 700)

Esta decepção, a frustração dos ideais, aparece corroborada pelas próprias personagens d'*Os Maias* ao afirmarem:

"— Falhámos a vida, menino!

— Creio que sim... Mas todo o mundo mais ou menos a falha. Isto é, falha-se sempre na realidade aquela vida que se planeou com a imaginação." (*Os Maias*, pp. 713-714)

Como salienta Isabel Pires de Lima, "Carlos e Ega, seres de excepção no espaço português, não conseguem, tal como a Geração de 70 não conseguiu, escapar a este tempo presente minado, não conseguem, tal como aquela geração não conseguiu, escapar ao percurso da desilusão e da desistência"[15]. Quer a personagem Carlos das *Viagens*, quer o seu homónimo d' *Os Maias* são seres culturalmente superiores, que puderam frequentar a Universidade e que estavam empe-

(15) Lima, Isabel Pires de, "Eça e *Os Maias* pensar-se pensando Portugal", in REIS, Carlos (Coordenador), *Leituras d'Os Maias*, Coimbra, Livraria Minerva, 1990, pp. 43-53.

nhados na construção de um Portugal diferente, mas que não conseguiram realizar os seus ideais. O Portugal contemporâneo de ambas as personagens é um país descaracterizado, decadente, de imitação estrangeira, onde o que é genuíno e autêntico tende a desaparecer. Mas o pessimismo com que terminam as *Viagens* relativamente à personagem Carlos não é exactamente o mesmo pessimismo com que termina o romance *Os Maias*. Eça de Queirós vai mais longe, ao deixar em aberto um caminho, através da contradição entre o que as personagens afirmam e a maneira como agem. Carlos e Ega, após concluirem "— (...) Não vale a pena viver..." (p. 715), dando Carlos a sua "teoria da vida" em que o que é preciso é não ter apetites, não ter contrariedades, em que não vale a pena "fazer um esforço, correr com ânsia para coisa alguma" (p. 716), acabam, contraditoriamente, por romper "a correr desesperadamente pela Rampa de Santos e pelo Aterro" para apanharem o "americano". Como afirma Carlos Reis[16], "desiludidas por uma existência estigmatizada pelo ferrete da tragédia como pelo do falhanço social, às duas personagens resta apenas a opção do fatalismo que é, ao mesmo tempo, a da descrença nas suas próprias possibilidades", mas a atitude final de correr para o americano e, citando novamente Carlos Reis, "sugere talvez o ressurgir do interesse de viver, carecente afinal de estímulos que inspirem a reactivação da vitalidade humana."[17]

Se as *Viagens* revelam a história trágica de uma pequena família do Vale de Santarém e os momentos conturbados da história de Portugal, do Portugal da primeira metade do século XIX, marcado pelas lutas entre absolutistas e liberais e o dos anos imediatamente subsequentes à vitória do liberalismo, em *Os Maias* há um período mais alargado que engloba o Portugal focado nas *Viagens* e o Portugal do período da Regeneração. *Os Maias*, como escreve João Medina[18], "é um romance sobre a decadência, a história simbólica da ruína de uma família que, a seu modo, na sucessão das suas gerações desde o antigo regime até ao Portugal contemporâneo de Eça, representa o destino e até os períodos da história de um país - Portugal."

No romance de Eça de Queirós, o Portugal do antigo regime está presente através da referência, ainda que breve a Caetano da Maia; o Portugal do tempo das lutas liberais, da geração de Almeida Garrett e Alexandre Herculano, através da figura de Afonso da Maia, considerado por seu pai como "o mais feroz jacobino de Portugal" e que, tal como o narrador das *Viagens*, esteve exilado em Inglaterra por motivos de adesão ao liberalismo:

> [Afonso da Maia] "fora, na opinião de seu pai, algum tempo, o mais feroz jacobino de Portugal! E todavia, o furor revolucionário do pobre moço consistira em ler Rousseau, Volney, Helvécio e a "Enciclopédia"; em atirar foguetes de lágrimas à constituição; e ir, de chapéu à liberal e alta gravata azul, recitando pelas lojas maçónicas odes abomináveis ao Supremo Arquitecto do Universo." (*Os Maias*, p. 13)

> (...) se habitei a Inglaterra é que meu rei, que era então, me pôs fora do meu país..." (*Os Maias*, p. 308)

---

(16) REIS, Carlos - *Introdução à leitura d'Os Maias*, 4ª edição, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 172.

(17) *Idem, ibidem.*

(18) MEDINA, João - "O «nihilismo» de Eça de Queiroz n'«Os Maias»", in *Eça de Queiroz e a geração de 70,* Moraes Editores, Lisboa, 1980, p 73.

Diz o narrador nas *Viagens*, e note-se o paralelo existente entre os dois textos:

> "Desde pequeno que fui jacobino; já se vê: e de pequeno me custou caro. Levei bons puxões de orelhas de meu pai por comprar na feira de S. Lázaro, no Porto, em vez das gaitinhas ou dos registos de santos, ou das outras bugigangas que os mais rapazes compravam... não imaginam o quê... um retrato de Bonaparte.
>
> (...) Quem me diria quando, por esse primeiro pecado político da minha infância, por esse primeiro tratamento duro, e — perdoe-me a respeitada memória de meu santo pai! — injustíssimo, que me trouxe o mero instinto das ideias liberais, quem me diria que eu havia de ser perseguido por elas toda a vida! que apenas saído da puberdade havia de ir a essa mesma França, à pátria desses homens e dessas ideias com que a minha natureza simpatizava sem saber porquê, buscar asilo e guarida?" (*Viagens na Minha Terra*, pp. 129-130)

O Portugal do Ultra-Romantismo surge em *Os Maias* ligado à figura de Pedro, embora haja uma outra figura que o protagoniza e que luta para não o ver destronado. Referimo-nos ao poeta Tomás de Alencar que, vivendo ainda no Portugal dos anos 70-80, mostra até que ponto o Romantismo não tinha ainda sido banido da sociedade e da mentalidade portuguesa do período da Regeneração, em que se movimentam personagens como João da Ega, defensor de novos princípios estéticos, mas cujo comportamento, fortemente contraditório, revela a adesão ao Realismo e Naturalismo, ao mesmo tempo que também assume atitudes ligadas ao Romantismo, que levam o narrador a considerá-lo "no fundo, muito sentimental" (*Os Maias* p. 93).

O Portugal do período da Regeneração é o da geração de Carlos, sobre o qual o olhar de Eça mais se espraia e sobre o qual exerce mais fortemente o seu sentido crítico, realçando sobretudo a sua decadência e descaracterização.

Igualmente Garrett nas *Viagens* salientara a descaracterização de Portugal de forma quase obsessiva. Logo no capítulo I, o narrador refere-se aos Campinos e aos Bordas-d'água que, com os seus trajes tradicionais, se destacam do "resto dos passageiros, mistura de trajos e feições descaracterizadas e vulgares". Também no Capítulo XIII o narrador critica a maneira de vestir da sociedade, quando, ao constatar que o frade faz falta na cidade, afirma:

> "Nas cidades, aquelas figuras graves e sérias com os seus hábitos talares, quase todos pitorescos e alguns elegantes, atravessando as multidões de macacos e bonecas de casaquinha esguia e chapelinho de alcatruz que distinguem a peralvilha raça europeia - cortavam a monotonia do ridículo e davam fisionomia à população." (*Viagens na Minha Terra*, p. 149)

Apenas mais um exemplo retirado das *Viagens*, através do qual se critica a imitação estrangeira e a perda do que é genuíno, tradicional, português. É a propósito da descrição de Carlos que traz um "espesso e largo sobretudo militar - espécie de «great-coat» inglês que a imitação das modas britânicas tinha tornado familiar nos nossos bivaques"(p. 192). Por baixo do sobretudo, Carlos traz uma farda a propósito da qual o narrador, ironicamente, afirma:

> "Uniforme tão militar, tão nacional, tão caro a nossas recordações — que essas gentes, prostituidoras de quanto havia nobre, popular e respeitado nesta terra, proscreveram do exército... por muito português de mais, talvez!" (*Viagens na Minha Terra*, p. 192)

Eça em *Os Maias*, caricaturalmente, foca também o tema da descaracterização, ao falar das "botas despropositadamente compridas, rompendo para fora da calça colante com pontas aguçadas e reviradas como proas de barcos varinos..."(p. 702). Vejamos:

> "Tendo abandonado o seu feitio antigo, à D. João VI, que tão bem lhe ficava, este desgraçado Portugal decidira arranjar-se à moderna: mas, sem originalidade, sem força, sem carácter para criar um feitio seu, um feitio próprio, manda vir modelos do estrangeiro — modelos de ideias, de calças, de costumes, de leis, de arte, de cozinha... Sòmente, como lhe falta o sentimento da proporção, e ao mesmo tempo o domina a impaciência de parecer muito moderno e muito civilizado — exagera o modelo, deforma-o, estraga-o até à caricatura. O figurino da bota que veio de fora era levemente estreito na ponta — imediatamente o janota estica-o, aguça-o, até ao bico de alfinete." (*Os Maias*, p. 703)

Eça salienta também a imitação de certos hábitos ingleses, como o das corridas de cavalos. Quando Dâmaso, a propósito das corridas realizadas em Lisboa, diz que tudo é feito à inglesa, Carlos, assumindo uma atitude de distanciamento e superioridade, refere-se ao hipódromo nestes termos:

> "(...) não é pròpriamente um campo de corridas... É verdade que não há também pròpriamente cavalos de corridas... Verdade seja que não há jóqueis... Ora é verdade que não há apostas... Mas é verdade também não há público...
>
> Maria Eduarda ria, alegremente.
>
> — Mas então?
>
> — Vêem-se entrar os navios, minha senhora..." (*Os Maias,* p. 375)

CONCLUSÃO

Em *Os Maias* encontramos uma preocupação com a sociedade do tempo de Eça de Queirós, com temas da actualidade, uma actualidade que tem muito de comum com a do tempo de Garrett, pela imagem que nos é dada da geração de Afonso, o liberalismo, passando pela de Pedro, caracterizada em moldes ultra-românticos, de exagero, de excesso, culminando com a geração de Carlos, a do período da Regeneração, onde continua a existir uma educação tradicionalmente romântica, excepção feita a Carlos que foi educado à inglesa, e onde, apesar da existência de espíritos mais lúcidos e de ideias mais avançadas, como acontece com Carlos e Ega, o Romantismo continua a prevalecer. Eles próprios não passam de "românticos: isto é, indivíduos inferiores que se governam na vida pelo sentimento, e não pela razão..." (p. 714)

Entre Almeida Garrett e Eça de Queirós existe o lapso temporal, e consequentemente ideológico-cultural, de uma geração. Por isso Garrett, na obra *Viagens na minha terra* , pelo seu estilo original e pelas preocupações em alguns pontos convergentes com as de Eça de Queirós em *Os Maias*, se antecipou a este autor na abordagem de determinados temas da contemporaneidade e na renovação da prosa portuguesa. Referindo-se a Almeida Garrett, escreve Augusto da Costa Dias[19]:

---

(19) DIAS, Augusto da Costa, "Estilística e Dialéctica" in *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett (organização, fixação do texto, prefácio e notas: Augusto da Costa Dias), Editorial Estampa, Lisboa, 1983, p. 55.

"é ele quem realiza a síntese moderna das nossas letras. Os conferencistas do Casino serão em parte os seus herdeiros, Eça de Queiroz sobretudo, e ao ponto de poder agora asseverar-se que sem a estilística de Garrett não existiria como existiu a do autor d'*Os Maias*."

Terá sido Eça de Queirós um plagiador de Garrett? Responderemos a esta questão citando Cláudio Basto: "O escritor não se forma por geração espontânea. É um produto de inumeráveis e diversíssimos factores: factores que herdou e factores que adquire"[20]. Com isto queremos dizer que em Eça há um conjunto de preocupações que já tinham sido alvo de atenção por parte de alguém pertencente a uma geração anterior, Almeida Garrett, e das quais o próprio Eça, como homem preocupado com o seu tempo, não se alheou. Mas esta herança foi o ponto de partida para um enriquecimento muito maior, quer a nível temático, quer a nível formal. Garrett inovou, abriu o caminho, desbravou terreno e Eça soube aproveitar o caminho desbravado e ir mais longe, tratando de forma mais desenvolvida certos pontos, acrescentando outros e consolidando definitivamente o uso de recursos estilísticos que permitiram considerá-lo como o "criador de uma língua harmoniosa, fluida, transparente"[21].

Diremos, com Nunes Claro, que "Eça de Queiroz retocou a prosa portuguesa"[22], mas acrescentamos que o primeiro passo, o que permitiu o retoque, foi dado por Almeida Garrett nas *Viagens na Minha Terra*.

---

(20) BASTO, Cláudio, "Foi Eça de Queiroz um plagiador?", in *Eça de Queiroz "In Memoriam"* (organizado por Eloy do Amaral e M. Cardoso Martha), 2ª edição, Atlântida, Coimbra, 1947, pp. 41-63.

(21) CLARO, Nunes, "EÇA DE QUEIROZ", in *Eça de Queiroz "In Memoriam"* (organizado por Eloy do Amaral e M. Cardoso Martha), 2ª edição, Atlântida, Coimbra, 1947, p. 104.

(22) *Idem, ibidem.*

Relaçom de Castelao com os comunistas [1]

Ramom VARELA PUNHAL
(Santiago de Compostela)

Imos tratar dum aspecto do Castelao político do qual se possuem poucos dados com anterioridade ao ano 1935, e, portanto, ao período em que o rianjeiro era o líder máximo e indiscutido do Partido Galeguista: a sua relaçom com os comunistas. Atrás ficava a sua etapa em que era comunmente aludido como o «nosso genial artista» e inclusive a sua experiência de deputado no primeiro biénio republicano, depois do qual o Partido Galeguista se veria privado da sua representaçom parlamentária nas eleiçons de Novembro de 1933, que se saldárom com umha derrota para o Partido Galeguista, ao nom conseguir nengum escano. Impom-se um giro na política de alianças do Partido, para sair do seu isolamento e conseguir umha presença social e institucional que lle permita influir na vida politica de Galiza. Com esta finalidade, Castelao converte-se num abandeirado da aliança com os partidos estatais que concordem em reivindicar a autodeterminaçom político-administrativa de Galiza, a republicanizaçom de Galiza e a dignificaçom da sua vida política, sendo ele mesmo o eleito polo Partido Galeguista para entabular os contactos con Izquierda Republicana, que dariam como resultado um pacto eleitoral

---

(1) Nas notas que seguem citaremos assim:

ANT = *A Nosa Terra.*

CA = *Castelao. As cartas de América,* A Nosa Terra. A Nosa Cultura, nº 12.

CBI = VV.AA., *Castelao e Bóveda irmáns!!*, Promocións Culturais Galegas, Vigo, 1977.

CC = *Congreso Castelao,* Universidade de Santiago de Compostela, 1989.

CCD = MONTEAGUDO, HENRIQUE, *Castelao: Conferencias e Discursos,* Fundación Castelao, 1996.

CLS = PAZ ANDRADE, Valentín, *Castelao na luz e na sombra,* Ediciós do Castro, Sada, 1982.

CNC = ALVÁREZ, Santiago, *Castelao y nosotros los comunistas,* Ediciós do Castro, Sada, 1984.

NG = CASTELAO, "Verbas de chumbo", em *Nueva Galicia.*

MPG = ALVÁREZ, Santiago, *Las milicias populares gallegas. Un símbolo de la Galicia antifranquista. Ensayo histórico,* Ediciós do Castro, Sada, 1989.

RCC = ALVÁREZ, Santiago, *"As relacións de Alfonso R. Castelao cos comunistas durante a guerra civil e no eixilio,* en *Congreso Castelao,* Universidade de Santiago de Compostela, 1989.

SG = CASTELAO, *Sempre en Galiza,* Akal, Madrid, 1977.

com o partido liderado por Azaña e posteriormente com a Frente Popular, da qual formavam parte também os partidos marxistas, tanto socialistas como comunistas.

Castelao evoluiu desde umha posiçom conservadora e inclusive monárquica dos anos de «El barbero municipal», de 1910 a 1914, a um posicionamento de esquerda moderada. Nunca foi comunista, mas tampouco anticomunista, mas um cristao de esquerdas, nacionalista ante todo, que está disposto a trabalhar com os comunistas, sem deixar-se engaiolar por eles, se considera que isso favorece as posiçons da naçom galega. Em 1935 combate os senhoritos espanhois, podres de dinheiro, por darem "*na teima de chamaren marxistas a cantos defenden as xustas reivindicacións do povo traballador*"[1]. Umha vez produzido o levantamento militar, abriu-se em Madrid umha oficina para recrutamento das milícias galegas[2], iniciativa adoptada, segundo Santiago Álvarez, pola Frente Popular Galega e singularmente por "*el máximo dirigente del Partido Galleguista, Castelao, de acuerdo con el Partido Comunista de España, que había creado ya el 5º Regimiento*"[3], que seriam as primeiras dumha entidade territorial espanhola e nom de sindicatos ou partidos políticos[4]. Segundo o dirigente comunista, "*Castelao, dacordo có Partido Comunista, fai que na propia sede do Partido Galeguista, na Gran Vía, se abra un centro de reclutamento miliciano, un «banderín» de enganche*"[5]. A decisom da sua criaçom, segundo o autor citado, era similar às que se produziam em todas as zonas de Espanha que permanecêrom leais ao Governo da República e a sua missom era mui limitada. "*El centro de reclutamiento no tenía más misión que la de que se tomase nota de la media filiación personal y la característica de los voluntarios*"[6].

A partir desse primeiro momento, Castelao nom estaria já ligado às milícias galegas e à luita militar dum modo directo e concreto. "*Pero non por iso se desentendéu dela. Ó contrario, él contribuie a aquela, multifacéticamente, ou de diversos xeitos*"[7].

Os parlamentarios galegos, os que a guerra surpreendeu em Madrid, podiam marchar para a frente ou ficar na retaguarda esperando a que o figessem os demais, desempenhar um papel de mais ou menos valor ou risco, e nom todos eles respondêrom do mesmo jeito. Segundo Santiago Álvarez, "*Algunos lo hicieron dando un paso al frente, pero no todos. Esa respuesta la dio Castelao; la dieron, también, Manuel Martínez Risco, diputado por Orense y, decididamente, en un plano más elevado Bibiano Osorio Tafall, diputado por Pontevedra, y algunos otros*"[8].

---

(1) *SG*, p. 28.

(2) Segundo a crónica do brigada Guardiola, o alistamento dos primeiros milicianos começou o 30/07/1936, num local da rua Peñalver, 15 de Madrid (ALVÁREZ, SANTIAGO, *Las milicias populares gallegas. Un símbolo de la Galicia antifranquista. Ensayo histórico,* Ediciós do Castro, Sada, 1989, p. 33). Os milicianos galegos constituirom em Agosto de 1936, o batalhom galego, que contava com a colaboraçom dos intelectuais galegos da zona republicana: Rafael Dieste, Artur Cuadrado, Rubén Gotay, ... "*y por supuesto, la mayor colaboración intelectual y artística fue la de Castelao, con sus famosos álbumes de dibujo*" (*cit.* p. 69). Na batalha de Brunete o batalhom tivo um comportamento valente, e nessa batalha surde a frase repetidas vezes propalada por Castelao: "*Nos encontramos ya 500 metros más cerca de Galicia*" (*cit.*, p. 123). Em "El Partido Galleguista organiza las milicias", em «Nova Galiza», nº. 6 (01/07/1937), p. 4, di-se que "*el Partido galleguista organizó sus milicias. Rapidamente se constituyó un batallón*".

(3) *MPG*, p. 13.

(4) GONZÁLEZ LÓPEZ, Emilio, "Castelao na guerra civil", em *CC*, p. 90.

(5) *RCC*, p. 111.

(6) *MPG*, p. 14.

(7) *RCC*, p. 111.

(8) *MPG*, p. 25.

Segundo o referido dirigente comunista, alguns dos deputados fôrom prisioneiros das dúvidas, vacilaçons e indecisons, eram antifascistas mas incapazes de combater o fascismo com a decison que o momento exigia, eram galeguistas mas o seu amor a Galiza tinha um limite. "*El caso de Castelao no se incluye entre aquellos a que me estoy refiriendo con estas consideraciones. Porque el fue de los que desde un primer momento se puso en acción. Y, además de cumplir con su papel de diputado (las Cortes se reunieron ocho veces durante la contienda) trabajó incansablemente desde otras vertientes por lograr la resistencia antifascista y la victoria de la democracia*"[9]. Castelao, «guieiro da causa da terra-, escritor, artista e galego universal»[10], aos seus 51 anos quando começou a guerra, participou moi decididamente ao lado dos republicanos do jeito que melhor podia contribuir, com as suas estampas que informárom "*al mundo de las crueldades de los sublevados en nuestra tierra*"[11].

No ano 1937-1938 colabora, no campo artístico e teórico, em *Nueva Galicia*, de orientaçom comunista. No aspecto teórico parte dumha aproximaçom ao pensamento comunista através da obra de Estaline, a quem qualifica como um "*autor libre de ofuscacións nacionalistas*[12]"[13], sobre a noçom de naçom, definida polo dirigente soviético como "***"unha comunidade estable, históricamente formada de idioma, de territorio, de vida económica e de hábitos psicolóxicos reflexados n-unha comunidade de cultura". Advertência de Stalin: "Somentes a eisistencia de todol-os siños distintivos, en conxunto, pode formar a nación"***[14]. Aclara Castelao que apela a Estaline nom porque se sinta inclinado à organizaçom mundial que el dirige "*senón porque no problema das nacionalidades abraza, con decisión, o ideal patriótico da liberdade. Apelo a el porque recoñece o dereito das nacionalidades, dentro d-unha unión de Estado, e dá solución xusta ao problema que plantean os povos diferentes que non renuncian â ideia d-unha unidade superior. Pero, sobor de todo, apelo a este home porque non é un simple teorizante, pois sostén praiticamente o derradeiro e máis racional tipo de federalismo*"[15]. Considera que a teoria de Estaline concorda com os sentimentos de Galiza tal como fôrom expressados polos galeguistas, o que fai supor que será possível um programa único de reivindicaçons de todos os antifascistas. Por outra parte, sublinha que na campanha pró Estatuto de 1936 trabalhárom harmonicamente tanto com os republicanos, socialistas, anarquistas e agrários, como com os comunistas, sem que se produzisse a mais mínima discórdia[16].

Segundo Estaline, umha naçom é soberana e: "*ten dereito a organizarse autonómamente, sen máis limitacións que as derivadas do respeto ao dereito igual das demáis nacionalidades. ... Certo que Stalin*[17] *condiciona o deber do proletariado*

---

(9) *MPG*, p. 26.
(10) *MPG*, p. 186.
(11) *MPG*, p. 173.
(12) En *SG*,, p. 39, a frase «ofuscacións nacionalistas», foi substituida pola de «ofuscacións filosóficas».
(13) *NG*, nº 16, (5/09/1937), p. 3.
(14) *NG*, nº 16, (5/09/1937) p. 3.
(15) *SG*, pp. 39-40.
(16) *SG*, p. 91.
(17) No *Sempre en Galiza* descreve-o como um home de realidades e nom um liorteiro jurídico. (p. 53).

ante o dereito d-unha nación que -por exemplo- pretendese restaurar institucións de tipo reaicionario, pois ainda que este dereito sexa indiscutible, non pode ser defendido pol-os traballadores. Mais o proletariado debe reincorporarse ao movimento reivindicador das nacionalidades para derrumbar a política imperialista e facilitar a unión internacional dos obreiros e campesiños. ... E a teoría staliniana cómprese nos artigos 16 e 17 da Constitución da URSS.

D-acordo con estes principios o Buró político do P.C. hespañol non se esqueceu de incluír na proposta olficial de unificación, dirixida ao P.S. en xullo derradeiro, a siguente condición: «8º Recoñecimento do dereito democrático de independencia nacional para cataláns, vascos e galegos, independencia nacional que pode asegurarse en forma real e perdurable mediante a unión de todol-os povos da Hespaña contra o enemigo común, contra os feixistas hespañoes e os invasores xermano-italiáns.

A Terceira Internacional recoñece como nacionalidades a Cataluña, Euzcadi e Galiza, e a posición política dos comunistas hespañoes responde, loxicamente, a este recoñecimento. ...

Para nós, os galeguistas, Galiza é unha nación e ten o dereito e o deber de orgaizarse autonomicamente. Xa sinalamos a coincidencia do galeguismo e do comunismo a este respecto e nas arelas de orgaizar a convivencia fraternal das nacionalidades hispanas, dentro do marco d-un soio Estado."[18].

O posicionamento dos galeguistas e comunistas é coincidente a respeito do carácter nacional de Galiza, do que provém a coincidência circunstancial entre ambas as formaçons. "*Xa coñecemos a posición dos comunistas e galeguistas a prol das reivindicacións políticas de Galiza. Ambos a dous partidos recoñecen o caráiter nacional da nosa Terra, e d'ahí provén a coincidencia*[19],[20]". Os comunistas consideravam Castelao e Lister como dous símbolos da Nova Galiza, que se complementam para um amanhá da nossa terra cheio de esperança, justiça, progresso e paz[21]. Castelao imaginava esse futuro sem represálias e sem banhos de sangue. Dizia-lhe a Lister: "*Ti e mais eu imos entrar xuntos na Galiza e hás me prometer que nom se matará a ninguém; os que tenham cometido crimes serám processados por tribunais de justiça competente*"[22].

Com motivo das festas do primeiro de maio de 1938, Castelao, juntamente com a sua esposa Virgínia, realiza, numha comissom presidida polo ourensano Gayoso[23], a instáncias do ministro de Negócios Estrangeiros da República, Álvarez del Vayo, e acompanhado do comunista galego Luís Soto como secretário, umha viagem de carácter intelectual e artística à Uniom Soviética na qual permaneceu durante 26 dias[24], em datas compreendidas entre o 20 de Abril e o vinte e

(18) *NG*, nº 21, (10/10/1937), p. 3. Cf. tamén *SG*, p. 54.

(19) Em *SG*, p. 56 acrecenta «*circunstancial*» a coincidência, e, despois "d'ahí", «*nada máis que d'ahí*», o qual restringe a coincidência a este único ponto.

(20) *NG*, nº 22, (17/10/1937), p. 3.

(21) Símbolos da Nosa Terra, em *Nueva Galicia*, nº 25, (7/11/1937), p. 3.

(22) ABRAIRA, José Benito, "Castelao na Argentina. Etapa transcendental na luita pola autonomía da Galiza", em *CC*, p. 155.

(23) SOTO, Luís, "Entrevista gravada en México", em NEIRA VILAS, Xosé, *Los días cubanos de Alfonso Castelao*, Ediciones Unión, La Habana, 1988, p. 137.

(24) Segundo Paz Andrade fôrom trinta dias, mal contados. (*CLS*, pp. 387, 389, 398)

sete de Maio. Saiu de Barcelona, via Por Bou, cara a Paris, Londres, e de aqui no barco *Koperatzia,* a Rotterdam, Amsterdam, Hamburgo, Copenhague, Golfo de Finlándia, e Sam Petersburgo. O dia 27 de Maio escreve-lhe a Rodolfo Prada para dizer-lhe:

"*xa vou de volta, ...Percorremos varios miles de kilómetros na Unión Soviética, dende o Golfo de Finlandia ao mar Caspio, e comprobamos que a URSS está preparándose para inaugurar o feito hestórico que abra unha nova época par-a humanidade. Visitamos as grandes fábricas, coas novas cibdades anexas; ... Visitamos dúas Repúblicas (Ucrania e o Aserbaidhán) e comprobamos que o problema das nacionalidades ficou resolto, previamente e definitivamente por meio da liberdade e da democracia (craro está que compre dar unha nova definición a estes dous conceptos). ... A xornada do Primeiro de Maio na Praza Roxa de Moscú é algo indescriptible. Máis de dous millóns de almas desfilaron por diante de nós mostrándonos a súa ledicia de vivir. E a importante máquina guerreira que defende as creacións soviéticas dounos a sensación de que é invencible. Esto doume tristeza porque ainda non desbotei de min o antimilitarismo que mamei.*

N-esta carta quero desenrolar tres impresións.

1ª A previa solución do problema nacional é un acerto político, porque ao asentar a estrutura do Estado en realidades vivas e permanentes deixou consolidar o sistema económico e social avanzado. A liberdade das nacionalidades e a súa autonomía fixeron posible a coordinación dos intreses morales e materiales da URSS. Liquidar definitivamente un problema de raiz sentimental favoreceu o desenrolo dos plans, porque as preocupacións estatales non estaban interferidas por outra caste de preocupacións. A liberdade das nacionalidades acrecenta o acervo cultural e a súa autonomía vitaliza o réxime local. ... as nacionalidades son independentes para rexiren as suas creacións culturales e gozan d-unha enorme autonomía para adeministraren a súa vida nacional. ... eu creo que nós debemos aceptar para Hespaña unha solución idéntica â que dou a URSS e non conformarnos con outra.

2ª Os estímulos individuales aseguran o éisito dos plans e na URSS téndese a crear unha élite, non vitalicia nin hereditaria, para rexir a vida e os destinos do pobo. ... 3ª Unha intelixente orientación do progreso detén a fabricación en serie nos obxectos puramente utilitarios i endexamais se estandarizan os obxectos âe regalía. ... "[25].

Esta visita deixou um profundo recordo em Castelao polas mostras de carinho recebidas e pola favorável situaçom que detectou na URSS:

"*Jamás, jamás olvidaré la expresión de entusiasmo hacia nuestro pueblo al hacernos a nosotros, los representantes de España, un homenaje tiernísimo que duró de las diez de la mañana hasta las cinco de la tarde. He atravesado la Unión Soviética desde el golfo de Finlandia hasta el Mar Caspio, he visitado muchas fábricas, y en todas ellas latía el entusiasmo por el pueblo español*"[26]. Conta Otero

---

(25) "Falando da Unión Soviética", em *CBI*, pp. 77-78.

(26) NEIRA VILAS, Xosé, *Los días cubanos de Alfonso Castelao,* Ediciones Unión, La Habana, 1988, p. 35.

Pedrayo[27] que nom gostou da arquitectura russa e que se lembrava dele. Se *"estivera eiquí Otero, eiquí os dous xuntos mirando este mar tan triste, este mar dos antigos fenicios, o mar de Azov e tantas cousas"*[28]. Esta visita à URSS permite-lhe observar a vida artística, educativa, económica e política neste imenso país. No aspecto artístico destaca o *"Predomiño da danza e do canto sobor das demais artes, que están retrasadas"*[29]. No referente à aprendizagem das línguas, nota que os meninhos *"reciben a sua instrucción primaria na materna, e somente despois de dous anos de escola lle enseñan a segunda lingua como asignatura"*[30]. Na ordem socioeconómica, destaca a política de incentivos à produçom e de promoçom laboral. *"En ningún pais do mundo se oferece mellor porvir aos traballadores. Un stajanovista pode gañar catro ou cinco veces mais que un obreiro ordinario"*[31].

De retorno da viagem à URSS, chamou-no o Presidente do Governo republicano espanhol, Doutor Negrín, e dixo-lhe que era conveniente que realizasse umha gira por América: EE.UU., Cuba, Argentina, Brasil ... onde viviam núcleos mui importantes de emigrados, acompanhado dum amigo político, que já se lhe proporia. *"Para acompañarlo le propusieron a Castelao dos o tres nombres que no aceptó, explicando las causas, porque suponía que no iba a entenderse bien con ninguno de ellos. «Yo iría muy contento si pudiese venir conmigo Luis Soto», dijo"*[32]. A decisom de que o acompanhase Luís Soto é explicada assim por Santiago Álvarez: *"A dirección do Partido Comunista de España, e concretamente Pedro Checa, segredario de organización, despois de consultar a nosa opinión, a de E. Lister e a miña, xa que os dous éramos xa membros do Comité Central do PCE, propónlle a Luis Soto, que facía pouco chegara fuxido de Galicia a traveso de Portugal, e que non se incorporara ó frente, que era un escolante e un militante cualificado do Partido Comunista. ¡Vela ahí por qué Luis Soto acompaña a Castelao a Cuba e ós EE.UU.!"*[33]. Na preparaçom desta gira, igual que na da URSS[34], tomou umha parte mui activa Santiago Álvarez que a organizou no veram de 1938, em vésperas da batalha do Ebro, sendo elegido Castelao porque para esta *"importante tarea la personalidad de Castelao era excepcionalmente idónea; la numerosa emigración española existente entonces en Cuba y, aunque en menor proporción en EE.UU. de Norteamérica; el interés por nuestra lucha democrática por parte del pueblo norteamericano, y muy especialmente, del pueblo cubano"*[35]. Ademais, *"Entre la masa de emigrantes españoles, tanto en Cuba como en EE.UU. los gallegos eran mayoritarios y Castelao reunía las mejores condiciones para influir en su ánimo: por ser gallego y dirigente galleguista, por ser un gran orador, un polí-*

---

(27) OTERO PEDRAYO, Ramón, *A miña amizade con Castelao*, Ediciós do Castro, Sada, 1986, p. 51. OTERO PEDRAYO, di que a viagem se realizou no início do inverno quando começava a congelar-se o mar.

(28) OTERO PEDRAYO, Ramón, *A miña amizade...*, p. 52.

(29) *CLS*, p. 395.

(30) *CLS*, p. 396.

(31) "Falando da Unión Soviética", en *CBI*, pp. 77-78. PAZ ANDRADE, Valentín, *Cit.*, p. 297, oferece umha versom ligeiramente modificada.

(32) SOTO, Luís, "Entrevista gravada en México", em NEIRA VILAS, Xosé, *Los días ...*, p. 137.

(33) *RCC*, p. 115.

(34) *CNC*, pp. 81 e 175.

(35) *CNC*, 49.

tico y un artista excepcional"[36]. Tinham como missom explicar aos emigrantes o significado da guerra civil, levando como programa principal os 13 puntos do governo Negrín[37], "*en los que se explicaba la solidaridad de algunos pueblos y de algunos gobiernos, y la traición de otros gobiernos a la República Rspañola; explicar a los emigrantes lo que significaba la victoria y qué significaría la derrota para los pueblos de las Españas"*[38]. Acompanhado de Virgínia e do professor, jornalista e dirigente sindical comunista Soto, no mês de Julho parte para Nova Iorque[39], no vapor «Île de France», onde exporá os seus desenhos, publicará o seu album *Milicianos* e participará, em diversas localidades estadounidenses, em diversos actos de propaganda[40] em prol da República e da causa democrática espanholas. Pronunciou também três conferências em galego.

Em 11 de novembro de 1938[41], às dez da manhá, acompanhado de Luís Soto e Virgínia Pereira, chega em hidroaviom a Cuba, regida naquela altura, desde a sombra, por Fulgencio Batista, chefe do Exército Constitucional, sendo recebido calorosamente por umha grande multitude de pessoas, tanto galegas como cubanas. O seu objectivo era conseguir, em nome do governo constitucional de Espanha, ajuda e solidariedade para a causa democrática e tamém, segundo Paz Andrade, participar na campanha para a eleiçom de apoderados do «Centro Gallego». É saudado desde as páginas do jornal «Hoy», onde exporá umha série de debuxos, como "*un luchador sin descanso por las reivindicaciones de su tierra gallega"*[42]. Às doze sai, junto com Soto, Virgínia, Avelino Rodríguez e Víctor Acunha, em autocarro para Santiago de Cuba, aonde chegará às oito da noite, acudindo a recebê-lo centos de pessoas. Celebrou comícios em diversas localidades: Santiago de Cuba, Guantánamo, Bayamo, Victoria de las Tunas, Camagüey, Morón, Ciego de Ávila, Nuevitas, e Santa Clara. Regressam a Havana despois dumha gira de dúas semanas e na capital celebram um grande comício o 4 de Dezembro a que assistírom mais de trinta mil pessoas, e em que participárom, além de Castelao, Luís Soto e o embaixador espanhol em Cuba, Félix Gordón Ordás. No dia 6, a «Hermandad Gallega» ofereceu-lhe um banquete homenagem a que assistírom mais de três mil galegos[43]. Proferiu um formoso discurso na assembleia nacional do Partido Comunista cubano, e foi agasalhado com um banquete polos delegados do movimento operário de todo o país, presentes em Havana para participar num congresso nacional de trabalhadores[44]. No seu caderno anota que Chamberlain e Daladier, "magníficos representantes de la reacción, presenten o choque do totalitarismo coas novas concepcións sociais, e puxéronse de lado do franquismo, en contra dos

---

(36) *CNC,* p. 49.

(37) DÍAZ-PLAJA, Fernando, *La guerra de España en sus documentos,* Sarpe, Madrid, 1986, pp. 323-324.

(38) SOTO, Luís, "Entrevista gravada en México", em NEIRA VILAS, Xosé, *Los días ...,* p. 137.

(39) Castelao já estivera em Nova Iorque em Julho de 1938 tomando parte em diversos actos. (*CNC,* p. 49).

(40) Segundo *Crónicas. Castelao y los vascos,* Ikatz ekintza, Bilbao, 1985, p. 72 seriam 66 os actos em que participou.

(41) Monteagudo di que foi a fins de Novembro de 1938 (*CCD,* p. LV).

(42) NEIRA VILAS, Xosé, *Los días ...,* p. 21.

(43) Paz Andrade fala dum comício no Polisades Park mas sem concretar data, somente com a precisom ambígua "*xa quecía a campaña do Centro Gallego",* e sem indicar participantes, embora com assistência de vinte mil pessoas.(*CLS,* p. 425). Neira Vilas oferece informaçom de «Hoy» de 22/12/1938 no qual anuncia que Castelao e Soto se despedem no Palisades Park, e de 23/12/96 do mesmo jornal onde se di que a concentraçom terá lugar no dia 26/12/1938 no Palísades Park. Ademais, a resenha do acto tampouco coincide co que oferece Neira Vilas. (*Los días...,* pp. 151-152.

(44) NEIRA VILAS, Xosé, "Castelao en Cuba", em *CC,* p. 149.

seus concidadáns, e prescinden da súa personalidade política para converterse en defensores do capitalismo[45]. Nos últimos meses de 1938, Castelao pronuncia-se abertamente em prol do sistema marxista frente ao capitalismo, que julga periclitado. "*El capitalismo ha terminado su magnífico ciclo y después de haber impulsado el progreso hasta la altura en que hoy está se ha convertido en su mayor enemigo, utilizando las máquinas -que fueron inventadas para alivio del hombre- en enemigas del hombre. El marxismo, en esta parte, previó claramente la catástrofe, que podía evitarse cambiando, por acuerdo pacífico, la posesión del capital*"[46]. Despois de sublinhar que a diferência entre a URSS e os EE-UU consiste em que "o capitalismo pasou de mans privadas a mans do Estado", considera que ainda que nom sabe se se ha de avanzar mais, escrebe: "*pero con esto basta para no detener el progreso y hacer que las máquinas sirvan para aliviar al hombre y para redimirlo del excesivo trabajo*"[47]. A diferência entre o fascismo e o comunismo é exemplificada assi por Castelao:

"*—Se vén o comunismo lévanche a vaca.*

—¡Arrecoño!

—Pero se vén o feixismo déixanche a vaca.

—¡Menos mal!

—Pero lévanche o leite e as crías e ti tes que alimentalas"[48].

O dia 17 de dezembro de 1938, proferiu a conferência "Federalismo espanhol" na Universidade de Havana, em que comentou a frase de Calvo Sotelo, de que preferia umha Espanha «roja» a umha Espanha rota, porque "*una España rota necesitaría siglos para reintegrarse, para volver a la unidad; pero una España roja no podría subsistir en el marco de una España única*"[49]. Castelao mostra a sua conformidade parcial com Calvo Sotelo a este respeito por considerar que "*si una España rota (él entendía por este nombre una España en la que los pueblos diferenciados gozaran de libertad política) subsistiere durante siglos era porquer respondía a una necesidad natural, a una tendencia del alma española, a principios enraizados en la conciencia del pueblo, porque sólo así podría un régimen durar siglos. También es verdad que una transformación económica y social de la vida española se ahogaría en el marco de un Estado divinizado o dentro del sistema unitario y centralista de los liberales del ochocientos. Podemos, pues, traducir la expresión de Calvo Sotelo en esta frase: «Sólo en una España rota subsistiría una España roja». E entonces reconocemos que pocos políticos contemporáneos españoles han pronunciado una frase más acertada*"[50]. Todo o mundo sabe -di Castelao- que em Espanha nom se vai implantar o comunismo, mas queremos estabelecer um regime de estrita justiça na ordem económica e social, para o qual é precisa umha prévia estrutura federativa do Estado espanhol. A este respeito, "*yo que no sou comunista, admiro el talento previsor de los políticos de la URSS. Lo*

(45) *Caderno A*, p. 827.
(46) *Caderno A*, p. 827.
(47) *Caderno A*, p. 827.
(48) *Caderno A*, p. 831.
(49) CASTELAO, "Federalismo español" em *CCD*, p. 174.
(50) CASTELAO, "Federalismo español" em *CCD*, p. 174.

primero que se hizo en la URSS fue estructurar el Estado, asentándolo sobre realidades vivas y permanentes y no sobre abstracciones políticas importadas de otro país. Se resolvió previamente y definitivamente (por medio de la libertad) el problema de las nacionalidades. Con la independencia de las nacionalidades federadas y la autonomía de las regiones y territorios se llegó a la gran unidad soviética. Sólo así se pudo consolidar el sistema implantado, evitando que los problemas de raíz sentimental se interpusieran en los planes de construcción. Así se evitó también que las nacionalidades oprimidas se prestasen, obedientes, a las instigaciones del exterior o a su propio resentimiento y recelo, entorpeciendo la obra conjunta. Claro está que la gran unidad soviética es obra del Partido Comunista; pero yo pregunto: ¿puede existir unidad de partido antes de dar satisfacción completa a las reivindicaciones nacionales? Cualquiera español que conozca las causas de nuestra desintegración peninsular y sienta el ansia de unidad hispánica tiene que admirar el talento de los creadores soviéticos y debe lamentar la incomprensión de nuestros estadistas"[51]. Comenta Santiago Álvarez que em Cuba, "*Castelao apóiase nos comunistas e ten o decidido apoio dos comunistas, tanto cubanos como de orixe español, galegos na súa maioría, que teñen cargos importantes nas institucións e sociedades españolas dos emigrantes republicanos: Casa da Cultura, Círculo Socialista e tamén nos sindicatos cubanos, os máis importantes dos cales foran organizados por galegos como contribuiron a organizar tamén o Partido Comunista de Cuba. E, en certo senso, o mesmo ou algo parecido lle vai ocurrir nos EE.UU de Norteamérica"*[52].

No ano 1939, na sua estadia em EE.UU, Castelao informa que acaba de ler o pacto germano-soviético que predixera no fim da guerra ante um grupo de galegos que nom o quigerom crer, e que supuxo para el umha forte decepçom. Descreve, tamém por esta data, a evoluçom do marxismo na URSS, que el simboliza em três personagens. Marx, "*coberto de pelos, cos cabelos, a barba e o bigote tan vizosos como poden. Vén dispois Lenin aínda coberto de pelos; mais co cabelo e a barba ben recortada. Diante aparez Stalin co cabelo curto e o bigote vizoso: mais con barba rasurada de todo. As tres liñamentas parecen a evolución das ideas marxistas na Unión Soviética. O marxismo puro, o marxismo leninista, o leninismo stalinista. I-eu penso que a figura próisima, a que forzosamente tén de vir despois de Stalin, estará rasurada de todo, sen barba nen bigote"*[2].

Em Dezembro de 1939, em resposta a umha carta anterior de Santiago Álvarez[53] (Valdeorras, 1913-)[54], Castelao, depois de expressar o seu reconhecemento polo valor do seu interlocutor "*Los que habeis luchado heroicamente sois los únicos que podeis darnos a nosotros —los incapaces para la guerra— los títulos de lealtad que necesitamos"*, afirma "*Los gallegos libres, como los españoles libres,*

---

(51) CASTELAO, "Federalismo español" em *CCD*, p. 175.

(52) *RCC*, p. 115.

(53) Organizador da Frente Popular, das Milícias Galegas, Comissario político em diversas unidades, participou mui activamente na Guerra Civil. Estivo exilado em França e, a partir do 1º de Setembro de 1939, em Cuba, regressando a Espanha em 1945, onde é encarcerado e julgado com petiçom de pena de morte. Condenado a 18 anos de cárcere, cumpre 10 en Logroño e Burgos.

(54) A correspondência entre Santiago Alvárez e Castelao desenvolveu-se em espanhol, nom obstante serem os dous galegos. Dá-se no proceder de Castelao umha acomodaçom a um interlocutor que emprega como veículo de comunicaçom o idioma espanhol.

podemos todavía prestar servicios incalculables a la causa del pueblo y yo te aseguro que non pienso en otra cosa. Y para ser más eficaces y no perdernos en ***cuestiones previas*** *o sufrir los efectos de la típica demagogia española, que ahora vuelve a dominar el ambiente republicano, es mejor que los gallegos nos concretemos a trabajar por nuestra Tierra puesto que tenemos la ocasión de servirla y ayudarla. Te aseguro que nunca fui separatista; pero nunca comprendí tan bien como ahora la necesidad de hacer una política gallega, separada y fuerte, en la que entráramos en armonía de partidos todos cuantos tenemos un ideal común fácilmente formulado en declaraciones de principios que nuestro pueblo ha sentido siempre"*[55]. Tamém lhe di Castelao que está a organizar o galeguismo em América e que quereria organizar um «Congreso Nacional Gallego» no país que o permitir, ao mesmo tempo que lhe comunica as suas preocupaçons *"pues el material humano siempre dá sorpresas y no todo marcha de acuerdo con mis deseos"*[56], sem dúvida aludindo à falta de colaboraçom e defecçons. Confessa o seu desánimo polo ambiente que se vive em Nova Iorque: *"Te confieso que en este ambiente el ánimo mejor templado tiene que decaer"*[57], que é interpretado por Santiago Álvarez como umha alusom ao ambiente pós-bélico caracterizado por umha renovaçom das tendências antiunitárias dos anarco-sindicalistas[58]. Em resposta de 5/02/1940 a umha segunda carta de Santiago Álvarez fala dos problemas da colónia galega e espanhola em E.U.A., país que coberto *"por las hipocresias puritanas, comido por supersticiones materiales y manchado por la suciedad judaica y su bienestar económico permite el triunfo de todas las ficciones sin consentir jamás unha brizna de renovación en su desorden. Así nuestra colonia -predominantemente marinera- reacciona contra el ambiente entregándose a los más estúpidos demagogos que puedas tu imaginarte"*[59]. Manifesta a sua esperança em lograr a unidade dos galegos de América, ao mesmo tempo que reconhece a carência de meios para levar adiante estes projectos, confessa-se um home moderado e amigo da ordem e da paz e expressa as suas expectativas de poder entrar em Buenos Aires. *"Cuando me vea en Buenos Aires y en contacto con aquella enorme colonia de gallegos podré comenzar la organización del Congreso de que te hablaba en mi anterior. Yo he sido designado jefe del Partido Galleguista, mientras no pueda funcionar democraticamente en Galicia, y voy a encauzarlo hacia finalidades prácticas y eficientes. Estoy bien informado de lo que ocurre en toda América y creo que en cuanto llegue a Buenos Aires se pondrá en marcha la idea del Congreso, al que concurriremos sin más intención que la de llegar a un acuerdo entre todos los gallegos leales"*[60]. Os esforços —reconhece—, podem fracassar nom por falta de vontade, mas por falta de meios de propaganda, pois tem umha fé cega nos resultados que produziria a uniom de todos os galegos. Mas neste momento, ainda que a sua grande força de vontade continua íntegra, carecia já praticamente de recursos económicos de subsistência e a capacidade visual estava

(55) *CNC*, pp. 15 e 20. (A carta leva data do 14/12/1939)
(56) *CNC*, p. 21.
(57) Carta de Castelao a Santiago Alvárez de 14/12/1939, em *CNC*, p. 20.
(58) *CNC*, pp. 84-85.
(59) Carta a Santiago Alvárez de 5 de Fevereiro de 1940, em *CNC*, p. 25.
(60) Carta a Santiago Alvárez do 5 de fevereiro de 1940, em *CNC*, p. 35.

notavelmente diminuída. "*Mi lucha por la vida se va haciendo bastante difícil. Estoy capeando el temporal con un pobre paragüas... Mañana salgo para un colegio de señoritas ... en donde daré quince lecciones por cien dólares. Por ahora aun non ha llamado el hambre a mi puerta; pero estoy agotando los recursos que supe guardar (lo que me dieron ahí y aquí). Con todo me siento capaz de vencer a Nueva York. Lástima que esté casi ciego, porque por lo demás tengo la energía de un joven y nadie me gana en salud y capacidad de trabajo*"[61]. Em carta tamém a Santiago Álvarez, sem data, mas provavelmente de Março de 1940, Castelao alerta o seu destinatário sobre a intençom de «Hispanas Confederadas»[62] de levar a Cuba a decomposiçom da unidade republicana, dando-lhe um quarto de hora nas sessons de rádio pagadas com o dinheiro de todos os espanhois leais à República com objecto de combater a Casa da Cultura dominada polos comunistas, ao mesmo tempo que lhe manifesta que "*Estoy esperando desde hace 6 meses el permiso para entrar en la Argentina y mientras permanezca aquí he decidido volver a la lucha con nuevas armas y muy distintos métodos*"[63].

No ano 1940 alude aos que com o espantalho do comunismo esgrimido contra a Frente Popular, lhes fixérom crer aos ricos que pretendiam implantar o comunismo em Espanha. "*Puderon creer algúns galegos ricos que nós queríamos implantar o comunismo e que os terribles rusos invadiran Hespaña; pero agora saben a verdade*"[64]. Igualmente tamém se acusou aos bascos de por mero afán político defenderem a República laica, aliando-se aos ateus e comunistas. "*Agora fáiselle creer a toda Hespaña que os vascos defenderon a República laica por un simple afán político e que opuxeron o seu criminal separatismo â cruzada relixíosa que abenzoara o Cardeal Goma, aliándose aos ateos e comunistas para ensumiren a toda Hespaña na barbárie soviética*"[65].

Para Castelao a soluçom política de «Hespaña» está no federalismo, que exemplifica nas duas grandes Federaçons que hoje existem: os E.U.A. e a URSS. Confiava em que a URSS se poria à cabeça do mundo em desenvolvimento, podendo chegar a superar os Estados Unidos. Contodo "*se pasados moitos anos a Unión Soviética superase o progreso dos Estados Unidos de América, cicáis tivéramos de decir que non foron os principios marxistas os que obraron o miragre, senón a independencia e fomento dos particularismos étnicos, que preservaron a solidaridade dos homes, base fundamental do réxime soviético*"[66].

A partir destes anos observa-se um progressivo afastamento de Castelao com respeito aos comunistas. Em carta a José Antonio Aguirre, de Novembro de 1943, alude às manobras dos comunistas. "*En Méjico los únicos gallegos atrevidos son los comunistas que publican un periódico titulado «Loita», escrito en nuestra len-*

---

(61) Carta a Santiago Álvarez do 5 de fevereiro de 1940, em *CNC*, p. 37.

(62) As «Sociedades Hispanas Confederadas» eram asociaçons ou centros sociais criados pola colónia emigrada de Nova Iorque, que tinha por finalidade solidarizar-se com a causa democrática espanhola. Nelas estaba integrada a «Frente Popular Gallego» de Nova Iorque. Ademais de pessoas sem filiaçom política, havia no seu seio várias correntes políticas, mas na sua direcçom prevaleciam os anarco-sindicalistas.

(63) Carta a Santiago Álvarez de ¿março? de 1940, em *CNC*, p. 39.

(64) *SG*, p. 187.

(65) *SG*, p. 192.

(66) *SG*, p. 220.

gua, como aquí se publica «A fouce», pero su obsesión consiste en comprometerme a mi para llegar a un entendimiento con los galleguistas"[67]. Em Novembro de 1944, escreve ao mesmo destinátario: "*los comunistas solo trabajan para colocar ceros a su derecha, y todo lo manchan y ensucian desde que inventan consignas por no recibirlas de Moscu"*[68]. Já no ano 1945, declara-lhe que Franco nom será derrubado desde México senom desde Espanha, onde se criou umha aliança de forças democráticas com que poder-se entender. "*Dicha alianza nació al margen del comunismo advenedizo y propugna por una democracia liberal; pero no hay duda que estas mismas fuerzas abrirían las fronteras de España a la invasión de lo general, entregándose a la influencia soviética si las potencias occidentales despreciaran el problema español"*[69].

Em Janeiro de 1946, em carta ao Presidente do Conselho Nacional de Catalunha, Pi i Sunyer, alude pejorativamente às manobras políticas dos comunistas. "*Vea U. a qué travesuras se dedican los comunistas y dígame si es cuerdo aflojar las defensas de nuestro común y vital interés, dándolo todo a la suerte de un gobierno*[70] *que tiene más segura su entrada en el Museo Grevin que en España"*[71]. Numha mensagem de 31/03/1946, Castelao qualifica a posiçom de Portela Valladares de totalmente bolchevique, por defender os maquis para que haja muitos mártires e se levante a opiniom internacional. Dá conta tamém da criaçom dumha organizaçom no exterior chamada «Frente Liberador Galego», mais tarde convertida em «Bloque Nazonal Galego»[72].

Em missiva ao Presidente da República, Martínez Barrio, de Setembro de 1947, fai-lhe um comentário sobre umha entidade galega aparecida em França e capitaneada por Lister, "*que no tiene más valor que el que se le dé. Ese grupo existía cuando yo fuí Ministro, y buen trabajo me costó desentenderme de sus maquiavelismos, pues solo pretendían utilizar mi nombre como utilizan el de cualquier persona que les convenga. Según ellos, Portela era su presidente, pero el propio Portela me aseguró que no era cierto y que no estaba dispuesto a dejarse mangonear por los comunistas"*[73].

Em correspondência com Manuel de Irujo de Outubro de 1947, critica duramente a actuaçom dos maquis, grupos guerrilheiros organizados polo Partido Comunista para luitar contra o regime franquista, porque lhe parece que se oponhem a umha política de sensatez própria dumha democracia de tipo ocidental e desacreditam a todo o republicanismo espanhol. "*En los montes gallegos andan muchos lobos organizados en manadas, y las gentes de llano los temen y suelen identificarlos con los políticos desterrados, incluso con los que siempre dimos*

---

(67) Carta de Castelao a José Antonio Aguirre de 29/11/1943, em *CA*, p. 22.

(68) Carta de Castelao a José Antonio Aguirre de 28/11/1944, em *CA*, p. 36.

(69) Carta de Castelao a José Antonio Aguirre, de 3/01/1945, em *CA*, p. 40.

(70) Em alusom ao Governo republicano no exílio presidido por Giral, que se amostrava como um Governo débil devido aos precários apoios que o sustentavam, especialmente por parte do socialista Indalecio Prieto.

(71) ESTÉVEZ, Xosé, *Antología del Galeuzca en el exilio (1939-1960)*, Nova Galicia Edicións, Carlos del Pulgar, Vigo, 1994, p. 246.

(72) Foi criado em Toulouse e tem como figuras destacadas a Lister e ao galeguista Pla, se bem tamém atrapassem como "*abaixo-asinantes*" a Casares Quiroga e a Manuel Martínez Risco, "*co que, por certo non gañan nada*". (FERNÁNDEZ DEL RIEGO, Francisco, *O río do tempo. Unha historia vivida*, Ediciós do Castro, Sada, 1990, p. 170).

(73) Carta de Castelao a Diego Martínez Barrio de 24/09/1947, em *CA*, p. 43.

pruebas de sensatez. Yo pienso en esas manadas de lobos -no pensaría en las organizaciones capaces de producir una huelga de obreros y otro cualquier alarde de resistencia digno de respeto-, pues si Franco no los extermina de raiz, será porque le conviene dejar latente esa muestra del peligro oriental; pero si es impotente para exterminarlos, no veo cómo podrá restablecerse en España una República democrática de tipo occidental"[74]. Censura aos que nom se aprestárom a defender ou propiciárom a caída do Governo Giral, porque iso supuxo a bancarrota do republicanismo. Rejeita a ideia dum governo provisorio porque, a juízo de Ocidente, seria incapaz de conter o avanço dos comunistas na fronteira pirenaica. Agora somente fica Prieto com as suas maquinaçons transnoitadas e os comunistas *"con sus manadas de lobos en las zonas montañosas de España, para justificar de varios modos la permanencia indefinida de Franco"*[75].

Em Setembro de 1948, em carta ao seu coirmao Alfredo Somoza, manifesta que assim como o republicanismo fica estancado, o galeguismo vai em aumento. Conta-lhe que em França hai um tal Plá, galeguista, que só serve para criar embrulhos, mas que César Alvajar poderia ser-lhes de utilidade como delegado do Conselho de Galiza em Paris para levar a cabo umha acçom conjunta das três nacionalidades ibéricas no movimento federalista europeu. *"Temos de por parte a Lister e os seus partidarios galegos (Cesar non se puido librar d-esta nefasta influencia). O ano que pasei en Franza fíxoseme interminabel a causa dos maquiavelismo comunistas, que contaban co apoio do pequeno grupo galego que alí eixiste. O Plá está entregado a Lister e non cesa de escrebir ao interior contando mentiras, inxuriando e calumniando a todos cantos non lle fagan caso a él. ... Será ben observar que os comunistas están fora do movimento federalista europeo e César Alvajar arrédase d-eles pol-o feito de ser federalista e levar a voz de Galiza n-esa custión"*[76].

Santiago Álvarez alude tamém a desavenças havidas entre Castelao e os comunistas nos derradeiros anos da sua vida em Buenos Aires. *"Roces dos cales hai que atribuírlle a meirande responsabilidade ós meus camaradas"*[77].

CONCLUSOM

Para Castelao as relaçons com os comunistas fôrom sempre algo adjectivo. Desde uns posicionamentos conservadores, católicos e monárquicos, foi evoluíndo progressivamente cara a outros progressistas, afastados do catolicismo oficial, culpável da morte de centos de patriotas galegos durante e depois da Guerra Civil, e republicanos. Igualmente foi mudando a sua concepçom do feito diferencial, que desde umha posiçom nacionalista espanhola da sua estadia nas Pampas argentinas, evolui a outra decididamente nacionalista galega, com a sua incorporaçom, já em 1916, ao movimento das «Irmandades da Fala». Para ele, a partir deste momento, o substantivo era a liberdade política de Galiza, ideia reitora que vai presidir a toda

(74) Carta de Castelao a Manuel de Irujo de 6/10/1947, em *CA*, p. 44.
(75) Carta de Castelao a Manuel de Irujo de 6/10/1947, em *CA*, p. 44.
(76) Carta de Castelao a Ramón Somoza de 20/09/1948, em *CA*, p. 54.
(77) *RCC*, p. 116.

a sua obra e à qual se subordina toda a sua restante actividade, incluida a propriamente artística. Obedecendo a este pathos interior, houvo momentos da sua vida, de maneira especial depois da sublevaçom militar, em que Castelao tem umha aproximaçom ao comunismo, principalmente motivado pola soluçom soviética do problema das nacionalidades, secundariamente, polos seus anseios de reforma socio-económica, e pola luita férrea dos comunistas contra os rebeldes que se levantárom abertamente em nome da «sagrada unidad de la patria» e em contra do sistema autonómico que propiciara a República, que vai declinar nos primeiros anos da década dos quarenta, devido ao que ele chamava maquinaçons comunistas e ao apoio do Partido Comunista de Espanha à loita guerrilheira contra Franco, que, segundo ele, estava a contribuir à sua sobrevivência política e dificultando a reinstauraçom da república em Espanha, único sistema que possibilitaria a recuperaçom dos direitos nacionais de Galiza. Tanto Castelao como o marxismo compartilham umha opçom de fundo polos marginados e polas classes exploradas da sociedade, mas Castelao nom assume a interpretaçom materialista da história, a luita de classes como motor da história, a dialéctica materialista, a ditadura do proletariado, etc. Além disso, estava a questom ideológica de fundo, que era no Partido Comunista a defesa do internacionalismo proletário, que, em grande medida, condicionava a sua compreensom e aceitaçom do problema da libertaçom das nacionalidades oprimidas, que era para os comunistas algo puramente adjectivo e subordinado à libertaçom da classe do proletariado.

NOTAS

Um exercício de análise de texto «Identificação» de Miguel Torga

Henriqueta Maria GONÇALVES
(Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

«Minha Pátria é a Língua Portuguesa»
Bernardo Soares

IDENTIFICAÇÃO

Vai a barca do mundo à flor das vagas
No seu mar de tormentas;
Gemem os remadores,
Mordidos pelo beijo do chicote;
E tu, poeta, como um sacerdote
Da bonança,
A conjurar o mal,
A pregar confiança,
A cantar,
A cantar,
Sem nenhum desespero
Te desesperar!

Sabe cada ternura a pão azedo,
Os acenos são ódios disfarçados;
E os teus versos, gratuitos, desfolhados
Sobre as chagas de vida
Como pensos sagrados
De beleza calmante e condoída!

Que humanidade tens, irmão?
De onde te vem a força, a decisão,
E esse gosto de nunca desertar?
És o Cristo, talvez...
Um Cristo sem altar
Que ficasse a lutar
Junto de nós,
Tão presente, real e natural,
Que podemos ouvir-lhe a própria voz.

Miguel Torga (1)

Jean Bellemin-Noël, em *Le Texte et l'avant Texte*, define leitura como a procura de *um* sentido:

> « operação pela qual se faz surgir um sentido num texto, no decurso de um certo tipo de abordagem, com a ajuda de um certo número de conceitos, em função da escolha de um certo nível em que o texto deve ser percorrido (impensado ideológico, fundo sociocultural oculto, inconsciente psicanalítico, estruturação implícita do imaginário, ressonâncias retóricas, etc.)». (2)

E também tendo em conta estas palavras que as reflexões de Roland Barthes sobre a significação em Literatura se nos afiguram mais clarividentes:

> «a união daquilo que significa com aquilo que é significado; mais ainda, nem as formas nem os conteúdos, mas o processo que vai de uns para os outros». (3)

Encaramos, pois, a análise de texto como um processo interactivo pelo qual se questionam os mecanismos de funcionamento da própria língua, se verifica a estruturação do pensamento, através de uma forma particularmente elaborada, visto tratar-se de um texto literário.

A leitura de «Identificação» de Miguel Torga revela, aprioristicamente, três áreas de incidência, pólos de tratamento à volta dos quais o sujeito lírico vai constituindo a sua mensagem: uma referência áquilo que designamos por situação do mundo, uma caracterização do poeta e uma decorrente concepção de poesia.

O poema começa pela apresentação metafórica e metonímica daquilo que designámos por Mundo, referindo-se o poeta, através da utilização de um presente histórico, à transtemporalidade dessa situação; do ponto de vista semântico o verbo *ir* traduz movimento que se lê perpetuado pela utilização do referido presente histórico, lendo o leitor, nesta opção e pela exibição do morfema verbal no início do verso, uma linha de incidência ideológica do sujeito

(1) TORGA, Miguel, *Orfeu Rebelde*, Coimbra, 2.ª ed. revista, 1970, p. 46-47.
(2) BELLEMIN-NOEL, J., *Le texte et l'avant-texte*, Paris, Larousse, 1972.
(3) BARTHES, Roland, *Essais critiques*, Paris, Seuil, 1964.

da enunciação reveladora de uma certa angústia. Já a relação analógica estabelecida entre *barca* e *mundo* nos reenvia para o sentido dado a «mundo» se atentarmos nos semas que possibilitaram essa relação analógica. Atentemos, pois, nos dois vocábulos enquanto sememas e vejamos quais os semas que se fazem equivaler nos dois conjuntos: a barca é um objecto que serve para transporte marítimo, cuja forma se adapta, portanto, a um trajecto, que transporta pessoas e carga, frágil, se atentarmos, por oposição, na forma barco, e, portanto, está mais sujeita às intempéries. O mundo pode também entender-se, na sua dimensão cósmica, como algo frágil, sujeito ao que o exterior lhe impõe e onde os seus habitantes, do ponto de vista existencial, se sujeitam a idêntica «viagem», suportando a transitoriedade dessa «viagem». Encontrados os pólos da relação analógica, registe-se que o poeta optou pela utilização do mesmo determinante —o artigo definido nas duas referências feitas— *a* barca/*o* Mundo— o que nos leva a certificar as referências como pontuais, concretas, e nos conduz também a tecer alguns considerandos de natureza intertextual possibilitados pelo dialogismo implícito entre a barca aqui referida e a barca de Caronte; esta sugestão disfórica, de natureza mítico-cultural, acentua as ressonâncias angustiantes já pressentidas nos enunciados anteriores e reforça as constrições, não só relativamente á dinâmica cósmica que envolve o Homem, mas também à dinâmica existencial, perante a consciência de efemeridade da vida, da irremediabilidade da condição existencial do Homem e ao sentimento da vida (= viagem) como uma passagem angustiante para o desconhecido, posicionamento e constrição de filiação cristã imiscuida do paganismo existente no mito clássico atrás referido e que tão bem foi consubstanciado por Gil Vicente na sua *Trilogia das Barcas.*

É nesta medida que no enunciado «a barca do mundo» está presente o processo metonímico como forma ao serviço de postulados ideológicos mais vastos, certificados pelo complemento circunstancial de modo que segue o dito enunciado —«à flor das vagas»— que, como dissemos, reforça os sentidos de flagelo angustiante para o sujeito lírico, atrás evidenciado.

O segundo verso, «no seu mar de tormentas», pelo arremesso hiperbólico de que o segmento nele contido está investido —«mar de tormentas»— torna clarividentes as deduções anteriormente feitas, acentuando, em grau, o sofrimento humano por tais constrições cósmicas e existenciais. A utilização do pronome possessivo oferece-se ao leitor como forma quase masoquista de reiteração, exibindo o seu estatuto de exclusividade.

No terceiro verso, de um enunciado em forma geral, passa-se a uma particularização, novamente através da metáfora e utilizando, em paralelo, a mesma estrutura do primeiro verso. Exibe-se, de imediato, a forma verbal no mesmo tempo, o presente, que extrapola as referencialidades pontuais de um aqui e de um agora e usufrui do sentido transtemporal que tínhamos já lido anteriormente. O enunciado «Os remadores», ou aqueles que movimentam a barca, deixa pressuposto que o sujeito da enunciação lírica se volta agora para o interior da barca e para uma situação de dinâmica social que a continuação do texto vem confirmar. A selecção de «gemer» é, logo à partida, significativa quanto à situação desses homens que deixam ecoar o seu sofrimento atra-

vés do gemido, sem terem mesmo possibilidade ou força para o «choro». Já «mordidos pelo beijo do chicote» é um enunciado caracterizador dos «remadores», o que leva o leitor a uma leitura mais complexa porque o enunciado se revela urdido por um dualismo vocal em que se cruzam as vozes de Torga e a do Evangelho, no que diz respeito ao episódio da vida de Cristo —o beijo de Judas— que vai permitir a instauração do principal campo semântico neste poema— o domínio do sagrado.

Vejamos como está organizado o segmento em que incide agora a nossa análise: trata-se de uma estrutura duplamente antitética que contrapõe «mordidos» a «beijo» e «beijo» a «chicote», cada um dos termos de reenvio evangélico. No primeiro par antitético [mordidos/beijo] temos representado o episódio bíblico do beijo através do qual Judas atraiçoou Cristo, ostentando, através da manifestação social eufórico-afectiva do beijo, um dos principais condutores das relações sociais —a hipocrisia; no segundo binómio antitético [beijo/chicote] ocorre a explicitação, em termos de consequência e ainda de reenvio bíblico, da traição anteriormente referida: a punição em primeira instância através do chicote com o qual Cristo terá sido flagelado. Gera-se, assim, na decorrência destas ilações, uma evidente aproximação, e um decorrente sentimento de piedade, entre os remadores e Cristo porque vítimas ou vitimados do mesmo modo que Cristo. Por outro lado, e tendo em conta estas deduções, o enunciado contido no verso é reenviador de uma acusação relativamente à estratificação social que permite uma clivagem tão acentuada entre «remadores» e aqueles que «mordem» os «remadores» com um «chicote», deixando sugerir subordinação pela repressão.

É perante esta situação do Homem no mundo que surge, pela estrutura sintáctica da coordenativa, em que a conjunção coordenada copulativa é subvertida em termos semânticos, correspondendo a uma adversativa, a invocação ao *Poeta*, através do vocativo sintáctico, a quem o sujeito lírico se dirige, através da relação familiar lida na opção pela segunda pessoa do singular «tu». O campo semântico do sagrado ou da sacralização, cujo caminho ficou em aberto no verso anterior, tem aqui explicitamente início para não voltar a ser abandonado ao longo do poema.

Perante o quadro disfórico pintado anteriormente, no que se refere à situação do mundo, surge agora um pólo antitético no que se refere à figura do Poeta que , perante a «tormenta», oferece a «bonança». O Poeta é comparado ao sacerdote —guia espiritual, um guia que reconforta espiritualmente que dá alento, que retempera a alma humana, mas que aponta também o caminho, à semelhança de Cristo que representa.

Umberto Eco em *Obra Aberta*(4) fala das «pressuposições enunciativas» e Julia Kristeva em *Recherches pour une sémanalyse*(5) na acepção de «genotexto» possibilitando, neste plano, o tácito diálogo entre *o dito* e *o não-dito* a que o leitor acede quando dialoga com o enunciado textual.

---

(4) ECO, Umberto, *Obra Aberta*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 2.ª ed., 1971.
(5) KRISTEVA, Júlia, *Recherches pour une sémanalyse*, Paris, Seuil, 1969.

Estes dados a que chegámos permitem-nos uma leitura intertextual com a actualização da fábula da «Cigarra e da Formiga» que Torga faz no seu conto «Cega-Rega», incluído na antologia *Bichos*, referindo-se à função espiritualizante da cigarra e à reabilitação, em termos de empatia, da sua missão na Terra.

Assim, o Poeta, à semelhança da cigarra, tem também, dentro dos mesmos moldes, a sua função.

Retomando o texto, o poeta insiste, pela estrutura redundante, nessa missão ou função do Poeta. A opção pela estructura perifrástica infinitiva, em que se omite o verbo auxiliar, é um reforço semântico tradutor dos termos em que define a função do Poeta: «A conjurar», «a pregar», «a cantar», «a cantar», salientando-se, à semelhança do Poeta, a perseverança da sua acção, sendo aqui valorizado o canto como exercício tipicamente espiritualizante, através do qual o Poeta-sacerdote põe em prática a sua função, valorização exibida mesmo pela redução rítmica reiterada nesta passagem.

A perseverança de que falávamos, que se lê não só na redundância estrutural como também na redundância total do signo(6) (cf. «Poésie et rédondance» de Jean Cohen), é traduzida também nos dois últimos versos da primeira estrofe, através de um outro significante; trata-se de uma estruturação pelo trocadilho morfológico com que se toma o substantivo e o verbo: desespero —desesperar, forma estilística similar ao mozdobre medieval, espécie de camisa de forças em que se vê envolvido o sujeito, mas da qual consegue sair vitorioso pelo sentido de libertação dado pela formulação negativa do pronome indefinido adjunto «nenhum», reforçado pela preposição simples «sem», através da qual «nenhum» passa a usufruir de um estatuto de exclusividade. O sinal gráfico ponto de exclamação (!), em posição final de enunciado e de estrofe, regista a satisfação, o comprazimento do sujeito lírico perante essa resistência, vitória do Poeta face ao que gira à sua volta.

À mudança de estrofe corresponde uma mudança no núcleo temático a que o poeta tinha dado tratamento em último lugar na estrofe anterior.

O leitor depara-se com a reintrodução do primeiro núcleo temático no início da segunda estrofe, mais particularmente nos dois primeiros versos. As relações sociais apresentam-se de forma particularizada através da estrutura antitética organizada pelo processo metafórico, desmontando o poeta a postura artificial e hipócrita, já subentendida anteriormente, quando se referiu à estrutura social: «os acenos» (euforia) fazem-se equivaler a «ódios» (disforia) que se disfarçam (postura artificial), bem como a ternura (euforia) é dada e recebida como «pão azedo» (disforia) que, por extensão, se não pode aceitar na ideologia do sujeito poético.

No terceiro verso desta segunda estrofe, optando pelo mesmo tipo de organização sintáctica e pretendendo instaurar as mesmas ressonâncias semân-

---

(6) Veja-se a este propósito o artigo de COHEN,Jean, «Poésie et Rédondance», in *Poétique*, n.º 28, Paris, 1973.

ticas adversativas, passa o poeta a referir-se ao terceiro núcleo semântico enunciado —a Poesia, e particularmente à função da Poesia, optando estilisticamente pela metonímia, pois que se refere aos versos do poeta a quem se dirige, advogando a posição horaciana inscrita na *Arte Poética* sobre esta matéria, conciliatória, como se sabe, do *utile et dulce*:

> «Recebe sempre os votos, o que soube misturar o útil ao agradável, pois deleita e ao mesmo tempo ensina o leitor: é este o livro que dá dinheiro aos Sósios, que passa os mares e oferece ao célebre escritor imortal renome». (7)

A poesia é «gratuita», «desfolhada sobre as chagas da vida», cumpre, portanto, uma função utilitária, para, no último verso da estrofe, assistirmos a uma posição conciliatória que chama a atenção para o lado estético dessa produção e concebendo-a, portanto, dentro destes parâmetros —«de beleza calmante e condoína», alcançando, o utilitarismo da produção do artista, uma particularidade humanitária que se inscreve nas linhas programáticas do Cristianismo. A selecção do caracterizador do complemento determinativo «condoída» remete-nos para o ensinamento cristão do estar com a dor do outro, ensinamento condensado no atributo referido, instituindo-se, pois, como particular micro-estruturador, no âmbito da codificação semântico-pragmática, ao serviço da ideologia do Autor.

O penúltimo verso da estrofe, através da comparação que se estabelece entre «versos» e «pensos sagrados», que, aliás, se inscreve no domínio semântico da sacralização pretendida para o Poeta e para a sua produção textual, reforça esse poder refrigerativo da Poesia face às «chagas da vida» (enunciado sintético que engloba a caracterização referente ao mundo e à vida no mundo que ocorre nas duas estrofes anteriores) e reclama para o mundo da poesia essa função espiritualizante que tinha sido advogada pela cigarra na reabilitação da fábula tradicional. O sujeito da enunciação lírica termina também esta estrofe em toada emotivo-triunfante que a exclamação evidencia, sentindo e fruindo o sabor do êxtase a que o conduzem estas reflexões que o enunciado discursivo lírico condensa.

Na terceira estrofe, tudo é mais claro em termos sugestivos. A primeira formulação interrogativo-retórica equaciona, através do vocativo sintáctico (ou da apóstrofe), o poeta a quem se dirige com o poeta que se reconhece enquanto enunciador, pelo vocábulo ainda semanticamente relacionado com a ideologia cristã —«irmão», perfeitamente de acordo com a linha de pertinência humanitária, ou humanitarista, a que se circunscreve a dita missão ou função utilitária do Poeta e da Poesia.

A segunda formulação interrogativo-retórica vai possibilitar, como se tudo se preparasse para o desfecho final, a aproximação, a identificação do poeta a Cristo, mas a um Cristo de que é retido apenas o ensinamento e, mais particularmente, a missão. Os termos que possibilitam essa identificação são «a força», «a decisão» e «o gosto de *nunca* desertar» (registe-se a força do ad-

---

(7) HORÁCIO, *Arte Poética*, ed. Inquérito limitada, 1984.

vérbio de negação utilizado). O registo do discurso modalizante (repare-se no advérbio dubitativo «talvez») vem, pela hesitação, mostrar como audaciosa a metáfora que o determinante artigo definido que antecede o nome próprio tornava demasiado grandiosa face aos postulados preceituados pelo próprio Cristianismo, relativamente à existência de um só Deus. Assim, logo de seguida assistimos à passagem para o artigo indefinido que restringe essa identificação aos aspectos que atrás evidenciámos, comunicando ao leitor que o poeta = Cristo não tem altar porque não é único, não é passivo, mas tem uma perpetuação activa («junto de nós», homens entre os quais se situa o Poeta) que se renova em cada voz que se inaugura no mundo da Poesia e se torna «presente, real e natural».

Assim, o enunciado retoma a perifrástica, desta feita com o verbo auxiliar exibido no modo conjuntivo (pretérito imperfeito) que traduz a vontade, por parte do sujeito poético, de que assim aconteça permanentemente, revelando-se, portanto, um discurso de forte sentido prospectivo; por outro lado, o verbo principal retém aquilo que o sujeito valoriza do ensinamento cristão, perfeitamente em consonância com o sentido utilitário com que entende a função da Poesia e que, assim, aparece valorizado.

Ao contrário de «o Cristo», este Cristo (brincando também nós com as palavras, à semelhança daqueles que dizem que a poesia é um jogo duplamente assumido como Mikel Dufrenne) (8), que se actualiza em cada poeta, tem uma vantagem: a actualização concretizada da sua voz, aspecto aqui valorizado pela utilização do pronome adjunto demonstrativo «a própria» e numa oração final causal demonstrativa da vantagem do Poeta face a Cristo.

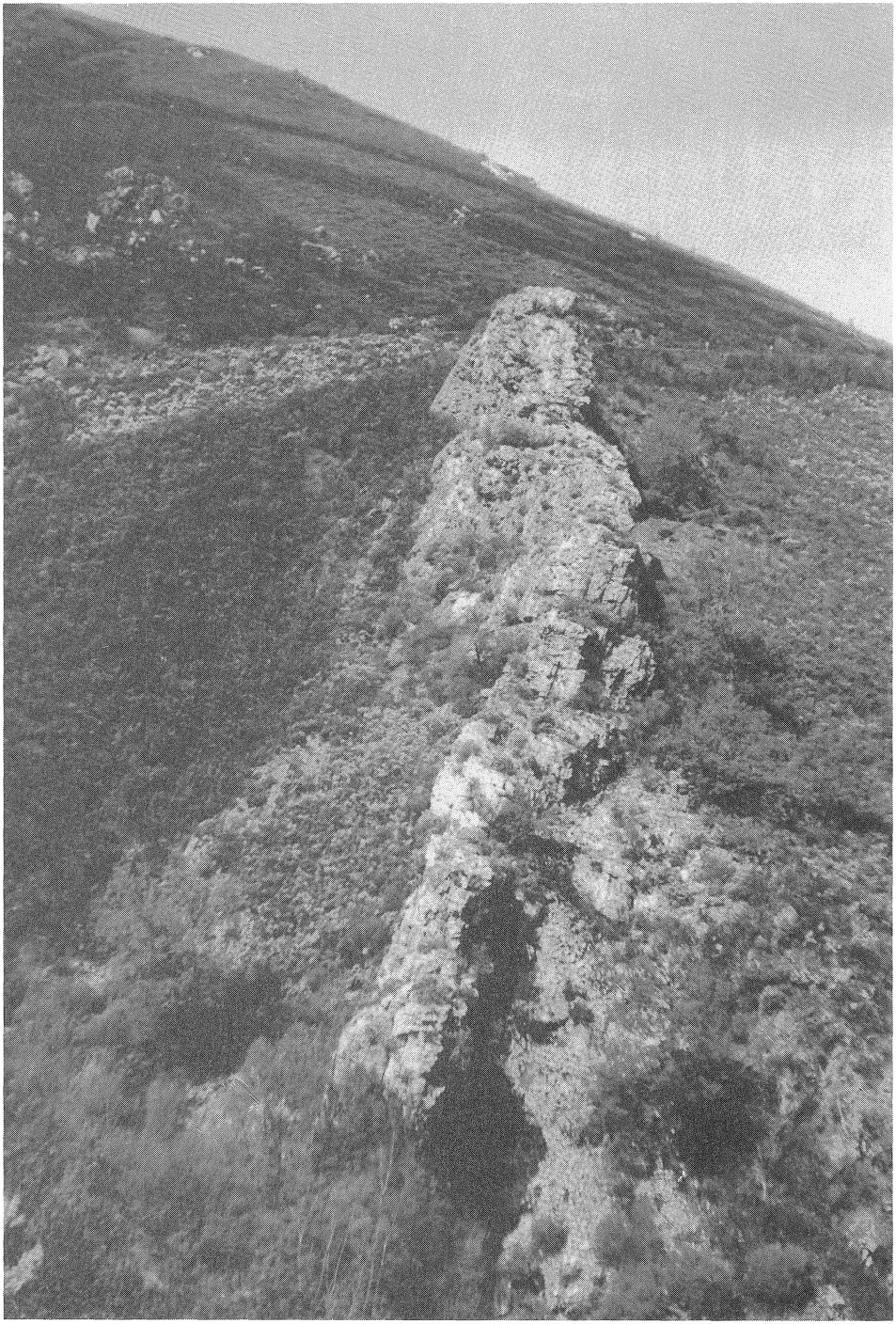
A concepção do Poeta e da Poesia fundem-se neste texto com a própria concepção de Cristianismo para o Autor, recusando-lhe a sua vertente como doutrina, mas encarando-o como conjunto de princípios sociais e éticos que ajudam o Homem a relacionar-se quer com o Universal quer com o Social de forma particularizada.

A análise que agora apresentamos procura encarar o fenómeno literário como particular actualização artística de uma língua pela sensibilidade de um sujeito que se relaciona com o seu tempo e com o espaço total em que vive e, nesse sentido, este fenómeno é de natureza essencialmente cultural. Chegar ao sentido do texto é sempre chegar a *um* sentido porque o Leitor interage com o texto tornando o fenómeno literário complexo, personalizado e perpetuamente actual; nesta medida sempre em movimento. A significação do texto está, assim, como diz Roland Barthes «não nas formas nem nos coteúdos, mas no processo que vai de uns para os outros» (9).

Ao fazermos uma leitura deste texto, construímos, pois, um sentido para o texto que teve seguramente em conta a forma como, também nós, nos relacionamos com o mundo e o que sentimos por ele.

---

(8) DUFRENNE, Mikel, *Le Poétique*, Paris, P.U.F., 2.ª ed., 1973.
(9) BARTHES, Roland, *Ensaios Críticos*, Lisboa, Ed. Signos, 1978, p. 217.



Do avoengo intelectual de Manuel M. Murguia

José-M.ª MONTERROSO DEVESA

«Mi madre, que era de aquella tierra en que ni se teme ni se miente, me dio con su sangre el eterno amor al país natal»

MANUEL MURGUIA, *Los precursores*

/Os Murgia bascos: umha família de músicos (organistas) alguns de cujos membros passárom à Galiza, fugindo dos Cem mil Filhos de Sam Luís (1823)/

OS FUNERAIS DE ROSALIA CASTRO (1891)

Borobó (1986) toma de *La Patria Gallega* da época a resenha do traslado (maio de 1891), desde Íria Flávia a Compostela, dos restos de Rosalia de Castro. Recolhendo a informaçom pontual de A.B. (Alfredo Brañas), conta-nos que em Sam Domingos de Bonaval se cantou «la misa de requiem para voces solas y contrabajo, obra maestra y clásica de un abuelo del señor Murguía, que fue maravillosamente interpretada por la capilla que dirigía el eminente pianista y maestro compositor don Manuel Chaves».

Pergunta-se, talvez o primeiro na história, o veterano jornalista cessurino quem seria este avô músico, toda vez que nem Risco nem Fraguas, nas suas respectivas biografias do Precursor, fazem referência algumha a esse personagem. Sugire que Odriozola, que o sabe tudo, e mais tratando-se, como cabe supor, de um basco, porventura poda informar do caso... mas no livro nom se chega a desvelar tal questom.

Lido o livro borobês este verao, pugemo-nos em contacto com o Arquivo de Compositores Bascos de Errenteria (ERES.BIL: Euskal Ereslarien Bil-

duma) e, com a sua fineza adoita, introduziu-nos em toda umha estirpe de músicos Murgia, o que, logicamente, nos deixou abraiados à par do que goçosos, comprovando, ao tempo, que em Euskadi vai havendo gentes que reivindicam como seu o nosso Manuel M. Murguia.

OS MURGIA NAS BELAS ARTES

É assim que a investigadora Karmele Arzak (1983) nos descobre o mundo das artes cultivadas polos Murgia. Em resumo: Oriundo de Astigarraga, o lavrador Nicolás Murgia passa a Irun a meados do XVIII, onde casa com Pascuala Antonia Azkonobieta. Seu filho primogénito, Joaquín Tadeo Murgia (1759-1836), tonsurado, chegou a organista de Málaga (desde 1788) e, além de compositor, escreveu comprometidos manifestos contra o invassor francês.

Seu irmao terço, Domingo Maria Murgia (1762-1844), exerceu a mesma arte em Errenteria (Bagües, 1991) desde 1782, onde, casado com Maria Felipa Egaña (serám os avós de Manuel M. Murguia) tivo vários filhos —entre os quais José Joaquín (1789-1848)—, até passar como organista a Oiartzun (1797), onde lhes nascéu o resto da descendência, a mais nova Concepción (de 1806, mai de Manuel M.).

Em 1815, sempre por razom do ofício, traslada-se a família a Tolosa e o filho José Joaquín é nomeado segundo organista de Málaga, onde já morava dantes junto de seu tio Joaquín Tadeo.

OS MURGIA NA GALIZA

Fugindo dos «Cem mil Filhos de Sam Luís» (1823) Ladislao Zabala, conde de Villafuertes, refugiou-se em Compostela, trazendo consigo a família Murgia, sua protegida.

Nom se esclarece o tempo que aí morárom, nem se Domingo Maria Murgia chegou a exercer de organista na nossa capital, sabendo só que morréu, de volta em Euskadi, no indicado ano 1844, sua filha Concepción casando na Corunha em 1833, a meio caminho entre ambas as datas. Tudo isso daria para imaginarmos que voltados os Murgia nom muito tarde ao seu país, ficou a pequena na Galiza a cargo de algumha família, se cadra como institutriz...

Desse avô Domingo, de quem, infortunadamente, nom se conserva partitura algumha, seria a missa de requiem que Manuel M. Murguia forneceu para os funerais de Rosalia Castro em Santiago en 1891, na ocasiom do seu enterramento em Bonaval.

AQUELA MOÇA BASCA NA CORUNHA...

Só faltaria dar na nossa Terra com a partitura da missa citada e ver se era própria do avô ou do tio-avô do Precursor, pois que na expressom «de un abuelo», tomada em sentido lato, caberia qualquer deles.

Por fim fica quase respondida a pergunta que em *Agália* núm. 47 (Monterroso e Vidal, 1996) nos colocávamos: Que era o que fazia na Corunha aquela

moça basca? Também fica confirmado agora o nosso razoamento em favor de Oiartzun como pátria e Tolosa como residência dessa mai ao tempo de casar ou no imediato anterior, por melhor falar.

E perguntamo-nos hoje: por quê essa estirpe (ilustre ou nom) nunca foi investigada entre nós polos biógrafos e por quê nunca a mentou Manuel Murguia?

Esse próprio Murguia que, por outra parte, dedicou a aquela mesma moça basca as talvez mais belas palavras jamais ditas por um filho acerca de sua mai e da pátria dela, em frase que nom pode por menos que comover-nos profundamente:

«Mi madre, que era de aquella tierra en que ni se teme ni se miente, me dio con su sangre el eterno amor al país natal».

A Corunha, no 75.º aniversário do passamento de Manuel M. Murguia. Fevereiro de 1998.

BIBLIOGRAFIA

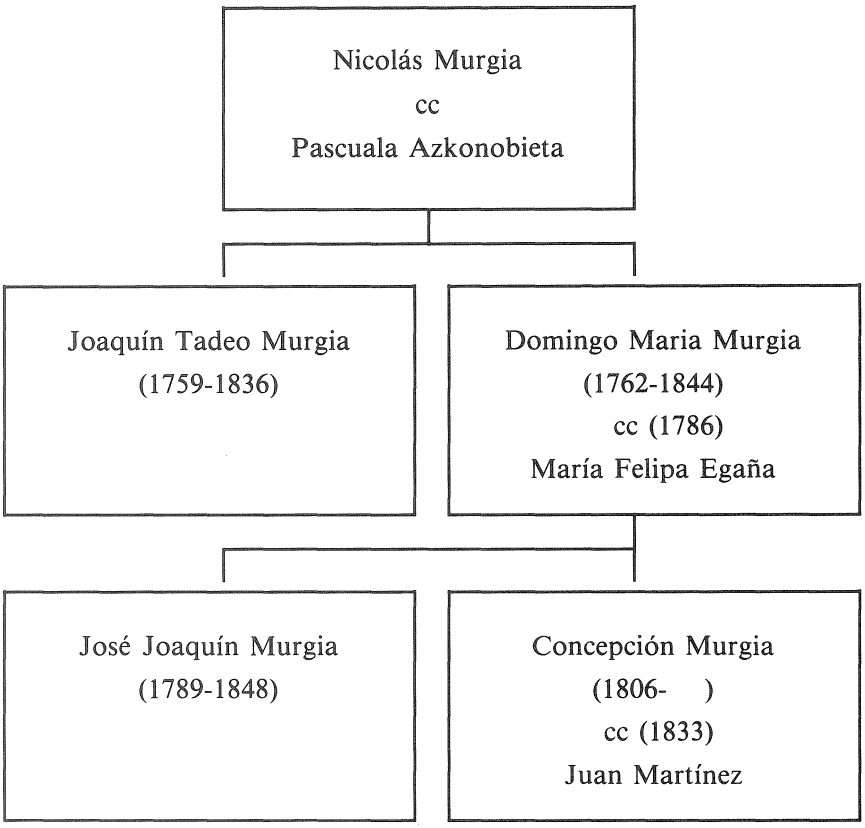
ARZAK, K. 1983. Murgiatarrak artedergintzan. Cuaderno de Sección Música 1. Eusko-Ikaskuntza/Sociedad de Estudios Vascos: 193-203. Devemos deixar constância de reconhecimento ao labor tradutor de Javier Jauregi Garmendia (na Galiza) e de Imanol Gaztañaga Urkola (em Euzkadi).

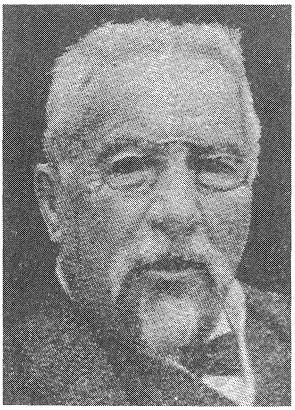
BAGÜES, J. 1991. Errenteria Musikala: 75 e 79.

BOROBÓ. 1986. *El fantasma de Valle-Inclán.* Ediciós do Castro. Sada: 168 e stes.

MONTERROSO E VIDAL, 1996. «Em torno ao nascimentode Manuel Martínez Murguia». *Agália,* 47: 343-350.

ESQUEMA GENEALÓGICO DOS MURGIA BASCOS:





Manuel M. Murguia

Infreqüente imagem do Precursor
(Enciclop. Espasa, Ap. 7, entrada: MURGUIA)

A «Cultura intermediária» na Idade Média (*)

Lênia Márcia MONGELLI
(Universidade de São Paulo. Brasil)

Se o título deste livro é de si instigante, o sub-título é mais, por propor uma questão espinhosa, formulada com precisão pelo prefaciador Jean-Claude Schmitt, da Ecole des Hautes Etudes en Sciencies Sociales de Paris: «é legítimo falar em 'mitologia' a propósito da cultura cristã do Ocidente medieval? Linhas adiante ele justifica o cuidado da indagação: «De fato, a tradição cristã sempre opôs aos mitos —*fabulae,* como denominavam os Pais da Igreja, segundo autores da latinidade pagã— a Verdade única da Revelação e da História Santa, a *História* por excelência». Essa polaridade, que é dos aspectos mais densos e fascinantes do imaginário medieval, foi minuciosamente vasculhada nos dois excelentes ensaios que abrem a coletânea, destinados a compreender a delicada relação entre «mito» e «História»: em ambos —«Meu, Teu, Nosso: Reflexões sobre o conceito de cultura intermediária» e «Cristianismo medieval e Mitologia: reflexões sobre um problema historiográfico»— o leitor poderá colher alguns instrumentos teóricos e metodológicos indispensáveis para apreender com melhor proveito a amplitude dos temas desenvolvidos nos dez estudos seguintes.

Antes de prazerosamente incursionarmos por eles, apresente-se seu autor, professor livre-docente de História Medieval na USP e um dos mais conhecidos medievalistas brasileiros, com largo trânsito nas universidades européias: destacando-se pelo rigor e a seriedade de suas pesquisas, Hilário Franco Júnior tem vários títulos publicados na coleção «Tudo é História», da Editora Brasiliense, por onde também editou *A Idade Média - o nascimento do Ocidente* (1986) e *As utopias medievais* (1992), pertinente exame de assuntos po-

(*) Hilário FRANCO JÚNIOR. *A Eva Barbada.* Ensaios de mitologia medieval. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996, 250 p.

lêmicos como a «androginia» ou de mitos de constituição plurivalente como o da terra da abundância, a Cocanha, ou o do Paraíso. Considerando-se, ainda, que a maioria dos artigos que compõem *A Eva Barbada* tinham sido publicados em revistas especializadas do Brasil e do Exterior, pode-se deduzir a já longa experiência de Franco Júnior em lidar com a sensibilidade medieval, manifesta através de seus textos e da sua iconografia, servindo-se de disciplinas complementares como a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a Psicanálise. O resultado é um magnífico exercício de interdisciplinaridade, vazado em linguagem clara e objetiva, capaz de atingir leitores indistintos, mesmo que não necessariamente filiados aos cursos de História e de Letras.

O princípio defendido como âncora do livro, dando coesão à heterogeneidade dos ensaios, é que os mitos, tratando da imaginação coletiva e não de eventos políticos ou econômicos, situam-se *simultaneamente* à margem da e na história oficial: no primeiro caso, relativo ao chamado «tempo de longa duração», o mito oferece a descrição de valores enraizados na memória popular, presos à tradição folclórica e à transmissão oral, retomados sucessivamente por meio de comportamentos ritualísticos; no segundo caso, os mitos estão «sujeitos a flutuações decorrentes das condições históricas concretas» (p. 47), inscrevendo-se num presente que os herda e reelabora, acrescentando-lhes a marca da própria modernidade. Essa intersecção de tempos e de culturas na estruturação interna dos mitos é a proposta interpretativa que conduz as opções metodológicas de Hilário. Como diz Schmitt no prefácio, é preciso um espírito deveras aventureiro para percorrer terreno ainda tão inexplorado e de tão complexos meandros.

O estudo da lenda de Tristão e Isolda, nas diferentes versões por que foi conhecida na Idade Média, pode oferecer um bom exemplo das intenções gerais de *A Eva Barbada,* quando menos pelo fato de Denis de Rougemont (em *O amor e o Ocidente)* já ter tornado familiar ao leitor brasileiro a famosa história do casal arquetípico (mesmo que, para Hilário, a questão do catarismo na evolução da lenda não tenha a relevância que lhe atribuiu Rougemont). O ponto de convergência entre a antiquíssima tradição céltica, de onde provêm as personagens, e a cristianização de toda a chamada «matéria de Bretanha» ocorrida no século XII, é o eixo em torno do qual se organiza a forte simbologia do poema, nas concepções de Béroul, de Thomas, de Gottfried von Strassburg ou ainda nas anônimas. Começando por lembrar a famigerada coexistência de espiritualidade e erotismo na essência do amor cortês, com importantes fundamentos sociológicos na aproximação de Eva e Maria, o ensaísta detém-se na morte dos amantes, para refletir sobre os sentidos possíveis da roseira vermelha, plantada no túmulo de Isolda e da videira, na tumba de Tristão, epílogo de uma das versões medievais do trágico enredo. Depois de verificar os inegáveis parentescos entre «rosa» e todo um arsenal metafórico do Cristianismo, o qual, por sua vez, remonta a elementos agrários de sociedades primitivas às voltas com rituais de fertilização e de sexualidade expressos na Grande Mãe; e após lembrar que pela videira a imagem de Tristão se aproxima do Cristo-Árvore da Vida e sangue sagrado, com remanescentes bem vivos na mitologia clássica e em antigos cultos da Natureza impli-

cados com morte e ressurreição cíclica, Hilário conclui pelo sincretismo religioso como a feição mais característica do drama polissêmico. Tal como no tema do Graal, em que os cavaleiros buscam, na verdade, o autoconhecimento, os laços entre sagrado e profano no *Tristão e Isolda* sugerem a profunda espiritualidade do século XII, em que o humano procura espelhar o divino por pressentir entre os dois planos remotas analogias.

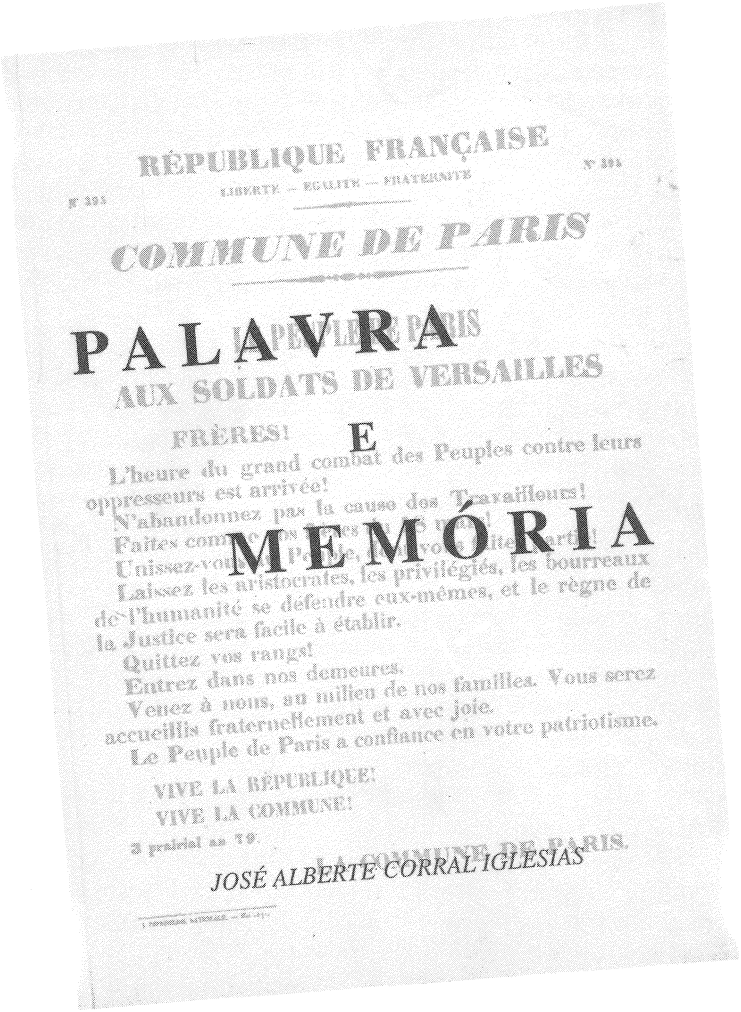
Tão cativantes quanto esta interpretação são os dados levantados a partir da observação de *imagens* representadas em decorações da arquitectura românica —pórticos de Igrejas, retábulos de tetos e paredes, tapeçarias, quadros, etc. Considerada como «pregação viva» e talvez mais eficaz por atingir público leigo numeroso, a arte iconográfica medieval às vezes surpreende com certas criações que fogem à ortodoxia clerical, gestos que parecem inicialmente de rebeldia ou de irreverência, mas que encontram respaldo em velhos relatos folclóricos e popularizantes persistentes no inconsciente coletivo dos povos. É o caso do grande painel pictórico vétero-testamentário que decora a belíssima abadia de Saint-Savin, erguida em fins do século VIII ou começo do IX e reconstruída em fins do século XI, localizada na parte oriental do Poitou, a quarenta e um quilômetros a oeste de Poitiers. Ali, dos cinco ciclos tratados —Criação, Noé, Abraão, Moisés, José— Hilário elege o curioso episódio da «castração de Noé» para compor um dos melhores ensaios da obra, com ricas incursões pela Psicanálise, sob o ângulo do «complexo de castração», e pela Sociologia, que enfoca a luta pelo poder numa sociedade hierarquicamente trinitária.

Está também no subciclo da Criação a imagem da Eva barbada, que dá título ao livro. Começando por «limpar a área» de interpretações anteriores que viram no afresco desde um descuido do artista até superposições de reformas operadas por várias mãos —perspectivas, portanto, arqueológicas, Hilário propõe-se a rever o material enquadrando-o no processo psicológico-cultural da época— como é, de resto, a linha ensaística do livro. E sua pesquisa principia por uma proposta aliciante: apresentar «como hipótese explicativa daquela imagem um elemento cultural conhecido na região de Saint-Savin daquela época: a lenda da Santa barbada» (p. 180). O rastreamento de tal corrente leva ao exame de textos apócrifos do século II, de muitos pormenores da tradição judaica, de relíquias de santos e de martirológios, dentre outros documentos, para concluir sobre os vínculos dessa Eva com a inegável androginia do mito adâmico do Primeiro Homem e com toda uma teoria da assexualidade, de matiz bíblico, incorporada ao folclore. Assim, o que semelhava simples iconoclastia de pintor ousado, tem a ver inclusive com a Reforma Gregoriana da Igreja no século XII e sua preocupação central de legislar sobre a actividade sexual dos homens.

O mesmo olhar arguto Hilário Franco Júnior faz descer sobre *A Divina Comédia,* onde o florentino Dante Alighieri se teria servido de teorias alquímicas para compor a sua concepção particular da utopia da Idade do Ouro; ou sobre o relato anônimo conhecido como *Lai de Guingamor* (composto por volta de 1180), canção celta de temática folclórica, implicada com elementos da cultura tradicional, com a matéria cortesã e com a chamada «literatura

de visões», narrativas de contatos humanos com o mundo supranatural. Esse entrelaçamento de linhas —formando um novelo que Hilário desembaraça com paciência beneditina— tem por finalidade, ao longo de toda a obra, defender a importância da «cultura intermediária» como um dos componentes essenciais da história da mentalidade medieval, Confira o leitor a riqueza e a propriedade dessa investigação, que nada fica a dever aos trabalhos de Le Goff e de Zumthor.

PUBLICIDADE



Os processos de compreensom em traduçom: umha trajectória múltipla

Maria Luísa PIÑEIRO MACEIRAS
(Universidade Complutense. Madrid)

O actual desenvolvimento das ciências cognoscitivas, a necessária utilizaçom de modelos formais aplicáveis em informática e, sobretudo, a procura de tratamentos computacionais válidos para os processos de traduçom, renovárom a problemática da compreensom situando-a no centro de atençom de qualquer tipo de análise linguística. Por isso, o estudo dos mecanismos de compreensom nos processos translativos deve considerar-se como um ponto essencial que será preciso abordar em primeiro lugar.

As mudanças de direcçom actuais produzidas no campo da investigaçom da tradutologia deslocárom também o interesse que a traduçom apresentava como produto orientando-se preferentemente para a análise de tudo o que se engloba actualmente sob a denominaçom de «processo(s) de traduçom». No seio deste processo, constituído por umha grande heterogeneidade de elementos, é onde deve ser situado o estudo da compreensom.

Compreender foi um dos fins perseguidos em qualquer género de intercâmbio linguístico. Esta é umha das razões polas que se considerou fundamental no tratamento e aquisiçom de línguas estrangeiras e, por suposto, apresenta um interesse primordial quando se trata de transferir significados de umha língua para outra.

Definir o que é a compreensom foi umha tarefa que provocou um grande número de reflexões teóricas com outros tantos pontos de vista. Desde a visom hermenêutica que punha a compreensom como umha espécie de intuiçom, passando pola psicologia cognitiva que a considerava como algo que se devia basear na selecçom das informações mais importantes do texto, podemos deduzir, no entanto, que, em geral, o fenómeno da compreensom se contempla como o fim de um processo, mas descrever como se chegou a ele resulta mais complicado.

A actividade mental que supõe a compreensom apresenta características específicas em traduçom, já que o desenvolvimento das operações de tipo cognoscitivo que leva a cabo a pessoa que traduz, se altera, em certa medida, e vai adaptando-se a umha imediata produçom de equivalências. A finalidade da compreensom em traduçom manifesta-se numhas consequências concretas e por isto é preciso tratar o problema de modo diferente. Neste sentido é no que Steiner (1975) afirmava que:

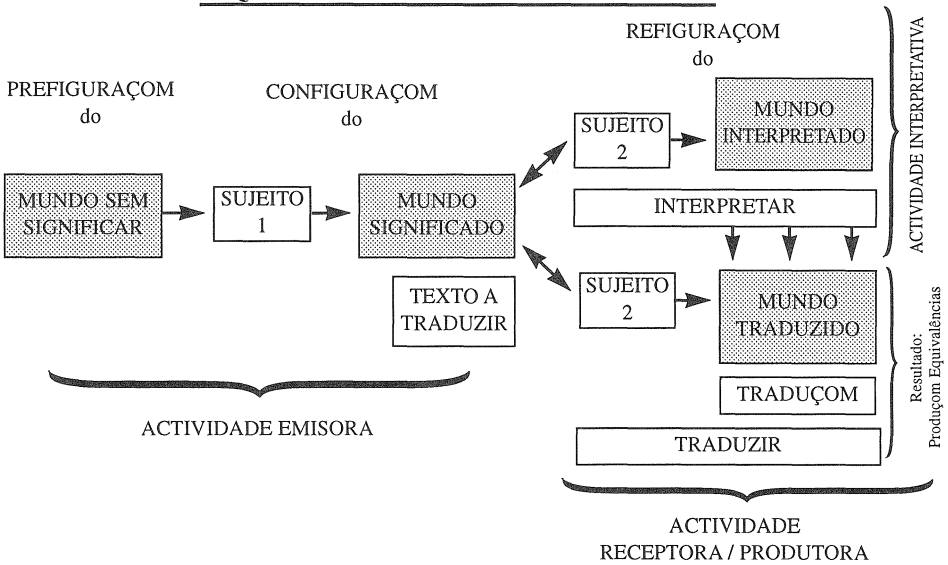
> «to study the status of the meaning is to study the substance and the limits of translation»

Os processos de compreensom situam-se, por um lado, na origem da traduçom, e, por outro, vam condicionando de modo importante o processo de reexpressom que leva a cabo o tradutor.

No presente artigo pretendo, ao mesmo tempo, delitimar e definir os diferentes passos e graus dos processos de compreensom dentro do procedimento translativo outorgando-lhes um lugar específico. Para isso será necessário partir da redefiniçom de alguns dos elementos que entram em jogo no complexo processo da traduçom.

Os processos translativos encontram-se imersos em dinâmicas comunicativas de tipo múltiplo, e estám compostos por diversos elementos que os constituem. Neste tipo de processos comunicativos complexos é nos que o tradutor desempenha o papel mais importante, como participante activo do fenómeno e responsável pola gestom da transmissom de significados, para que o processo seja considerado válido. O resultado deste processo comunicativo-translativo reflecte-se no texto traduzido, quer dizer, num produto portador de umha determinada configuraçom de sentido.

ESQUEMA DOS PROCESSOS TRANSLATIVOS



Como podemos observar (no esquema adjunto), o primeiro elemento do que se parte é que o tradutor se tem de enfrentar com um texto e esta realidade supõe já a obrigaçom de ter de reconhecer através dele, e com as limitações que levanta, «um mundo que já foi significado por outro» (López Alonso, 1991).

A partir do texto, o tradutor encontra-se perante a evidência da *configuraçom de um mundo* ao que se lhe atribuírom significações. Esta problemática é a mesma que a que aparecerá em todo o acto de comunicaçom e que supõe compreender as palavras do outro e ver como aparecem os significados.

Este primeiro passo de achegamento ao texto e aos fenómenos de compreensom foi denominado por alguns autores, como P. Charaudeau (1994), como «acte d'interprétation», e conduz inevitavelmente a perguntar-nos se existe ou nom umha estruturaçom da percepçom do mundo anterior à estruturaçom linguística e se esta se baseia naquele.

Seja como for, é preciso assinalar a existência de um mundo sem significar que se pode considerar como umha *prefiguraçom* de tipo abstracto, que intervém na estruturaçom e na percepçom do mundo que cada indivíduo possui e que também determinará certos níveis de compreensom. Estes aspectos, junto com as condições de enunciaçom nas que se produziu o texto de partida, serám os que determinarám um dos passos importantes para a compreensom. Por isso, de um ponto de vista geral, julgamos necessário partir da opiniom de C. Kerbrat-Orecchioni (1986) quando diz que:

> «faire de la lingustique c'est tenter de comprendre comment les énoncés sont compris(...)»

Para levar a efeito um trabalho de traduçom é preciso partir de um determinado nível de compreensom, quer dizer que, em primeiro lugar, pressupomos a existência de umha determinada competência linguística na que se apoiará o tradutor e a partir da que se desenvolverá a sua capacidade de compreensom. O tradutor enfrenta-se com umha tarefa específica e concreta, e tem de se cingir necessariamente aos limites que marque o documento perante o qual se ache. Quer dizer, encontra-se, como dixemos acima, com umha *configuraçom do mundo*. O primeiro passo para a operaçom de compreensom virá delimitado e imposto por essa *configuraçom* cuja marca é o texto, que define o campo dentro do que se vai mover a compreensom. Porém, o modo como a compreensom se produz afasta-nos da tipologia textual e conduz-nos inevitavelmente ao modo de construçom do significado ou sentido.

Umha das ideias tradicionais no tratamento do fenómeno da compreensom foi a que estabelecia que se procedia em distintas etapas ou níveis: nível léxico, oracional e discursivo. É evidente que o primeiro degrau mediante o qual se acede à compreensom, é a partir de umha perspectiva de tipo léxico, quer dizer, que os elementos conhecidos ajudam a levar a efeito a elaboraçom dos quadros de conhecimento que servem de guia para o emprazamento das representações mentais, ao mesmo tempo que adaptam a representaçom mental à representaçom linguística ou vice-versa. Assim é como as unidades léxicas identificáveis som as que permitem a primeira reconstruçom do sentido e portanto da compreensom. Este duplo funcionamento primeiramente textual e também de tipo cognoscitivo aparece marca-

do por umha carga semântica importante que formará parte da competência linguística do tradutor; o funcionamento cognoscitivo será de características mais complexas, já que se pode considerar como o responsável pola estruturaçom dos distintos tipos de significados, quer dizer, que seria o que justificasse a existência das distintas traduções que se podem dar de um texto em diferentes momentos, considerando diferentes perspectivas, e também as que correspondem aos distintos indivíduos.

Convém salientar neste sentido os novidosos trabalhos sobre a representaçom conceptual do significado levados a cabo por R. Jackendoff (1990), que mostram como o acesso à compreensom se fai através de representações linguísticas, se bem acrescenta que as representações mentais, consideradas como entidades cognitivas, estám constituídas por traços semânticos que denotam as estruturas conceptuais mentais e som em grande parte as responsáveis pola elaboraçom do significado que haverá de compreender.

O processo de compreensom em traduçom move-se entre estes dous pólos: primeiramente parte de elementos textuais que exigem um determinado nível de compreensom, os quais se processam de modo complexo numha actividade mental mediante estruturas conceptuais e que por último deverám ser reescritos.

Todos estes passos fam que devamos falar de processos de compreensom, por, como vemos, apresentarem características múltiplas e intervinherem diferentes aspectos que as vam condicionar e que som os que explicam o seu carácter plural e múltiplo.

a primeira leitura do texto a traduzir, que supõe, como dixemos acima, o primeiro encontro com a actividade tradutora, é como acedemos ao que poderíamos denominar o estado primitivo da traduçom e que constitui o primeiro passo para umha compreensom. A partir deste ponto, o tradutor vai buscando equivalências e efectuando múltiplas operações de reformulaçom que lhe vam permitindo aceder aos sentidos do texto de um modo gradual. É este um estado de *refiguraçom* do mundo que o tradutor interpreta ao seu modo, e no que, partindo da sua competência linguística e mediante o jogo que lhe permitam as inferências vai elaborando um/o seu significado. Por isso, em funçom das operações que realizar, a maioria de tipo abstracto, é como chegará a obter diferentes traduções, correspondentes a distintos indivíduos em diferentes momentos.

Quando nom se trata de realizar processos translativos e simplesmente há que compreender, já seja umha língua estrangeira ou mesmo a materna, o processo interrompe-se neste ponto, umha vez que nom há necessidade de activar os mecanismos que conduzem à procura de equivalências. Quer dizer, que a análise e estudo da compreensom pode ser levado a efeito gradualmente a distintos níveis, o que justifica mais umha vez falar de processos de compreensom.

Porém, quando se trata dos denominados processos de interpretaçom oral simultânea, nos que as equivalências linguísticas devam ir produzindo-se ao mesmo tempo que se emite o discurso, encontraremo-nos com umha superposiçom de passos, visto que este estado de *refiguraçom* do mundo tem de produzir-se de

modo quase instantâneo devido à coincidência temporal entre o momento da *configuraçom* do mundo significado polo autor do discurso oral e o resultado do processo ou *mundo traduzido* que elabora simultaneamente o intérprete.

De tudo isto podemos deduzir facilmente que a compreensom é um fenómeno de características plurais, quer dizer, que, por umha parte, face a um texto, vam existir tantas interpretações como leitores ou tradutores, visto as representações mentais do mundo e o funcionamento cognoscitivo dos indivíduos nom serem estritamente idênticos para todos os seres humanos. Por isso, sempre nos encontraremos face a umha imensa variedade de interpretações possíveis que podem corresponder a um único enunciado. Quer dizer, que como existem tantas interpretações de um texto como visões poda haver do mundo, nom podemos falar da «compreensom», senom que deveríamos dizer «as compreensões».

Este carácter plural da compreensom tem que ver também com a pluralidade do texto e com as suas características. É preciso considerar neste sentido a declaraçom de P. Charaudeau (1994) quando afirma que:

> «tout texte est gros en potencialités signifiantes et celles-ci ne sont que partiellement activées par chacun des lecteurs»

Isto justifica que cada tipo de tradutor levará a cabo umha leitura ou interpretaçom de acordo com o desenvolvimento do(s) seu(s) processo(s) de compreensom, os quais também poderám variar segundo distintos tipos de condicionamentos que podem ter a ver com a sua competência linguística, mas também com aspectos culturais, sociais e, especialmente, de tipo cognoscitivo.

Além disso, os distintos passos que representámos no esquema adjunto como definitórios dos processos translativos, põem de manifesto que nom se trata de um fenómeno instantâneo, senom que o tradutor acede à compreensom em distintas etapas mediante aproximações antes de chegar a produzir o texto final. Estas etapas sempre poderám ser tratadas de modo diverso e, por suposto, sempre podem ser aperfeiçoadas. Por isso, umha traduçom como resultado nunca será um produto definitivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Charaudeau, P. 1994. Les Conditions de compréhension du sens de discours. Em *Langages théories et applications en F.L.E.* Revue Ici et Là. Madrid.

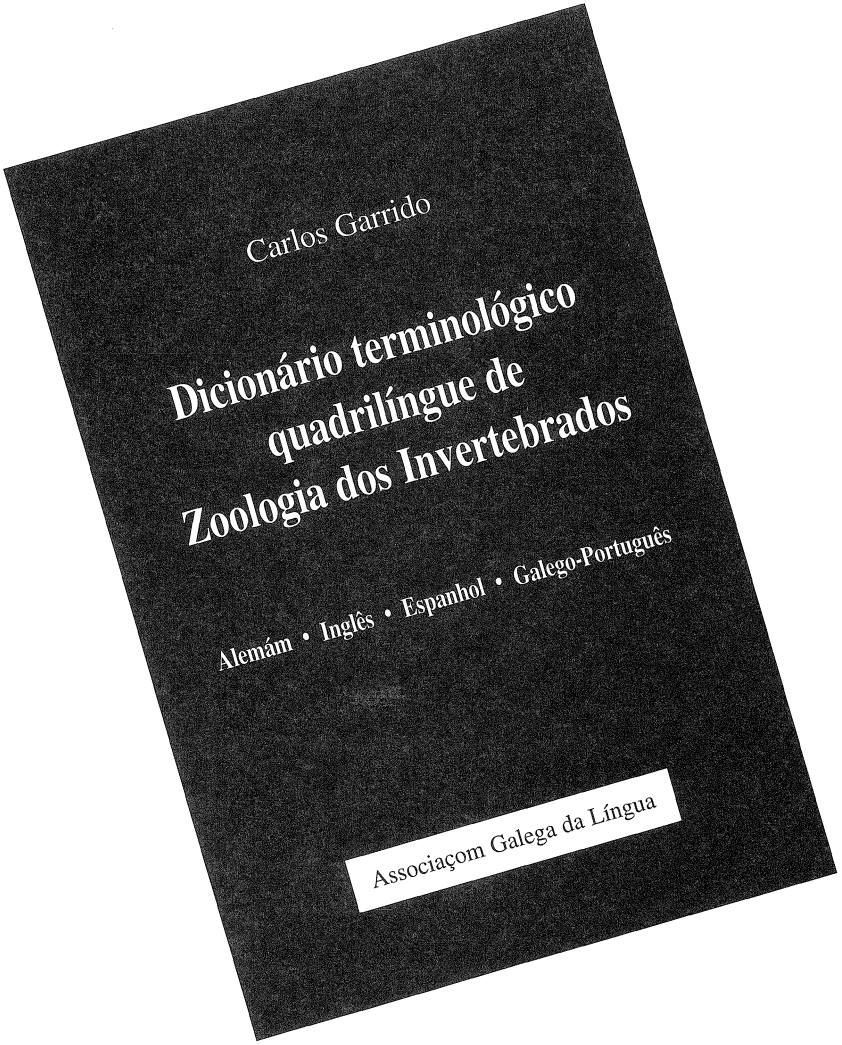
Jackendoff, R. 1990. *Semantic Structures*. The MiT Press. Cambridge, Massachusetts.

Kerbrat-Orecchioni, C. 1986. *L'Implicite*. Armand Colin. Paris.

López Alonso, C. 1991. Una operación interlingüística en el proceso de la traducción. *Actas del Segundo Coloquio Internacional de Traductología*. Universitat de València. València.

Steiner, G. 1975. *Après Babel. Une poétique du dire et de la traduction*. Albin Michel. Paris.

PUBLICIDADE



ANTOLOGIA

Poesia

Xavier RODRIGUES FIDALGO
(Vimianço)

«Hay locuras que son poesía»
Silvio Rodríguez

I

Aquela noite chovêrom sexos como chamaradas
e florescêrom deliciosas medulas, anises mestiços,
plurais texturas, quase multitudinárias...
Aquela noite o álcool recitava mentiras a umha lua insólita
e crêmos ser enxame de pruridos,
formigueiro de carnes inverosimilmente entrelaçadas,
quadro surrealista pintado com genitais e aguaceiros...
Aquela noite jogámos com armadilhas e incêndios
e frutificárom em nós alheias pegadas de leite
equívocas efígies cinzeladas com línguas estrangeiras...
Aquela noite solicitámos outros dilúvios para incorporar aos nossos,
mais águas para umha paisagem excessivamente vulcánica,
mais lumes para um ámbito exageradamente assolagado,
mais, mais...
Aquela noite alguns nenos chorárom a perda da virgindade
mentres, irremediavelmente,
outros choravam de fame.

II

Como genuínos colonos fomos inaugurando incógnitas,
conquistando cremosos territórios acaso lavrados em sonhos,
povoando guaridas, dessecando pântanos a grolos intermináveis,
fomos descobrindo um mundo sublimemente desbordante
e invalidámos fronteiras,
assassinámos congénitas sombras, déspotas interiores,
dispugemos a força na que estrangular fossilizados ditadores...

E num intre, num fugidiço e único intre,
pretendemo-nos revolucionários.

III

Tanto bico de vulva nas paredes interiores do meu tórax,
tanta fricçom de lábios miúdos, rúbeas marés de carne,
tanta carícia insufrível de pêlos empapados,
tantas conas emitindo súplicas vaporosas,
tantos pincéis perfilando cuspes e essências,
tantas correntes voltas bomba, relógio desbocado,
tanta sístole tanta diástole,
tanto embate
que acabarei calcinado
com tanta brasa percorrendo as minhas veias.

IV

Esse dilatado rio de acicates
que inclementemente em mim confluem
alcançara finalmente
a sua meta
e volverei-me tolo
e volverei-me tolo
e volverei-me tolo...

* * *

Este deveço
traspassa os perfis do suportável;
nos espaços medram mais espaços
e a uniom jamais acada a plenitude.
A fame afunda no intangível
e consumo-me
como umha vela...

Nom existem oásis para aliviar tanta sede,
o desejo acumula-se em cada recuncho,
multiplica-se,
e esmoreço
em indomável ocaso,
em indefinida e absurda agonia
que me arrasta voluptuosamente
até quem sabe que abismo desabitado.

Observa-me:
o vazio dos meus dedos
debuxa,
coa exactitude geométrica dos espelhos,
esta pálida decepçom que me anega de ausências
os pulmons,
e esgoto
um último cartucho de afagos,
leves —mas absolutas— mentiras,
que necessito, inconscientemente,
para pintar um generoso crepúsculo.

Entre murmúrios
albisco
umha nova derrota sem cadaleitos
e extingo-me
como umha vela...

* * *

Um buraco permanente,
um malvado inquilino que usurpa amados trastes, legando
enormes habitaçons abandonadas, pátrias desvalijadas...
Um constante fluxo de vazios que nunca cessa,
um excesso de nada que golpeia e golpeia...

Singelamente,
um borbulhar de angústia envenenada
a despedaçar-me o peito.

* * *

Prometo nom sair aos caminhos

Já o medo passou.
Agora, deixade-me
dormir coas minhas bestas.
Prometo
nom sair aos caminhos.
Prometo
nom assustar aos nenos
sendo neno.

Sendo neno
tamém tenho chorado
por nom compreender
que nom havia nada que compreender...
Prometo nom sair aos caminhos,
prometo nom interromper
a esses que ainda seguem
caminhando.

Sendo neno
tamém tenho chorado...

E ainda hoje nom sei
quem demo cantava no meio da brêtema
aquelas cançons tam tristes.

Por umha vez na vida,
prometo nom sair aos caminhos.

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

MANIFESTO POLA INCLUSOM DO ESTUDO DA LÍNGUA GALEGA NO CURSO DE FILOLOGIA HISPÂNICA NA UNED

Dentro das actividades que se venhem realizando por colectivos e grupos reintegracionistas no Estado espanhol, incluimos neste número da revista o «Manifesto pola inclusom do estudo da língua galega no curso de Filologia Hispânica na 'Universidade Nacional de Educación a Distancia' (UNED)», apresentado já o ano passado no Registo Geral desta Universidade.

Grupo Adiante
C/ Almansa, nº 10 - 2º - 9
28039 - Madrid
Tfns. 544 57 72 - 554 90 26

UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACION A DISTANCIA
ENTRADA

Ilmo. Sr. Rector de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED):

Le remitimos a través de la presente el *"Manifesto pola inclusom do estudo da língua galega no curso de Filologia Hispânica da UNED"*, seguido de las firmas que lo suscriben, para denunciar la situación de discriminación que inexplicablemente sufre la lengua gallego-portuguesa en esa carrera, según se explica en el propio *Manifesto*.

Esperamos que tal situación no se extienda por más tiempo y que, si fuese posible, sea corregida para el próximo año lectivo la ausencia del estudio de la lengua y la literatura gallega como asignatura optativa, al lado de las otras lenguas y literaturas hispánicas ya contempladas (vasca y catalana, además de la española, que constituye asignatura troncal).

Lamentando tener que dirigirnos a V. con motivo de un trato tan claramente discriminatorio hacia nuestra lengua por parte, además, de una Universidad de ámbito estatal que, en consecuencia, debería regirse por el más escrupuloso respeto hacia todas las lenguas del estado, se despiden atentamente

José Manuel Outeiro Garcia
D.I. 34.989.209

Oliver Alvares Barranco
D.I. 78.736.667

Com esta iniciativa um importante grupo de galegos, residentes em Madrid, denunciavam a situaçom de discriminaçom que inexplicavelmente sofre a língua galego-portuguesa nessa licenciatura, pois como optativas já apareciam no plano de estudos as outras línguas e literatura hispânicas.

Além do escrito também se incluia um breve texto redigido em galego-português e espanhol, que os leitores podem ler nestas páginas, explicativo no que diz respeito à situaçom do galego-português no mundo e a situaçom do galego-português na Comunidade Autónoma da Galiza (espanhola).

Grupo Adiante
C/ Almansa, nº 10 - 2º - 9
28039 - Madrid
Tfns. 544 57 72 - 554 90 26

Manifesto pola inclusom do estudo da língua galega no curso de Filologia Hispánica da UNED

O galego é umha das três línguas com rango de cooficialidade nas suas respectivas Comunidades Autónomas que há no estado espanhol, sendo reconhecida como língua própria da Galiza no seu Estatuto de Autonomia.

É, ademais, a segunda língua románica em número de falantes, pois as falas galegas pertencem ao sistema lingüístico galego–português, quer dizer, por ser o galego a mesma língua que o português, que conta, portanto, com cerca de 175 milhons de falantes nos cinco continentes (nomeadamente em Galiza, Portugal e Brasil).

Resulta, por todo isto, inexplicável que no curso de Filologia Hispánica dessa «Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED)» sejam incluídas como disciplinas optativas as línguas e literaturas basca e catalá, ficando excluída a galego–portuguesa.

Os assinantes deste escrito solicitamos que esta situaçom, sem dúvida anómala, seja corrigida coa inclusom do estudo da língua e as literaturas galego-portuguesas como umha disciplina optativa mais no curso de Filologia Hispánica.

El gallego es una de las tres lenguas con rango de cooficialidad en sus respectivas Comunidades Autónomas que hay en el estado español, siendo reconocida como lengua propia de Galicia en su Estatuto de Autonomía.

Es, además, la segunda lengua románica en número de hablantes, por pertenecer los dialectos del gallego al sistema lingüístico gallego-portugués, o sea, por ser el gallego la misma lengua que el portugués, que cuenta, por tanto, con unos 175 millones de hablantes en los cinco continentes (principalmente en Galicia, Portugal y Brasil).

Resulta, por todo esto, inexplicable que en la carrera de Filología Hispánica de esa Univeridad Nacional de Educación a Distancia (UNED) se incluyan como asignaturas optativas las lenguas y literaturas vasca y catalana, quedando excluida la gallego-portuguesa.

Los firmantes de este escrito solicitamos que esta situación, ciertamente anómala, se corrija con la inclusión del estudio de la lengua y las literaturas gallego-portuguesas como una asignatura optativa más en la carrera de Filología Hispánica.

Madrid, Verao de 1996

MAIS HUMORISMO GRÁFICO REINTEGRACIONISTA

Durante três semanas consecutivas, desde o 23 de Maio ao 6 de Junho, vírom a luz no semanário *A Nosa Terra* sendas colaboraçons do humorista gráfico Hermo que mostravam umha clara sensibilidade reintegacionista —quer pola sua mensagem, quer pola ortografia empregada—, bem como un reconfortante compromisso lingüístico nada alheio, por outra parte, a essa profissom.

Polo seu interesse, reproduzimo-las a seguir.

POLOS CAMINHOS DO GALEGO-PORTUGUÊS: A AMAZÓNIA

Os dias 6 e 7 de Dezembro de 1996 celebrárom-se em várias localidades da Marinha um conjunto de actividades agrupadas sob o título *Polos caminhos do galego-português: a Amazónia.* A organizaçom, coordenada pola **Associaçom Galega da Língua** ,contava com o apoio das delegaçons locais de três entidades sociais nom institucionais: a **Asociación para a Defensa Ecolóxica de Galiza**, os **Comités Abertos de Estudantes (CAE)** e **Galiza Nova**.

Na Sexta-feira, dia 6, o colóquio celebrou-se na Casa da Cultura em Mondonhedo. Actuárom como relatores, apresentados por Joám Carlos Bouso, os professores brasileiros Júlio Barreto e Patrícia da Silva e o luguês José Henrique Peres, co-autor de «Os últimos moicanos de Rondónia», um estudo publicado no número 45 da *Agália*. O bolseiro da Universidade de Santiago explicou as suas experiências académicas na área amazónica brasileira, apoiando-se graficamente em fotografias que repartiu entre o público, e comentou diversos pormenores do trabalho realizado com a colaboraçom de Vera da Silva.

A advogada Patrícia da Silva e Júlio Barreto, professor da Universidade de Rondónia, descrevêrom a situaçom geográfica do seu lugar de procedência e dialogárom com o auditório a respeito de vários temas de interesse: o conflito dos *Sem-terra*, a exploraçom efectuada polas grandes multinacionais, as condiçons de vida dos indígenas e o estado do meio-ambiente nessa área assim como a política que, nessa matéria, aplica o governo brasileiro. Entre as pessoas assistentes estavam o concelheiro Miguel Rodríguez e Germán Palacios, catedrático de francês e prestigioso tradutor que já colaborara com a AGAL no Congresso celebrado na cidade episcopal na memória de Álvaro Cunqueiro. Ambos transmitírom os seus parabéns aos representantes das entidades organizadoras do evento.

O sábado, dia 7, os actos começárom em Burela. Às 12 horas celebrou-se umha mesa-redonda com os mesmos relatores e temas que no jornada anterior. O *Bar Avenida,* mais

DOMINGO, 8 DE DICIEMBRE DE 1996

Dos nativos y un estudioso de la zona fueron los ponentes

En Burela se habló ayer de la Amazonia

El bar Avenida de Burela acogió ayer una conferencia sobre el estado actual de la Amazonía, una área situada geográficamente en el Brasil. En esta charla, organizada por la Asociación Galega da Lingua (AGAL), intervinieron dos nativos de la zona y un licenciado en Filología, que estuvo realizando en este área investigaciones.

BURELA E.R.M.

En este ponencia se habló del mundo urbano de la capital de Brasil, Sao Paulo, y de la ciudad de Rondonia, que ocupa el siete por ciento de la Amazonía, donde José Enrique P. Rodríguez, licenciado en Filología por la Universidad de Santiago de Compostela, elaboró un extenso trabajo sobre las lenguas amazónicas y sobre la situación que se vive en una ciudad que cuenta con una gran concentración de indígenas.

Por su parte, Julio Barreto Roda, nativo de la Amazonia, habló del conflicto de la tierra y de la gente de los lugares costeros que se trasladan a otras zonas donde la tierra es libre, pero que después se encuentran con que hay grandes propiestarios que quieren esclavizarlos. Barreto acusó de esto a las grandes multinacionales, interesadas en obtener una materia prima barata.

La tercera ponente de la charla y tambien nativa de la zona, Patricia da Silva, se centró en Rondonia y habló fundamentalmente de la flora y la fauna existente y definió esta ciudad como un mosaico de culturas de inmigrantes.

Da Silva también habló de que esta zona fue definida en los años 70 como *El Dorado*, lo que ocasionó un gran descontrol en la naturaleza y atrajo a especuladores de fuera. Puso como ejemplo el contrabando con el medioambiente y dijo que están haciendo un crimen con la naturaleza.

umha vez, serviu de ponto de encontro para um concorrido número de pessoas interessadas em participarem nas actividades promovidas pola AGAL. Neste caso, a maior parte do público já tinha assistido a algum dos cursos de alfabetizaçom de adultos organizados pola nossa associaçom nas diferentes vilas da Marinha e, portanto, conheciam a informaçom que fora publicada na revista *Agália* em referência aos temas tratados.

Esse mesmo dia, às 20 horas, finalizárom estas jornadas itinerantes com outro acto celebrado no Auditório do Instituto de Bacharelato «Vilar Ponte» de Viveiro. A sessom académica fazia parte do programa educativo do Seminário de Língua e Literatura do liceu e estava dirigida ao alunado do Curso de Orientaçom Universitária. Os estudantes seguírom com notável interesse as explicaçons oferecidas polos conferencistas e realizárom numerosas perguntas a respeito de temas lingüísticos e de tipo meio-ambiental. O professor Júlio Barreto lamentou que na Europa só exista umha informaçom tópica a respeito do Brasil e criticou os preconceitos transmitidos persistentemente por muitos meios de comunicaçom. Aliás, dirigiu-se à mocidade presente no acto e animou-na a promover com orgulho os sinais de identidade da Galiza.

Além dos estudantes viveireses, no colóquio, também participárom activamente Jesus S. Loira, membro do Conselho da AGAL, e Joel Ben Ramos, estudante de Ciências Políticas e colaborador de *Rádio Medellín*, emissora universitária de Santiago de Compostela.

Todas estas actividades fôrom publicitadas nos meios de comunicaçom —orais e escritos— da Marinha. A AGAL tem constância de que recolhêrom publicamente a informaçom as delegaçons dos jornais *La Voz de Galicia* e *El Progreso* e as emissoras *Cadena Cope* e *Cadena Ser*.

□ □ □

CARTAS DE CASTELAO A TEIXEIRA DE PASCOAIS

Reproduzimos três cartas de Castelao a Teixeira de Pascoaes, conservadas na Casa de Pascoaes em Amarante pola sua importância para nom perdermos a nossa memória histórica.

ALFONSO R. CASTELAO
OLIVA, 4
PONTEVEDRA

Querido D. Teixeira de Pascoaes

Meu querido e admirado Teixeira: A sua primorosa carta foi para mim uma carta de amor aos quince anos, e sa está cosada de tan relida. É o todo Portugal que me abreu o coraçón, e ando todo de ledicia a mergulharme nos alandes de Vde. Para regresar escrevindo, abóndame os azos que a sua carta me emprestou. Que Deus lo pague!

Cando recebín o São Paulo e percorrín as suas páxinas quixen escrevérlle; pero Unamuno fortoume, sen sabelo, as mellores cousas que tencionaba decirlle, e fiquei mudo para Vde. e a falar sempre [illegible] inmáis galgumitas da sua obra. Foi o libro que me deu [illegible] todas as galgumitas que van ao Porto [illegible] Portugués — e todos nós [illegible] Galicia, para referir admirando o xenio [illegible] nosso irmán de alem Miño.

Badajoz, 13-II-1935

Meu querido Teixeira de Pascoaes:

Xa estou a penar meus pecados neste inferno frio, que agora parécenme insoportabel despois de ter juribado a quentura gasalleira de Lisboa. Compráceronse os anceios que tiña de coñecelo a Vde. e fiquei con soedades da súa compañía. Agora xa somos irmáns de verdade, tanto como son os meus vellos e queridos irmáns galegos, os fundadores da miña Patria.

Cantos anos viva gardarei a imaxe da súa nai. ¡Qué tela simpatía! Xa non teño frieiras e penso que non foi a medicina senón as mans nivagreiras dunha Santa que me curaron. Fáigalle presente os meus respetuosos saudos e o meu agradecimento.

Saúdos garimosos a tod'a familia e lembranzas ós amigos todos.

Sen sempre devoto e fraternal amigo

Castelao

O Miño non é nunha fronteira e temos que rexar, como os pazaros, por riba dos carabineiros e dos guardiñas.

Aquela alma en pena do noso país — a negra sombra que cantara Rosalía — xa está recomanada n'un cerpo incorruptível — a Terra — e xa é nunha Patria e queremos reclamar garantías para vivir con liberdade; pero o centralismo non entende os anseios autonomistas dos galegos e na mesma Galiza ainda viven moitos vellos...

Andamos perdidos na propria riqueza. Xa é ledicia traballar n'un país onde todo está por facer! O amor a miña Terra, nada máis que o amor, fóyome dibuxar, escribir, falar... Todos-os galeguistas traballamos un acougo, rebasando as nosas vocacións, con entusiasmo e con fé. Xa cementamos moitos entusiasmos e moitas ideas no peito dos rapaces, e o porvir [illegible]; mais os nemigos son teimosos e fortes.

Mándolle n'este mesmo correio, dous cibrinos que cicais non [illegible]
[illegible] tamén o album "Nós"; pero non teño ningún.
[illegible] que agora poida falar con Vde. i entretanto [illegible]
e abraxo o seu irmán

Bautista

[illegible], 3 de [illegible] 1934

□ □ □

A REVISTA *AGÁLIA* SUBSIDIADA MAIS UMHA VEZ POLA DIRECÇOM GERAL DO LIVRO E DA LEITURA

Um ano mais a revista *Agália* tem sido umha das beneficiárias das ajudas que cada ano convoca o «Ministerio de Educación y Cultura», para promover aquelas revistas editadas por Empresas e Instituiçons sem finalidade lucrativa, editoras de publicaçons periódicas, nom diárias, de pensamento e/ou cultura.

Entre as bibliotecas e centros a quem se lhes enviárom os números 47, 48, 49 e 50 —que fôrom os números publicados no período do ano natural 1997— estám as bibliotecas de todas as universidades do Estado Espanhol, bibliotecas de todas as «Reales Academias» —como a da «Real Academia Española— que fijo público agradecimento polo envio de cada número— reproduzimos o texto remetido por motivo de ter recebido o n.º 50 —e outras bibliotecas públicas.

A Associaçom Galega da Língua considera de justiça que o Governo do Estado ajude com fundos públicos esta publicaçom, nascida na primavera de 1985... E ainda está viva!

MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CULTURA
Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas
Subdirección General de Promoción del Libro, la Lectura y las Letras Españolas

D./Dña. Mª del Carmen Enriquez Salido
ASOCIACIÓN GALEGA DA LINGÜA
Curros Enriquez, 1- 15º
32003.-Orense.
21/97 Nº Acreedor 18

22 de agosto de 1997

Estimado amigo/a:

Le comunico que con fecha de 29 de Julio de 1997 se ha dictado la Resolución del Director General del Libro, Archivos y Bibliotecas, por la que se conceden para el presente ejercicio económico las Ayudas a empresas e instituciones sin fines de lucro, editoras de revistas de cultura, para dotar con fondos hemerográficos a las bibliotecas públicas mediante suscripción.

VMSD

De conformidad con el Punto Noveno 3 de la Orden de 25 de Marzo de 1997 (BOE nº 85, de 9 de abril) por la que se convocaron estas ayudas, le notifico que se le ha concedido una subvención de **290.000** ptas., para **100** suscripciones de su revista ***"Agalia"***, de los números correspondientes a 1997.

Dichas suscripciones se deberán enviar a las bibliotecas y centros que se relacionan en el Anexo II.

Le recuerdo que según lo establecido en el Punto Undécimo 2 de la Orden mencionada, deberán presentar dentro de los tres primeros meses de la finalización del envío, en esta Subdirección General de Promoción del Libro, la Lectura y las Letras Españolas, los documentos que acrediten haber realizado la difusión de los diferentes números de su revista a las bibliotecas y centros que adjuntamos en el Anexo II, aportando como justificación, alguno de los documentos que se señalan en el Anexo I.

LA CONSEJERA TÉCNICA,

Josefina Delgado Abad

862

REAL ACADEMIA

ESPAÑOLA

La Real Academia Española, acordó a una voz, en junta celebrada anoche, dar a V.S. cordialísimas gracias por el testimonio de consideración y aprecio con que se ha servido favorecer a este Cuerpo literario, remitiéndole, para su Biblioteca un ejemplar de la Revista, Año 1997 núm. 49

Lo que tengo el honor de comunicar a V.S. para su conocimiento.

Madrid, 9 de enero de 1998

Revista Agália

ACTOS PARA RESTITUIR OS NOMES GALEGOS NAS RUAS E PRAÇAS DE OURENSE

Já no ano 1996 diversas associaçons cidadás de Ourense galeguizárom o nome da rua em que tinha nascido o mártir Alexandre Bóveda, a *Rua da Barreira,* com o duplo objectivo de restaurar os nomes históricos do roteiro da cidade, ao tempo de render homenagem ao insigne patriota. Realizada esta actividade referida, os colectivos participantes dirigírom um escrito explicativo à Câmara Municipal, solicitando desta instituiçom a continuidade do labor de recuperaçom da nossa identidade. A Câmara deu resposta positiva àquela instância.

Um ano depois, ao ter-se constatado nom se ter cumprido esse dever que no seu dia assumiu voluntariamente a instituiçom municipal, grupos reintegracionistas de Ourense, re-

EXCMO. CONCELLO DE OURENSE
REXISTRO XERAL
09 NOV. 1996
ENTRADA Nº 5515

Dona Irene Veiga Durao com bilhete de identidade número [illegible] em representaçom do Movimento Defesa da Língua (M.D.L.);
Dom Manuel Gonçalves Gomes com bilhete de identidade número 34.983.196 em representaçom da associaçom cultural A Gente da Barreira;
Dona Susana Méndez Rodriguez com bilhete de identidade número 34.999.548 em representaçom da organizaçom Galiza Nova;
Dom Marcos Ferradas com bilhete de identidade número 34997083 em representaçom do Grupo Reintegracionista Meendinho;
Dona Natália González Devesa com bilhete de identidade número 34.980.729 em representaçom da Assembleia da Mocidade Independentista (A.M.I.);
Dom Heitor Real Arregi com bilhete de identidade número 34.992.039 em representaçom da Agrupacion Cultural Auriense;

EXPÓM:

Que neste ano se cumpre o sexagéssimo aniversário do assassinato de muitos vizinhos de Ourense. Entre eles, cumpre pôr em destaque a figura Alexandre Bóveda -motor do galeguismo político- nascido na Rua da Barreira próxima desta Casa do Concelho.

Que polo grande significado de Bóveda para os galegos e galegas tem recebido homenagens em muitas comarcas do país e em Ourense em particular.

Que os grupos cujos representantes assinam o presente documento se somam a estas homenagens descobrindo neste sábado dia 9 de Novembro umha placa com o nome da rua na sua maneira correcta e legal (**Rua da Barreira**) em substituiçom da actual na sua forma deturpada e ilegal (**Calle de la Barrera**) que figura em duas placas em manifesto incumprimento da Lei de Normalizaçom Linguística e de acordos anteriores deste Concelho.

DESEJAM:

A retirada definitiva das placas com os nomes da ruas ourensanas que ainda figuram com nomes deturpados e ilegais e sejam restituidas as denominaçons próprias do nosso rueiro.

É de justiça seja atendida esta solicitude em concordáncia com o espírito manifestado polo Concelho de Ourense para o filho predilecto Alexandre Bóveda. De nom ser assim, as associaçons cívicas, culturais e políticas assinantes deste documento assumirám o protagonismo social na restauraçom de tam elementar direito e dever.

Sr. Alcalde-Presidente da Câmara Municipal de Ourense

solvérom levar avante umha nova iniciativa popular, com o alvo de repor o nome certo da *Praça da Ferraria,* mais um lugar histórico da cidade de Ourense. Esta acçom popular visa a restauraçom —com a escrita correcta— da língua da Galiza, assim como da memória histórica, restituindo publicamente as denominaçons que as ruas e as praças do velho Ourense tivérom durante séculos, no tempo em que o galego era a língua nacional —portanto única— da Galiza.

Assinárom o documento um conjunto de entidades representadas por:

Irene Veiga Durão B.I. 34961515 (Movimento Defensa da Língua); Luis Taboada Fidalgo B.I. 34982708 (A.C. Auriense); Mónica Gonçalves Devesa B.I. 34982708 (M.N.G.); Fernando Francisco de Vicente y de Vicente B.I. 34976255 (Aula de Música Tradicional «Gomes Mouro»); Manuel Gonçalves Gomes B.I. 34983196 (A.N.O.C.); Santiago Peres Gonçalves B.I. 34979705 (A.M.I.); Xavier Diogues Mosqueira B.I. 34974088 («Gralha»); Oscar Penin Romeiro B.I. 44458067 (E.I.) e Susana Méndez Rodríguez B.I. 34999548 (Galiza Nova).

Juntam-se escritos dirigidos à Cámara Municipal e fotografia da *Praça da Ferraria,* correctamente escrita.

ACTA DA COMISIÓN MUNICIPAL DE CULTURA CELEBRADA O DÍA 19 DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS NOVENTA E SEIS

Presidente:
D. Aurelio Gómez Villar
Asistentes:
D.Francisco Muñoz Seguin
Dª Carmen Belén Girón Vélez
D. Javier Casares Mouriño
D.Millán Picouto Iglesias
Secretario:
D. Juán Antonio Outeiriño Muñoz

Na Sala de Sesións da Concellería de Cultura, sendo as trece horas do día dezanove de novembro de mil novecentos noventa e seis, reúnese baixo a Presidencia do Concelleiro de Cultura, D. Aurelio Gómez Villar, a Comisión Municipal de Cultura, coa asistencia dos señores que enriba se relacionan e cuias resolucións corresponden ó Ilmo. Sr. Alcalde-Presidente, Comisión Municipal de Goberno ou Pleno do Excmo. Concello adoptándose os seguintes acordos:

1.- ACTA.- A Comisión acordou aprobar por unanimidade a acta da sesión anterior celebrada o día doce de novembro.

2.- CONCELLO DE BRIÓN.- A Comisión acordou por unanimidade declarar de abono a cantidade de 50.000.-Ptas. ó Concello de Brión para o premio de Novela Longa en Língua Galega "Blanco Amor".

3.- IRENE VEIGA DURAO E OUTROS.- A Comisión acordou que é criterio do Concello o ir restituindo as pracas vellas, adaptándoas á nomenglatura lingüística e comunicarllelo por escrito ós interesados neste sentido.

4.- JUAN CARLOS GÓMEZ JIMENEZ.- A Comisión acordou deixalo pendente e acordou enviárllelo guión ós grupos políticos.

5.- PUBLICACIÓNS.- Víronse as propostas de publicacións dos libros de Enrique Bande e Florentino López Cuevillas, quedando pendentes para o seu estudio.

E nón habendo máis asuntos que tratar remátase a sesión, sendo as catorce horas do día 19 de novembro de mil novecentos noventa e seis, suscribíndose a presente acta da que, eu como Srecretario, dou testemuño.

A QUESTOM GALEGA

Polo seu interesse reproduzimos o artigo de Fernando Rosas, publicado o dia 24 de dezembro de 1997, intitulado «A questom galega», em que o autor considera a língua portuguesa, ou se se quiger, a sua versom galega, como o principal traço nom só auto-identificador da realidade nacional galega, como o primeiro elemento de separaçom e de resistência face à hegemonia política e cultural do 'espanholismo'.

A questão Galega

Fernando Rosas

A língua portuguesa, ou, se quisermos, a sua versão galega, constitui o principal traço não só auto-identificador da realidade nacional galega, como o primeiro elemento de separação e de resistência face à hegemonia política e cultural do "espanholismo", isto é, do Estado espanhol e da cultura castelhana.

"A minha Pátria é a língua portuguesa." Creio que só me apercebi do cabal significado desta afirmação célebre quando, há dias, me desloquei à Galiza a convite da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela, para participar num colóquio aí realizado a propósito do centenário do nascimento de Manuel Rodrigues Lapa, eminente linguista e homem da cultura portuguesa, expulso por razões políticas da universidade, pelo Estado Novo, em 1935.

Apercebi-me "in loco" de uma coisa eventualmente banal, mas para mim algo distante como realidade política e cultural: é que para o nacionalismo galego, a língua e a cultura portuguesas são a expressão essencial da sua identidade como nação. A língua portuguesa, ou, se quisermos, a sua versão galega, constitui o principal traço não só auto-identificador da realidade nacional galega, como o primeiro elemento de separação e de resistência face à hegemonia política e cultural do "espanholismo", isto é, do Estado espanhol e da cultura castelhana.

É preciso dizer que o nacionalismo galego é uma realidade pujante na Galiza dos dias de hoje. A frente política que o representa, o Bloco Nacionalista Galego, que obteve cerca de 25 por cento dos votos nas últimas eleições regionais, tornou-se a segunda principal força política da Galiza, fortemente ancorada na intelectualidade e nas universidades da região. E o que eu senti junto dos meus interlocutores foi não só uma extraordinária preocupação com a defesa da língua e da cultura portuguesas, verdadeiramente como sendo coisa sua, mas também uma enorme expectativa, algo difusa mas profunda e forte, relativamente à consideração de Portugal como uma espécie de aliado político e cultural da Galiza face às pressões assimilacionistas do Estado e dos valores da Espanha castelhana.

E dei-me a pensar que, em Portugal, tanto ao nível do Governo como da opinião pública, não se pode continuar — salvo excepções de nota: a do pujante intercâmbio dos meios económicos e universitários do Minho com os seus parceiros galegos — soberanamente indiferente, ou soberanamente ignorante, face às particularíssimas realidades do autonomismo ou do nacionalismo galego. Não se trata de vir aqui propor qualquer espécie de atitude que possa ser tomada como ingerência nos assuntos internos de outro Estado. Trata-se sim de assumir como princípio informador das atitudes públicas e das iniciativas da sociedade civil a compreensão da vantagem de um relacionamento intenso e especial com as diversas nacionalidades da Espanha, no quadro do que deva ser, à luz do que a História nos ensina, um relacionamento equilibrado e não hegemónico entre as várias nações peninsulares. Uma tal opção tem, como é óbvio, ainda mais razão de ser no caso especialíssimo das nossas relações com a Galiza, a que preside a fraternidade identitária da língua e da cultura.

Sob um tal prisma, devo confessar que mal se entende que o Presidente da República, em recente visita oficial à Galiza, tenha equiparado a questão galega às futuras experiências da regionalização em Portugal, não compreendendo, aparentemente, mesmo que a isso se não quisesse explicitamente referir, que na Galiza não existe uma questão regional mas sim uma questão nacional.

Não se entende, também, que, independentemente da solução que se quisesse encontrar, o Estado português, no âmbito da Comunidade recentemente constituída dos países de língua oficial portuguesa, não tivesse sequer levantado a questão de uma eventual representação da comunidade falante do galego.

Muito menos se entende, por exemplo, que, desejando, há várias semanas, a Reitoria da Universidade de Santiago de Compostela organizar uma Semana da Cultura Portuguesa para cuja presidência convidou o nosso ministro da Cultura, este nem sequer se digne dar uma resposta, alegando dificuldades de agenda...

Será assim tão difícil de compreender que aquilo que o nacionalismo galego busca como afirmação da sua identidade — a solidariedade da língua e da cultura portuguesas — é não só o que mais facilmente podemos, como temos o dever de lhe dar, com vantagem mútua no quadro peninsular? Será assim tão difícil de compreender que, a vários títulos, a questão galega é, também, uma questão portuguesa? ■

AUTOR GALEGO PREMIADO EM PORTUGUÊS

No correr da cerimónia de encerramento do II Festival de Teatro do Eixo Atlântico («Festeixo») o passado dia 29 de Novembro, no Teatro Sá de Miranda de Viana do Castelo, foi feito público o ganhador do «Prémio Eixo Atlântico de Textos Dramáticos», certame em que eram admitidas obras escritas em galego «normativo» e português, convocado pola Asso-

ciação de Municípios do Eixo Atlântico e dotado com um milhom de Escudos, publicaçom e representaçom da obra galardoada.

Foi esta «A Tábua Ocre de Núbia», apresentada em língua portuguesa baixo o pseudónimo: «O camponês eloquente». Ao se desvelar a identidade escondida trás dele, comprovou-se, e nom sem certa surpresa, que o texto procedia do outro lado da «raia» e que o seu autor residia na pequena localidade corunhesa de Vilacide de Baixo, resultando ser João Guisan Seixas, narrador e autor dramático galego.

No acto de entrega o ganhador explicou que havia 16 anos que tinha vedado o acesso a qualquer classe de reconhecimento literário, vendo-se silenciada e ignorada a sua obra por causa da sua opçom linguística favorável a umha aproximaçom da norma escrita galega à portuguesa. Agradeceu aos presentes, em representaçom dos portugueses e a sua língua, nom tanto a possibilidade de ter podido concorrer com outros autores dessa nacionalidade, como a oportunidade de poder competir com outros autores galegos em igualdade de condições, cousa que na Galiza nom lhe era possível.

João Guisan agradeceu a decisom unânime do júri, mas mui especialmente o voto da representante do Instituto da Língua Galega, esperando que suponha umha mudança na atitude desta instituiçom de marcado carácter anti-reintegracionista, perguntando-se qual teria sido o resultado se o mesmo certame se tivesse desenvolvido na Galiza, circunscrito aos galegos, e ele se tivesse apresentado com a mesma obra em galego reintegrado, concluindo que a consecuçom desse prémio vinha demonstrar o reino da arbitrariedade e a mediocridade imposto pola actual política linguística e cultural.

Este autor, membro fundador da Escola Dramática Galega e da Associaçom Galega da Língua, nasceu na Corunha em 1957 e vinculou-se de mui novo ao teatro galego como

EL MUNDO/JUEVES 4 DE DICIEMBRE DE 1997

El gallego Joao Guisan gana el premio «Eixo Atlántico» de teatro

● Convocado para obras escritas tanto en gallego como en portugués, tiene una dotación de un millón de escudos

LISBOA.— El dramaturgo gallego Joao Guisan Seixas ha recibido el primer premio *Eixo-Atlántico* de textos dramáticos, fallado ayer en Viana do Castelo, con la obra *A Tábua Ocre de Núbia*.

Con una dotación de un millón de escudos (5.500 dólares, unas 825.000 pesetas), el Eixo se destinaba a originales escritos en portugués o en gallego, y a él concurrieron 75 obras escritas en las dos lenguas. Según el diario lisboeta *Público*, la originalidad de la decisión unánime del jurado reside en atribuir el galardón a un dramaturgo gallego que compitió con un texto en portugués. «Curiosidad relativa, ya que el gallego y el portugués no son más que dos normas de un mismo sistema linguístico», dice el diario. La entrega del galardón cerró el II Festival de Teatro del Eje Atlántico, que se celebró en la capital del Alto Miño durante 23 días con la actuación de grupos de Galicia y de Portugal. Según informa Efe, la obra de Guisan será editada el próximo año y puesta en escena en 1999.

Por otra parte, el dramaturgo coruñés Raúl Dans (1964) obtuvo el premio *Born* de teatro, de Menorca, en la edición de este año por su obra *Derrota*. El galardón está dotado con dos millones de pesetas y es promovido por la sociedad cultural Cercle Artistic de la isla, que ya ha premiado a Eduardo Ladrón de Guevara, Rudolf Sirera, Jorge Díaz, Sergi Belbe, Jordi Galcerán y Antonio Alamo.

actor do Teatro Circo. Recebeu numerosos galardões, quer em narrativa, quer em teatro, desde 1977 a 1981. A partir da concessom, nesse ano, de uma «Bolsa de Ajuda à Criaçom Literária» do Ministério de Cultura espanhol, nom voltou a receber, até à noite do passado 29 de Novembro, nengumha outra distinçom. Convém lembrar que a actual normativa oficial é de 1982.

O júri que outorgou o prémio estava formado por representantes (para além do ILG) de diferentes instituições académicas e culturais de ambos os lados do Minho, assim como da entidade convocante, e a ele se tinham apresentado um total de 75 obras.

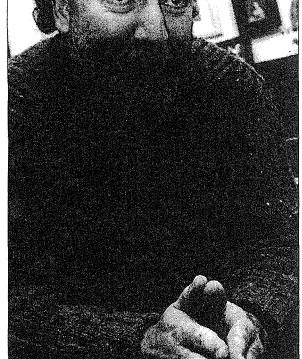
Prémio *Eixo Atlántico*

João Guisam Seixas

'Estase facendo unha cultura falsa, sobreactuada como o CDG'

CARME VIDAL

Pasou por portugués na convocatória do prémio Eixo Atlántico de textos literários coa obra *A táboa ocre de Nubia* e gañou. A Editorial Laiovento ven de publicar o seu *Teatro para se comer*, que está a ser todo un acontecemento literário. Guisam Seixas gábase de ter competido por vez primeira en igualdade de condicións con escritores galegos e ter gañado o envite. Aproveita para denunciar o siléncio que caeu sobre a sua obra despois de ter sido aprobada a normativa no 82, quince anos nos que non dubidou de recorrer á trampas para poñer sobre a mesa o seu valor literário. Lonxe de se meter no papel de maldito, Guisam pide, sempre con ironía e corrosivo sarcasmo, que o deixen "ser popular" e fala da política de subvencións como a "aberración" dun proceso controlado. "Na literatura hai tantos pretendentes á praza de *enfant terrible* que é inxusto que ma dean a min que non a quero para nada", anota.



A. PANARO

No Eixo Atlántico concorrían obras en galego e en portugués e vostede sendo galego gaña cunha obra en portugués.

É máis que unha curiosidade. Apresenteime ao concurso facéndome pasar por portugués, non só en portugués. Escribín en moitas normas na miña vida e para min foi só como cambiar máis unha vez; non sei onde está a fronteira. Camuflei referências culturais e apresenteime non tanto por lusismo -que tamén porque se poidese facelo en galego reintegrado tal vez o tería feito- senón por concorrer con escritores galegos en igualdade de condicións. Iso é o que ten relevância. O prémio non é o importante, o que hai que destacar son todos aqueles que non tiveran ao longo da miña vida literária.

Pero vostede ten recibido importantes prémios.

Levo vinte anos escrebendo e comecei a darme a coñecer precisamente por prémios. No ano 77 gañei o Pedrón de Ouro, daquela o máis importante, o ano seguinte foi o Facho, e durante esa etapa, tres ou catro anos, gañei practicamente todos os concursos aos que me apresentei, collendo a frase de Casares. E de repente desapareцín, cando era unha grande promesa e agora aparezo en Portugal escrebendo en portugués. O importante é o siléncio destes dezaseis anos nos que se dá unha persecución a raiz da aprobación da normativa mal chamada oficial. Continuei gañando prémios por vía da trampa, apresentando proxectos dicendo na plica que non permitiría a sua publicación a non ser en reintegrado e con cousas polo estilo. Teño asi tres prémios inéditos. Agora fun votado por un membro do Instituto da Lingua Galega; recoñece o valor literário á mesma persoa á que están silenciando e iso é arrepiante. A imposición da normativa valeu para premiar a mediocridade literária.

Bota man a miúdo da ironía para criticar calquer sorte de oficialidade no mundo cultural, é difícil manterse á marxe?

A submisión invalida, non é que sexa rebelde, son insubmiso. Hai unha castración no mundo da cultura, non digo que non haxa escritores, pode habelos e xeniais, pero ao mellor acontece que non os coñecemos. Ninguén sabe o que estamos a perder, pero o proceso vicioso desde o comezo. Con este prémio demónstrase, como nos xuizos, que polo menos hai un caso, temos unha proba. O ILG recoñece o valor a un criador que está intentando afogar. Revéntame que continuen dicendo que o problema non existe, que non hai lusistas.

Quere dicer que hai poucos espazos onde poda dar a coñecer a sua obra?

Se o mesmo membro do ILG formase parte dun xurí na Galiza e eu me tivese apresentado, nen siquer terían valorado a miña obra. O de menos é a normativa, o pior é a maneira de controlar o proceso. A língua acábanna facendo os usuários e hai unha perversión na filoloxia que é pensar que poden inventar a lingua. Non lles importa se coller máis ou menos do portugués, interésalles ter na man o control.

Os malditos adoitan ser pesimistas, vostede vai pola via corrosiva do humor. Cando fala do Centro Dramático Galego di que a semente do teatro galego caeu nun chan de Porcelanosa.

O problema é comezar a escreber para eles, foxo diso. Hai referências pero son puntuais. É inconcebíbel que haxa un centro oficial e que ninguen se meta con el, ainda que só fose por cabreo. Hai vacas sagradas e resulta arrepiante que ninguen na profisión levante a voz contra o CDG. O sistema de entrada e saída, de estar dentro e logo viver dunha compañía que recebe un subsídio do Igaem até que volve tocar entrar é perverso. A desgrácia da cultura galega é o diñeiro porque non estamos preparados para iso, somos os novos ricos.

A sua metáfora quere dicer que esa semente prende mellor na lama que nos mellores azulexos?

É o que sinto. Traballei de moi novo como actor, no Facho e no Teatro Circo e se hoxe existe o CDG é por eses antecedentes. Cando vexo todos eses cartos e logo os espectáculos téñome que perguntar, tanto para isto? Como vai o conselleiro á inauguración poñen todo o presuposto sobre o escenário. Ao comezo había un actor que aré cuspia, estaba gañando un soldo e viase na obriga de sobreactuar. Non fai falta sempre tanta escenografia.,

> "Gañei o *Eixo Atlántico* en Portugal co voto dun membro do ILG, os mesmos que aqui me silencian. Paréceme arrepiante."

Por que a sua teima en falar da necesidade dun público que non existe?

Ódio o ódio ao público. Escrebo para que se me lea. É coma quen fai un xeroglífico, hai autores que fan para que se acerte e ese é o xogo válido e hai os que buscan a mantenta que ninguen atine, ás veces nin siquer ten significado. Non importa o que se di, senón como se di, non hai temas novos. Escrebo para o público e cando teño un texto douno a ler e pergunto se se entende, moitos pensan diso que é un provincianismo. A miña idea básica é que hai que criar un público, é o esencial en teatro, en literatura e en todo o mundo da cultura.

Non está nos libros recomendados nin a administración reparte a sua obra, síntese marxinado para chegar aos leitores?

Na literatura hai tantos pretendentes á praza de *enfant terrible* que é inxusto que ma dean a min que non a quero para nada, pido que me deixen ser popular. O mellor son os nenos terríbeis oficiais que poden facer o que queiran e continuan na nómina. Confésome capaz de levar á xente ao teatro para ver unha obra. Quen me da mágoa son os escritores subvencionados e recomendados. Cando eu vendo douscentos libros sei que se len, eles non poden dicer iso. Os libros que compra a Xunta xacen en Institutos e armacéns e apodrecen, nunca se leron. Estase facendo unha cultura falsa, sobreactuada como o CDG. Alardéase de neoliberalismo e na cultura existe dirixismo total

Esa posición que defende permítelle unha criación máis libre?

A liberdade imensa da que disfruto é algo que nunca poderei agradecer, é un tesouro impagábel para escreber porque non tes nada que perder. Non me preocupa a oficialidade e iso dá moitas posibilidades. Sen querelo son un privilexiado da cultura, gracias a que non me subsídian. A política de subvencións paréceme unha aberración, é comprar vontades. A maneira honrada seria non subvencionar a edición senón a compra, só a libro vendido. De repente hai tres textos teatrais premiados: un en galego non subvencionábel por non estar na norma oficial, outro en castelán e outro en portugués. Algo raro está a pasar e compreiro pensar niso.

Compara a orixe do teatro coa da docería, defende entón a sua función lúdica?

Está na idea de que a literatura ten que ser dixeríbel, tragábel porque o símil culinário a miúdo se emprega de maneira negativa, como algo intragábel, eu falo á contra. Quero que sexa divertido que tamén significa diverso e novo.

O *Teatro para se comer* constitue en si mesmo unha representación, por que sae da escena para levalo á libraria?

Empecei a traballar en montar un espectáculo que agora está reflectido no libro. Debeuse a razóns económicas e e tamén a que a própria idea se foi complicando e superoume. Cando apresentei o proxecto a unha convocatória dixeron que nen ia ser tido en conta por non estar en oficial, ai tornouse o espectáculo irrepresentábel -ainda que logo me pediran o texto- porque o CDG era o único que podía levala a escena. Entón as acoutacións foron aumentando, o proceso foi inverso: do teatro a literatura. Estaba pensado para unha representación concreta e se non o escrebía non tiña entidade.

As acoutacións cobran vida literária.

Creoume un problema técnico que era facelas suportábeis por iso lle metín aspectos literários e técnicos. É unha narración do que pasa que conta unha representación que nunca vai pasar. Cando escrebín a obra gañadora do Eixo Atlántico o que máis me gustou foi a vontade de velo representado. Isto mesmo sentía coa obra anterior que acabou sendo irrepresentábel. Como nos circuitos habituais non podia ser escenificada fixen por vela. No texto es completamente libre, non tes limitacións, todo funciona á perfección, non hai erro posíbel. ♦

MAIS UMHA AGRESSOM À UNIDADE LINGÜÍSTICA

A teima por tentar impor o isolacionismo, mesmo contra a corrente, levou desta vez as autoridades a prejudicar um colectivo em princípio "neutral" no que tem a ver com a polémica normativa, como é dos licenciados em Filologia Galego-portuguesa. Fala-se em "erro" ou em "equivocaçom", mas o certo é que, apesar das boas palavras, ninguém fijo nada por solucioná-lo.

O problema surgiu com a convalidaçom dos planos velhos de estudos aos novos planos, que se regulamentou mediante um Real Decreto do Ministério de Educaçom (*BOE* 17-11-1994) em que se convalidavam os títulos da secçom de Filologia Galego-portuguesa como Filologia Hispánica, sem reconhecimento de nengumha especialidade. Desse modo, aqueles que manifestaram as suas preferências por estudarem o galego-português, acabarom vendo-se incompreensivelmente deslocados do seu campo de trabalho e dedicados ao estudo de outra língua diferente.

O problema manifestou-se quando um licenciado em Filologia Galego-portuguesa pola USC concorreu a umha vaga de Filologia Portuguesa na Universidade de Oviedo e viu como até 90% dos seus méritos objectivos eram suprimidos por ser "licenciado em Hispánicas", de modo que perdeu a vaga frente a umha recém licenciada em Filologia Portuguesa da Universidade de Salamanca, sendo os seus méritos subjectivos também muito infravalorizados.

Para o vice-reitor da Universidade de Santiago a AGAL tem "toda la razón del mundo"

A AGAL desde o primeiro momento apoiou as reivindicaçons deste colectivo e formulou umha solicitude ao reitor da USC, Dario Villanueva, para que este elevasse ao Conselho de Universidades umha solicitude de revisom da citada orde, sobre a que já existem precedentes de modificaçom por erros (*BOE* 14-05-1997). Desde a reitoria em princípio negou-se a existência de tal decreto (*El Mundo* 1-12-97) para depois "somar-se" às justas reivindicações dos licenciados por eles formados, embora que só fosse de palavra a teor da ausência de outras acções por quem mais podia fazer para solucionar o problema (*El Mundo* 6-12-97). Outro organismo desta universidade, o Departamento de Galego, presidido por Rosário Álvarez, vice-reitora no momento que se promulgou a orde, tentava por sua vez também unir-se às reivindicações dos licenciados para safar-se das críticas que por toda a parte surgiram sobre o seu silêncio (*A Nosa Terra* 18-11-97). Desde a AGAL pensamos que se bem que nengum professor esteja obrigado a ler diariamente o *BOE* (O seu dever é ensinar e investigar Filologia e deveriam procurar ser cada vez melhores nesse campo de trabalho, actualizando-se e abrindo-se à sociedade quando a situaçom e as circunstâncias assim o demandam...), um departamento universitário, no entanto, sim está obrigado a inteirar-se da regulamentaçom que afecta as carreiras que dele dependem, constituindo umha responsabilidade política grave erros como este, seja de quem for a responsabilidade.

No fundo a velha questom

O que subjaz por detrás do "erro" ministerial nom é senom um intento por fugir do grave problema "técnico" que supujo a divisom da Filologia Galego-portuguesa, iniciada precisamente por iniciativa após-normativa desde o Departamento de Galego da USC. Se aos licenciados em galego-português se passasse a reconhecer a convalidaçom por duas licenciaturas "diferentes", galego e português, prejudicaria-se os licenciados polos planos novos que, tendo realizado umha carreira muito mais específica, tanto em galego como em português, achariam-se com o seu campo de trabalho reduzido pola metade. (A irracionalidade dos planos velhos fai que um licenciado em galego-português tenha cursado menos horas de "galego" que um lincenciado em "português" polos planos novos, por exemplo.) A outra possibilidade era prejudicar aos velhos licenciados nom lhes reconhecendo a convalidaçom nem por "galego" nem por "português", como se fijo. Alguém tinha que pagar as consequências do cisma lingüístico...

Dous deputados nacionalistas, Pilar Garcia Negro e Francisco Rodríguez, solidarizárom-se também com a grave problemática que afecta os licenciados em Filologia Galego-portuguesa, vítimas já do desemprego e dos tratamentos abusivos e arbitrários por parte dos responsáveis oficiais pola organizaçom dos cursinhos de normalizaçom lingüística, outorgados literalmente a dedo e dispensados sem o menor rigor por desejo "oficial".

Desde a AGAL solidarizamonos e apoiamos a causa dos licenciados em Filologia Galego-portuguesa, exigindo das autoridades umha rápida soluçom ao tempo que denunciamos o carácter achamboado, trangalheiro e interessado que tem a política lingüística neste país.

Resposta do Departamento de Filoloxía Galega sobre o Decreto de Homologación

Con relación á información publicada no nº 806, correspóndente ó 27 de novembro de 1997, a Área de Filoloxías Galega e Portuguesa da Universidade de Santiago de Compostela acordou facer pública a seguinte nota:

Efectivamente, existe un Real Decreto 1954/1994 sobre homologación de títulos universitarios oficiais, en que se regula a equivalencia entre as titulacións anteriores á recente implantación dos novos planos de estudio, e as correspondentes a estes últimos. Tamén é certo que as novas titulacións de *Filoloxía Galega* e de *Filoloxía Portuguesa* aparecen sen correspondencia nos planos vellos, mentres que a antiga *Filoloxía Hispánica*, en tódalas súas especialidades, se homologa coa nova *Filoloxía Hispánica*.

É evidente que en tal Decreto se ignora a previa existencia da Subsección de *Filoloxía Galego-Portuguesa* dentro da Sección de *Filoloxía Hispánica*, e a obvia correspondencia desta vella titulación coas novas de *Filoloxía Galega* e *Filoloxía Portuguesa*. Este erro pode redundar en prexuízo dos titulados na vella *Filoloxía Hispánica (Subsección Galego-Portugués)*.

Endebén, na información publicada por *A Nosa Terra* aparece denunciado o "silencio cómplice do Instituto da Lingua Galega, o Departamento de Filoloxía Galega da Universidade e a Consellería de Educación", e recóllese a afirmación de que "todo está tramado desde hai tres anos polos organismos defensores do galego normativo". Tanto unha coma a outra imputacións son radicalmente falsas, polo menos no que atinxe ó Departamento de Filoloxía Galega da Universidade de Santiago. Podemos asegurar, ademais, que este Departamento —coma o conxunto da Universidade de Santiago (e presumimos que tamén as da Coruña e Vigo)— actuou sempre dando por suposto que a antiga *Filoloxía Hispánica (galego-portugués)* é unha especialidade distinta de *Filoloxía Hispánica (español)*, e mais que a primeira corresponde ás actuais *Filoloxía Galega* e *Filoloxía Portuguesa*, en tanto que a segunda corresponde á actual *Filoloxía Hispánica*.

En primeiro lugar, o problema afecta por igual ás tres Universidades galegas, e non só á Universidade de Santiago, como se dá a entender no seu semanario. Por outra banda, caso de teren existido silencios cómplices —cousa que negamos rotundamente—, estes afectarían a tódolos membros da área de Filoloxías Galega e Portuguesa (que agrupa en cada universidade os docentes de lingua e literatura galegas e lingua e literatura portuguesas), calquera que sexa a súa posición normativa, pois ata que saltou este problema á prensa ninguén advertiu sobre o problema derivado da literalidade do mencionado Decreto.

O noso Departamento, nin foi consultado previamente sobre o contido do Decreto, nin foi informado posteriormente á aprobación do mesmo.

En segundo lugar, polo que se refire ó noso Departamento, queremos facer constar que este nin foi consultado previamente sobre o contido do Decreto, nin foi informado posteriormente á aprobación do mesmo; en consecuencia, a imputación que recolle o seu medio é falsa, por non dicir calumniosa. Por parte, hai que aclarar que nin as Áreas nin os Departamentos (e moito menos os Institutos) teñen competencia sobre as titulacións, e polo tanto ningún tipo de responsabilidade directa neste asunto; o que non quita que nós consideremos que debemos ser consultados ou informados cando as decisións nos afecten, o que non ocorreu neste caso.

En terceiro lugar, informamos que o Departamento iniciou as xestións pertinentes a través das canles regulamentarias para aclarar se por parte do Ministerio se realizou unha petición previa de información á USC, e, en caso positivo, as razóns polas que non nos foi cursada no momento oportuno. E, sobre todo, as conducentes a tratar de rectifica-la medida que comentamos, da que resulta unha situación absurda e inxusta para os antigos titulados en *Filoloxía Hispánica (Galego-Portugués)*. ♦

ROSARIO ÁLVAREZ,
DIRECTORA DO DEPARTAMENTO DE FILOLOXIA GALEGA DE SANTIAGO

Congreso de los Diputados

Francisco Rodríguez Sánchez
DIPUTADO POR A CORUÑA

CONGRESO DE LOS DIPUTADOS
SECRETARIA GENERAL
REGISTRO GENERAL
3 DIC. 1997
Entrada 038114

A LA MESA DEL CONGRESO DE LOS DIPUTADOS

FRANCISCO RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, Diputado del Bloque Nacionalista Galego, integrado en el Grupo Parlamentario Mixto, al amparo de los dispuesto en el artículo 193 y ss. del vigente Reglamento de la Cámara presenta la siguiente **PROPOSICIÓN NO DE LEY,** relativa a modificación de Real Decreto 1954/1994 sobre homologación de títulos universitarios a los oficiales del Catálogo, para su debate **en Comisión.**

EXPOSICIÓN DE MOTIVOS

En el Real Decreto 1954/1994 de 30 de septiembre (BOE 17-11-1994) aparecen los títulos oficiales del Catálogo de licenciaturas de Humanidades y títulos que se homologan, conforme al artículo 1.1 de mismo Real Decreto. No existe homologación de la antigua Filología Gallego-Portuguesa con Filología Gallega y Filología Portuguesa, nuevas titulaciones del Catálogo, una vez consumada la desvertebración .En e Real Decreto, todas las especialidades de Filología Hispánica y por tanto también la Filología Gallego-Portuguesa, pasan a homologarse cor Filología Hispánica a secas. Esta decisión provoca consecuencias graves:

a) de acuerdo con el nuevo Catálogo, no existe ningún tipo de referencia dentro de Filología Hispánica relativa a la especialidad de gallego-portugués, indentificándose prioritariamente con el español.

b) se modifican así retroactivamente las preferencias de estudio y trabajo manifestadas por los ciudadanos que se han titulado en Filología Hispánica, especialidad gallego-portugués, única vía de acceder legalmente a esta especialidad, que ahora parece no haber existido nunca.

c) de esta manera, los titulados en Filología Hispánica, sección gallego-portugués, se ven perjudicados al no contemplarse su labor y trayectoria profesional en el ámbito de la Lengua y Literatura gallego-portuguesa, y se ven desplazados del nuevo Catalogo porque Filología Hispánica corresponde al estudio de la lengua y literatura española prioritariamente.

c) Los nuevos licenciados en Filología gallega y Filología portuguesa ocuparán con ventaja todo el campo de trabajo que hasta ahora podían desempeñar los licenciados en Filología Hispánica, especialidad de Filología Gallego-Portuguesa, por las Universidades de Santiago de Compostela, A Coruña, Salamanca, Barcelona y Granada.

d) otros casos análogos sí tienen homologación de una especialidad con una titulación diferente de la antigua (Filología Románica, especialidad español, pasa a homologarse con Filología Hispánica, por ejemplo)

e) el propio Real Decreto reconoce el derecho inalienable de los titulados a no ser modificada la situación y efectos reconocidos por la legalidad anterior a la implantación de los nuevos planes, lo que no se respeta en este caso.

PROPOSICIÓN NO DE LEY

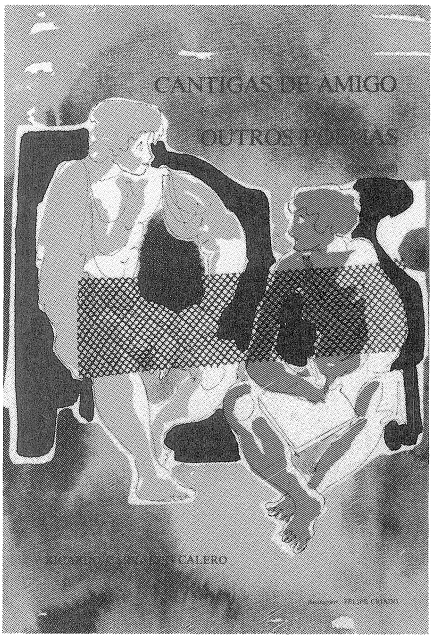
El Congreso de los Diputados insta al Gobierno-Mº de Educación y Cultura a:

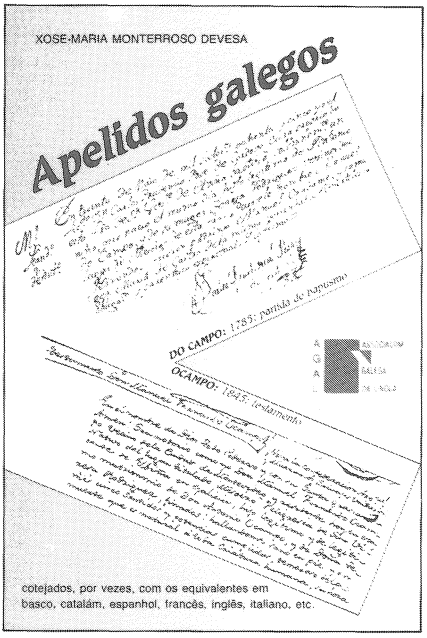
Modificar el Real Decreto 1954/1994, de 30 de septiembre, sobre homologación de títulos a los del Catálogo de Títulos Universitarios oficiales, en desarrollo de la Ley Orgánica 11/1982 de 25 de agosto, de forma que las antiguas titulaciones de Filología Hispánica, especialidad de gallego-portugués, se homologuen con los títulos oficiales del Catálogo de Licenciado en Filología Gallega y Licenciado en Filología Portuguesa.

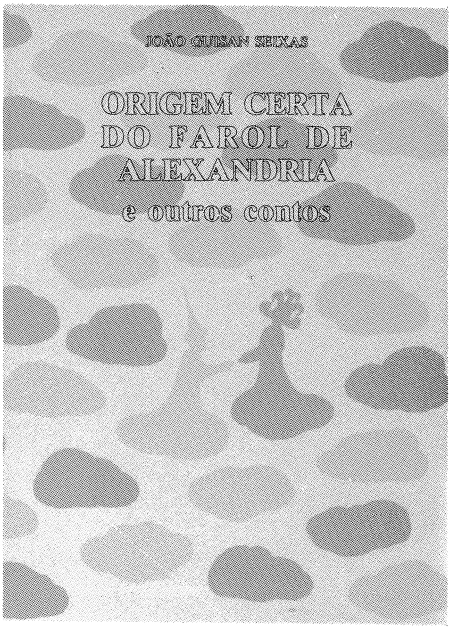
3 de diciembre de 1997

Francisco Rodríguez Sánchez
Portavoz Grupo Mixto (BNG)

folhas
novas
Rosalia de Castro


CANTIGAS DE AMIGO
E OUTROS POEMAS


XOSE-MARIA MONTERROSO DEVESA
Apelidos galegos
DO CAMPO: 1785; período de purismo
OCAMPO: 1845; testamento
cotejados, por vezes, com os equivalentes em
basco, catalám, espanhol, francês, inglês, italiano, etc.


JOÃO GUISAN SEIXAS
ORIGEM CERTA
DO FAROL DE
ALEXANDRIA
e outros contos

DA TRADUÇÃO PROFISSIONAL EM PORTUGAL (Estudo Sociológico) (*)

Óscar DIAZ FOUCES
(Universidade de Vigo)

Em números anteriores temo-nos referido à importância que estão a cobrar os estudos de Tradução e Interpretação no mundo lusófono. Francisco José Magalhães, o Presidente da Associação Portuguesa de Tradutores, avança agora com um trabalho extraordinário, que apresenta os traços mais salientáveis da tradução profissional na República Portuguesa. Lemos na contra-capa que o doutor Magalhães possui uma grande experiência profissional não apenas no âmbito da tradução estrita, mas também na reflexão teórica sobre o processo mesmo, nomeadamente na formação profissional dos agentes que nele intervêm. É tudo isso que confirma a leitura do seu trabalho.

O estudo, que foi subsidiado em parte pelo ICALP (não sem problemas segundo as informações que fornece o autor), estrutura-se em quatro partes: o mercado da tradução, o trabalho do tradutor, a formação dos tradutores profissionais, mais umas conclusões («Do Mercado ao Trabalho. Do Trabalho à Formação»). Quatro partes que constituem um documento imprescindível desde já para o estudo da socialização profissional dos tradutores, inédito —como assinala o próprio autor— no quadro da União Europeia. Decerto, Portugal é um lugar óptimo para ter aparecido um volume destas características: um terço das obras publicadas no país —que implicam um mercado superior a 300.000 contos— são precisamente traduções (v. p. 35).

O trabalho do tradutor em Portugal, apesar dos extraordinarios avanços dos últimos anos, continua a ser em muitos casos um exercício quase vocacional, ou uma (sub)profissão complementar para as retribuições ordinárias. As pp. 45-55 incluem uns magníficos quadros remunerativos, com comparações por países e tipos de tradução, bem elucidatórios: hoje é nos Países Baixos (que têm vindo a substituir a República Democrática Alemã na qualidade de *paraíso dos tradutores),* onde a profissão de tradutor pode desenvolver-se nas melhores condições. Um exemplo —a «tradutura», segundo a (in)feliz expressão de François Cartano que recolhe o autor (p. 79)—, as retribuições para a tradução de textos literários, então, oscilam entre os 350$00 e os 1.200$00 para qualquer língua. Na França, por enquanto, as quantidades são de 1.500$00 / 6.000$00, sempre a escolher as combinações linguísticas com preço mais reduzido, e a contar sempre em escudos portugueses. Apenas um comentário: para Portugal falamos de páginas de 1.800 caracteres; para a França são páginas de 1.500 caracteres. Apesar da existência de organizações de âmbito internacional que têm como objectivo ocuparem-se com os aspectos profissionais da tradução, ainda hoje o sistema de cômputo de palavras —em que alicerça o sistema de retribuições— é

(*) MAGALHÃES, Francisco José. 1996. Lisboa: Edições Colibri. ISBN 972-8288-20-4.

diferente segundo o país em que o mediador desenvolve o seu trabalho. Em Portugal opera o sistema de 30 linhas/60 caracteres cada (1.800 batidas). No Reino Unido é habitual o sistema de 250-300 palavras por página A4. Na Espanha, o autor desta recensão tem percibido retribuições para um sistema de cálculo de 30 linhas/70 caracteres cada (2.100 batidas). A constatação de Magalhães é lógica: «É difícil fazer uma análise comparativa das remunerações no seio da UE pela simples razão que não existe um padrão universal» (p. 41).

O desinteresse do governo português pela actividade tradutora patenteia-se em constatações que Magalhães recolhe pelo miúdo (v. esp. as pp. 125-128); os governantes mesmo incumprem normativas internacionais assinadas: Portugal não tem ainda uma Casa do Tradutor, ainda não publicou o *Anuário do Tradutor em Portugal* (elaborado já em 1992 pela ATP), não promove centros de investigação tradutológica, e oferece retribuições simbólicas (e pagas com anos de atraso) para o prémio de tradução que institui. Para além disso, em Portugal não existe a figura de Tradutor Ajuramentado, nem de Tribunal, e a República Portuguesa é o único país comunitário onde não se pode fazer traduções oficiais (p. 143). Sem comentários.

Passamos para questões teóricas. «Que é traduzir? Quer se trate de tradução científica, literária ou técnica, traduzir é, em termos sucintos,a operação que consiste, na primeira fase, em compreender, na língua de partida, o código do significado linguístico, o código da cultura dessa língua, o código de uma linguagem especializada e o código da cultura temática dessa linguagem; na segunda fase, em desverbalizar esses códigos; e, na terceira, em os reformular na língua de chegada» (p. 159). Esta é a definicação (óptima) que propõe o autor para o conceito de tradução. O capítulo que se ocupa com o Trabalho de Tradutor (pp. 157-207) inclui uma boa discussão sobre o debate tradutores generalistas/especialistas, do ponto de vista das respectivas socializações profissionais. Magalhães constata a evidência de serem os especialistas os mais capacitados academicamente, os únicos que contribuem com a produção teórica para o desenvolvimento da profissão, mesmo os que apresentam uma competência linguística mais salientável. «Contudo», assinala o autor, «o reverso da medalha, do ponto de vista das necessidades do mercado, da economia e cultura nacionais, é que estes especialistas não têm tempo para traduzir» (p. 171). As páginas 173-197 incluem uma série óptima de casos de estudo, sobre a actividade de tradutores, um conjunto de pequenas histórias analisadas da perspectiva dessa Sociologia da Tradução para a que visa o livro. Não percam a da página 181, a propósito do diário espanhol *El País* (mesmo *eles* erram, acreditem).

Uma observação muito interessante é a que diz respeito às escolhas linguísticas. Para Magalhães, convém manter as distâncias da altura de traduzir: «Não deixa de ser preocupante a maneira como os tradutores brasileiros penetraram no nosso mercado da língua. Revelando um provincialismo nacional, alguns G[abinetes de] T[radução] recorrem a tradutores brasileiros sem levar em conta que, apesar de ser a mesma língua, existem diferenças fundamentais ao nível da terminologia» (p. 192). Eis uma prova da actitude *profissional* de Magalhães, que não tem nada a ver com dúvidas a propósito da unidade da língua, embora puder resultar inquietante: a variação terminológica em Portugal e no Brasil é um facto constatado, que tem a sua tradução mais evidente no exercício da mediação. Uma variação que não é exclusiva, aliás, da Lusofonia (pense-se nos usos linguísticos na Espanha e nas repúblicas sul-americanas). Todavia, o papel dos tradutores e intérpretes, bem como o dos redactores, editores e profissionais da língua em geral resulta determinante na altura de gerar e manter uma norma comum, mas este não é, com certeza, um tema que deva ser tratado aqui.

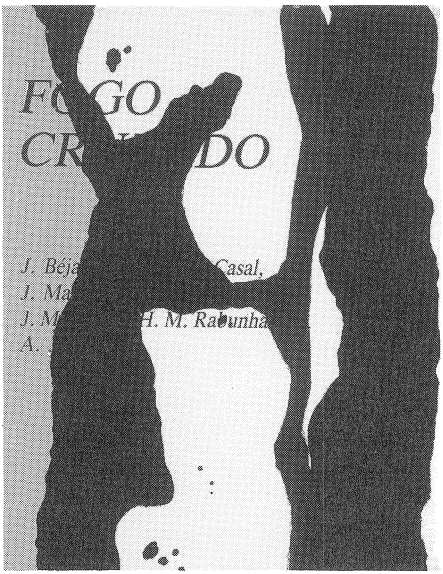
Na terceira parte da obra, o autor passa a comentar alguns aspectos relacionados com a formação dos tradutores, passando revista aos centros especializados, Universidades Privadas, Públicos e Institutos Politécnicos, junto com os institutos de línguas *(Alliance Française, Goethe,* etc.) e os centros de formação de ensino secundário.

O último capítulo exprime umas conclusões, com certeza desanimadoras, sobre o estado da tradução (formação, mercado e trabalho dos tradutores) na República Portuguesa. A proliferação nos últimos anos de centros de formação contrasta tragicamente com a prática inexistência de uma reflexão teórica suficiente. Magalhães documenta apenas cinco obras sobre tradução publicadas em Portugal nos últimos anos (p. 288). Infelizmente, e embora

esqueça (surpreendetemente) o trabalho de Luís Leal *O labirinto do texto. Da Teoria da Literatura à Tradução Literária* (Universitária Editora, 1994), é certo que ainda não existe um *corpus* de literatura tradutológica portuguesa adequado ao aparente interesse que a tradução tem levantado no país.

Da tradução profissional em Portugal inclui um conjunto de informações utilíssimo para os estudiosos da Sociologia da mediação, inédito como dissémos, no contexto da União Europeia. É já, com certeza, uma obra de referência imprescindível em todos os centros que oferecem formação tradutorizante, e para todas as cadeiras de língua portuguesa onde há interesses que ultrapassam a formação estritamente filológica. Parabéns para o autor.

PUBLICIDADE



CORREIO

Chega com bastante demora ao meu conhecimento o escrito publicado na revista Tempos Novos e assinado por Manuel F. Vieites, em que se vertem juízos (que me surpreendem vindo dele) a respeito da concessom do I Premio Eixo Atlântico de Textos Dramáticos ao que subscreve. Chega-me precisamente através da resposta que mereceu de Miguel Cupeiro, de Vigo, resposta que quero, antes de mais, agradecer efusivamente. Mas gostaria de fazer algumas aclarações pessoais a Manuel F. Vieites e aos seus leitores:

1.ª Fala do facto de eu me ter apresentado a esse prémio com uma obra escrita em português como se se tratasse de uma eleiçom livre e pessoal, e nom: eu *apresentei-me em português obrigado pola «Xunta de Galicia»,* ou se o prefere, polas autoridades «de facto» que governam linguisticamente este país.

2.ª *Apresentei-me em português porque, se me tivesse apresentado em galego, a minha obra, a obra ganhadora, nom teria sido admitida.* E a pergunta que nos devemos fazer é «quantas obras ganhadoras nom terão sido admitidas», em diferentes concursos, desde a promulgaçom das Normas do ILG, em 82, e a censura linguística que se desatou a partir de entom?

3.ª *Eu nom pertenço à literatura portuguesa desde o momento em que foi premiada essa obra. Eu pertenço à literatura portuguesa desde a primeira palavra que escrevim em galego.* Uma literatura vem determinada pola língua em que se expressa. A distinçom entre o galego e o português (como demonstram as próprias autoridades na sua forma de a impor) é uma distinçom administrativa e burocrática. Porque a língua é una, a minha Obra é una, e nego-me a que tenha que passar polas alfândegas que já nom atravessam nem o bacalhau nem o café.

4.ª *Eu apresentei-me em português por considerá-lo uma forma mais digna de representar a língua galega que a imposta por essas pessoas que se crêem seus donos naturais.* Nesse sentido, esta obra nom supõe nenhuma «deserçom linguística». Deserçom linguística teria suposto, para mim, apresentar-me em «galego da Xunta».

5.ª (e mais importante). Apresentei-me em português porque, admitindo as bases do prémio obras escritas, quer em galego da Xunta, quer em português de Portugal, *era a primeira ocasiom em 16 anos que eu podia concorrer para um certame literário em igualdade de condições com outros autores galegos.* O facto de que um autor galego que em 16 anos nom foi admitido (por questões normativas) em nenhum certame literário galego, ganhe o primeiro premio do primeiro certame a que se pode apresentar em igualdade de condições (e ainda acima com uma concorrência potencial muito maior) deveria ter servido como revulsivo para a cultura galega. Este triunfo vem questionar, desde o meu ponto de vista, todo o sistema de prémios existente na Galiza. Vem demonstrar a falta de equidade e de honradez que os preside, e como com dinheiro público se está a premiar, nom a qualidade artística, mas a submissom aos ditados de uma determinada seita. Vem demonstrar que a imposiçom dessa normativa só tem favorecido a mediocridade em todos os âmbitos da cultura galega.

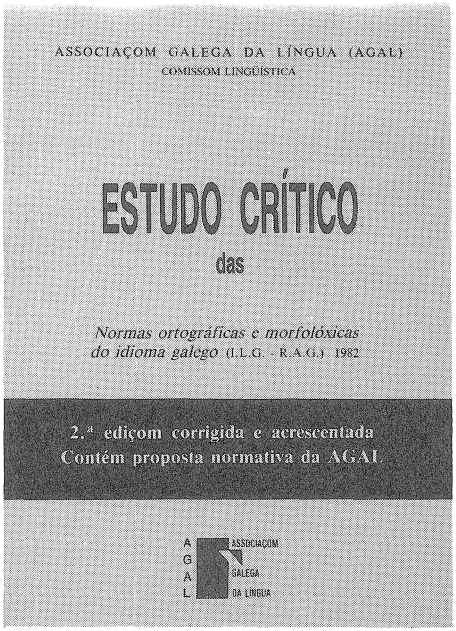
Se houvesse vergonha nesta terra, todos os autores premiados durante esses 16 anos deveriam devolver agora o dinheiro recebido. Nom digo que mo entregassem a mim (ainda que nom seria uma má ideia), mas deveriam, se lhes ficasse um resto de honradez e dignidade, convocar, com a montante astronómica assim reunida, outros novos prémios literários cuja primeira cláusula diria: «proscreve-se qualquer discriminaçom em funçom da normativa».

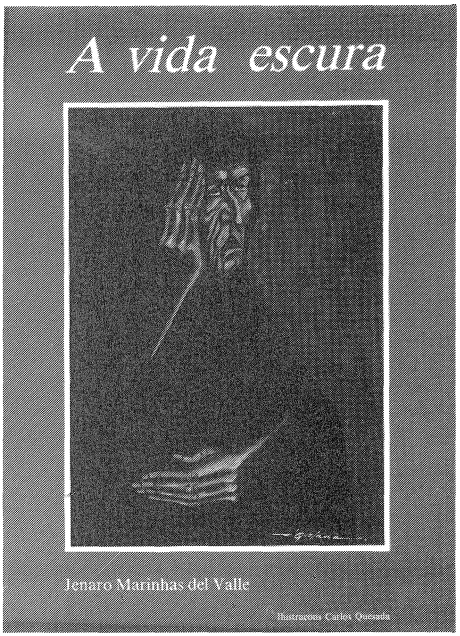
Surpreendeu-me o silêncio sepulcral da «cultura galega»diante de uma notícia que, noutras circunstâncias (um autor galego que ganhasse um prémio literário francês, por exemplo), teria sido objecto de múltiplas reacções e comentários. A melhor resulta que todos, no fundo, som lusistas e consideram natural o feito. Há anos, de vez em quando, algum

antigo amigo, que militava do outro lado mas ainda sentia de vez em quando certos remorsos, escrevia um artigo na imprensa que se podia resumir na frase: «Eu nom sou lusista, mas ao que lhe estão a fazer a este rapaz nom há direito». Eu esperava reacções desse tipo, por um lado, e reacções iracundas polo outro. Por isso me parece tanto mais lamentável que a única reacçom tenha sido a de Manuel F. Vieites, a quem considero (com independência de as suas opiniões linguísticas serem contrárias às minhas) uma pessoa honesta, aberta e dialogante, cousa dificil de encontrar no mundo em geral, e mais nessas opiniões linguísticas em particular. E ainda mais lamentável me parece que tenha tirado precisamente uma liçom tão torcida e demagógica, de algo que se reduz a um intento meu de dizer aos seus companheiros menos honestos, abertos e dialogantes:«É que nom vedes a brutalidade que estades a cometer com a cultura que pretendedes defender!».

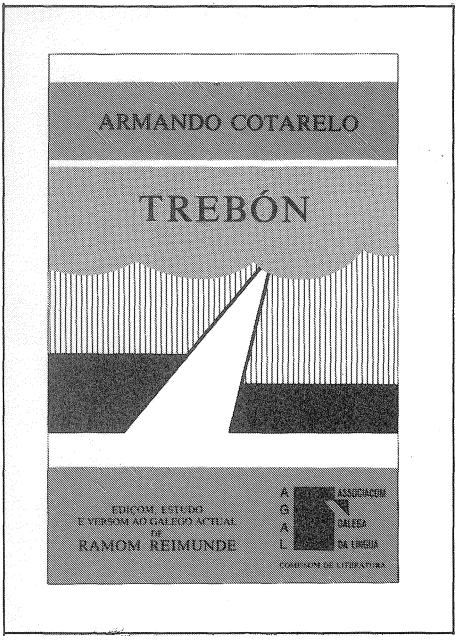
Que fique descansado, que eu a partir daí nom inicio carreira nenhuma nas letras portuguesas. Antes ao contrário, volto para baixo da minha lousa de silêncio (ainda que me pergunto: que lhe importa à literatura galega que eu me passe à portuguesa, se a literatura galega já me tem, e nom me quer para nada!). Dentro de outros 15 ou 20 anos prometo voltar a dar-vos um bom susto. Agora tentei despertar a vossa vergonha e só conseguim provocar a ira de um dos poucos, entre vós, que a tinham... e um ataque repentino de afonia no resto. Como dizemos os portugueses: «tanto faz». Uma das características da brutalidade consiste em nom ser consciente dela mesma. Mas alguém, algum dia, vai ter que me pedir... ou melhor: vai ter que *nos* pedir desculpas. Porque o meu caso é só uma amostra (a partir desse prémio certificada polo próprio ILG, que estava representado no júri que mo concedeu) da discriminaçom que sofrem todos aqueles que pensam como eu. Algum dia, quando passar esta ofuscaçom e esta ira cega, alguém terá que nos pedir desculpas, no nome da cultura galega, polo pagamento recebido durante todos estes anos. Com grande inocência apresentei-me a esse prémio pensando que, se o ganhava, o tal dia teria por fim chegado. Pola tua reacçom, estimado (sinceramente) Manolo Vieites, e polo seu silêncio, vejo que quanta mais luz se pretende deitar mais se fecham os olhos. Esperarei esse dia com paciência e sob a minha lousa do silêncio seu.

João Guisan Seixas


ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA (AGAL)
COMISSOM LINGÜÍSTICA
ESTUDO CRÍTICO
das
Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego (I.L.G. - R.A.G.) 1982
2.ª ediçom corrigida e acrescentada
Contém proposta normativa da AGAL
A G A L
ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA


A vida escura
Jenaro Marinhas del Valle
Ilustrações Carlos Quesada

guia prático
de
verbos galegos
conjugados
agal
COMISSOM LINGÜÍSTICA


ARMANDO COTARELO
TREBÓN
EDIÇOM, ESTUDO
E VERSOM AO GALEGO ACTUAL
DE
RAMOM REIMUNDE
A G A L
ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA
COMISSOM DE LITERATURA

ÍNDICE DO TOMO XIII - Ano 1997 (*)

	N.º, secçom, e página
Alonso Estravis, I., A política da língua Portuguesa	49 N 43
Álvarez Cáccamo, C., Construindo a língua no discurso público: Práticas e ideologias lingüísticas	50 E 131
Armada Pita, L., O significado simbólico do touro e outros aspectos da religiom celta	50 E 151
Assunção, C. da Costa, Das gramáticas latinas à Gramática da Linguagem Portuguesa de Oliveira	49 N 51
Barbosa, J. M., Castelao no céu e na terra	51 E 261
Bernárdez Vilar, J., A expediçom luso-dinamarquesa ao noroeste atlântico	49 E 3
Cozinha, M. do C., Realidade e fantasia no universo narrativo de Marica Campo.	50 E 177
Dasilva, J. M., Fernando Pessoa, tradutor assinalado	49 R 120
Dasilva, J. M., Traduçom literária, mais umha vez	49 R 117
Devesa, J. M. Monterroso, Do avoengo intelectual de Manuel Murguia	52 N 467
Díaz Fouces, Ó., Language international world directories of sociolinguistic and language planning organizations	51 R 375
Díaz Fouces, Ó., Da tradução profissional em Portugal	52 R 505
Diéguez González, J., Notas sobre a metafonia nominal galega	49 N 61
Flores, R., O teatro como meio proselitista	51 N 337
Garrido, C., Manual de catalá científic	49 R 123
Garrido, C., Dúvidas e interferências lexicais na traduçom científico-técnica inglês > galego	50 N 219
Garrido, C., Vocabulário de Matemáticas	50 R 249
Gonçalves, H. M., Um exercício de análise de texto de M. Torga	52 N 459
Gonçález Blasco, L., Um aspecto pouco conhecido de Otero Pedrayo	51 N 345
Gonçález Blasco, L., A ediçom de *Os camiños da vida* de Mariño Paz	52 E 387
Guisán Seixas, J., Da lacerante possibilidade de viajar no tempo	51 A 357
Guisán Seixas, J., Carta a Manuel F. Vieites	52 C 508
Guisán Seixas, J., Malditas Palavras	52 E 415
Henríquez Salido, M. C., Interferências lingüísticas na direcçom galego ⇒ espanhol na Comunidade Autónoma Galega	50 E 205
Henríquez Salido, M. C., Umha leitura de «Castelao na luz e na sombra»	51 E 275
Marinhas, J., Teatro inerte	49 A 81
Mongelli, L. M., A «Cultura intermediária» na Idade Média	52 N 471
Monteiro, M. L. Morais, *Viagens* de Garret: um caminho para *Os Maias* de Eça.	52 E 433
Montero Santalha, J. M., As sete cantigas de amor de Dom Dinis do fragmento Sharrer	50 N 229
Montero Santalha, J. M., Paz-Andrade e a língua portuguesa na Galiza	51 E 287
Peres Rodrigues, J. H., Sobre o valor simbólico das grafias e a funçom coesiva da linguagem	49 N 71

(*) Seguem a cada título: a numeraçom de cada volume: 49 (Primavera), 50 (Verao), 51 (Outono) e 52 (Inverno); as letras *E*(studos), *N*(otas), *A*(ntologia), *DI* (Documentaçom e Informaçom), *R*(ecensons) e *C*(orreio), que correspondem às secçons da revista; os números finais remetem às páginas do tomo.

N.º, secçom, e página

Peres Rodrigues, J. H., Isolacionismo Subtropical ..... 51 R 379
Piñeiro Maceiras, M. L., Os processos de compreensom em traduçom: umha trajectória múltipla ..... 52 N 475

Redacçom:

A questom galega ..... 52 DI 497
A revista *Agália* subsidiada ..... 52 DI 491
Actos para restituir os nomes galegos nas ruas ..... 52 DI 494
Apresentaçom do livro «Palavra e memória» ..... 49 DI 104
Autor galego premiado em português ..... 52 DI 497
Cartas de Castelao a Teixeira de Pascoais ..... 52 DI 489
Congresso «A economia de Galiza» ..... 49 DI 114
Declaraçom Universal dos Direitos Lingüísticos ..... 49 DI 114
Homenagem a Valentim Paz-Andrade ..... 50 DI 239
Lembrança de Aníbal Outeiro na Ribeira de Piquim ..... 49 DI 106
Mais humorismo gráfico reintegracionista ..... 52 DI 487
Mais umha agressom à unidade lingüística ..... 52 DI 500
Manifesto pola inclusom do estudo da língua galega na UNED ..... 52 DI 485
O pensamento de Castelao analisado em Sargadelos ..... 49 DI 91
Polos caminhos do galego-português: A Amazónia ..... 52 DI 488
Publicaçons ..... 50 DI 255
Segunda festa da língua ..... 49 DI 112
Sete anos «sem» Dom Ricardo Carvalho Calero ..... 49 DI 91
Última sentença do TC sobre o «nome» da língua ..... 49 DI 94
Um exemplo de conservaçom do nosso ecossistema, incluida a língua ..... 49 DI 113
Rodrigues Fidalgo, X., Poesia ..... 52 A 481
Sobiela-Caanitz, G., Carta à «Sociedade em favor dos Povos Ameaçados» ..... 49 C 125
Souto Cabo, J. A., Documentos galego-portugueses mediévais (I) ..... 49 E 25
Torres Feijó, E., Cultura, cultura galega e mundo lusófono em Paz Andrade ..... 51 E 297
Valcárcel Guitiám, D., Palavra e memória ..... 50 R 251
Varela Punhal, R., Relaçom de Castelao com os comunistas 52 3 445

Publicaçons da Associaçom Galega da Língua

- *Colecçom «Universália»*

Lôpez-Suevos Fernández, Ramom: *Dialéctica do Desenvolvimento. Naçom, Língua, Classes Sociais,* 1983. (Esgotado).

Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego,* 1983. 169 págs. (Esgotado).
2.ª Ed. corrigida e acrescentada, 1989, 302 págs.

Carvalho Calero, Ricardo: *Letras Galegas,* 1984. 349 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Prontuário ortográfico galego,* 1985. 318 págs.

Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

Lôpez-Suevos, Ramom: *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estrutural,* 1987, 224 págs.

Souto, Elvira: *Contribuiçom ao estudo do romance iniciático galego,* 1987, 95 págs.

Haller, Michel, *Tratado de contraponto e de composiçom contrapontística.* Traduçom e adaptaçom de Joám Trilho, 1987, 212 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos galegos conjugados.* 1988. 128 págs.

Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1989. 928 págs.

Monterroso Devesa, J. M.: *Apelidos galegos.* 1989. 32 págs.

Morám Fraga, César-Carlos: *O mundo narrativo de Álvaro Cunqueiro,* 1990. 176 págs.

Associaçom Galega da Língua: *Poder, Ideologia e Língua* (Yvo JD Peeters, editor), 1991. 120 págs.

Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1992. 654 págs.

AA. VV. *O uso das línguas na perspectiva da Europa Comunitaria.* 1993. 194 págs.

Actas do IV Congresso Internacional da Língua Galego Portuguesa na Galiza. 1996. 448 págs.

Garrido, Carlos: *Dicionário terminológico quadrilíngue de Zoologia dos Invertebrados,* 1997, 488 págs.

- *Colecçom «Clássicos»*

Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón,* Ediçom, estudo e adaptaçom ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

Rosalia de Castro: *Folhas Novas,* Ediçom e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

- *Colecçom «Criaçom»*

Manuel Maria: *A luz Ressuscitada,* Carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs. (Esgotado).

Carvalho Calero, Ricardo: *Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985),* 1986. 192 págs.

Marinhas del Valle, Jenaro: *A vida escura,* 1987, 170 págs.

Béjar, Julio et alii: *Fogo cruzado* (relatos), 1989, 96 págs.

Guisan Seixas, João: *Origem certa do farol de Alexandria* (re-ediçom), 1989, 88 págs.

Gómez, Joel R.: *Quando o sol arde na noite,* 1990. 115 págs.

Guerra da Cal, Ernesto: *Lua de Além-Mar* e *Rio de Sonho e Tempo,* 1991, 292 págs.

Corral Iglesias, José Alberte: *Palavra e memória,* 1997, 156 págs.

Gómez, Joel: *Teatro à medida é pronto para si,* 1998, 96 págs., (a aparecer).

- Revista *AGÁLIA.* Publicaçom trimestral desde o ano 1985. 128 págs.

Revista *AGÁLIA.* Monográfico n.º 1, *Problemática do sector lácteo,* dirigido e coordenado por Cláudio López Garrido, 1987, 160 págs.

Monográfico n.º 2, *Estudos sobre a História da Economia de Galiza,* dirigido e coordenado por Joám Carmona, 1989, 96 págs.

A
G
A
L
ASSOCIAÇOM
GALEGA
DA LÍNGUA